



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DE BACABAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGLB)
MESTRADO ACADÊMICO

LARISSA DE MENEZES COSTA

**A REPRESENTAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM SOLITÁRIA, DE
ELIANA ALVES CRUZ, SOB A ÓTICA EPISTEMOLÓGICA NEGRA E
DECOLONIAL**

Bacabal - MA

2026

LARISSA DE MENEZES COSTA

**A REPRESENTAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM SOLITÁRIA, DE
ELIANA ALVES CRUZ, SOB A ÓTICA EPISTEMOLÓGICA NEGRA E
DECOLONIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal – PPGLB, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Rayron Lennon Costa Sousa

Bacabal – MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

de Menezes Costa, Larissa.

A REPRESENTAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM SOLITÁRIA,
DE ELIANA ALVES CRUZ, SOB A ÓTICA EPISTEMOLÓGICA NEGRA E
DECOLONIAL / Larissa de Menezes Costa. - 2026.

156 f.

Orientador(a): Rayron Lennon Costa Sousa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
Bacabal, 2026.

1. Literatura Negro-brasileira. 2. Empregada
Doméstica. 3. Decolonialidade. 4. Solitária. 5. Eliana
Alves Cruz. I. Costa Sousa, Rayron Lennon. II. Título.

LARISSA DE MENEZES COSTA

**A REPRESENTAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM SOLITÁRIA, DE
ELIANA ALVES CRUZ, SOB A ÓTICA EPISTEMOLÓGICA NEGRA E
DECOLONIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal – PPGLB, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Rayron Lennon Costa Sousa

Aprovada em 27 de fevereiro de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rayron Lennon Costa Sousa (PPGLB-UFMA)

Profa. Dra. Claudia Letícia Gonçalves Moraes (UFMA)

Prof. Dr. Gabriel Vidinha Correa (UNEB)

Profa. Dra. Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira (UFMA)

Dedico esse trabalho às mulheres negras empregadas domésticas do Brasil que nunca tiveram acesso a outras oportunidades de ascensão social e, muitas vezes, por dificuldade de inserção no ambiente escolar, por negligência de um Estado branco, ingressaram no trabalho doméstico o que as torna reféns de uma sociedade racista, desigual e preconceituosa.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por Ele ter sido sempre meu sustento, essa fé que não vejo, mas me move, faz eu me tornar uma pessoa, aluna e profissional melhor, pois, em muitos momentos que tive certeza que não conseguiria conciliar ou mesmo não teria forças para resistir às adversidades, eu senti o amor dEle me mantendo firme no meu propósito, por isso, rendo graças àquele que me fez enxergar o que nem olhos viram, nem ouvidos ouviram diante das realizações para os que nEle creem!

Agradeço, agora, aos meus familiares, em especial, minha mãe Régia Menezes, a qual, com a sua luta de uma mulher empoderada, sempre me guiou para um caminho de batalhas e, sobretudo, um caminho de vitórias, pois, ao seu lado, aprendi que não há batalhas invencíveis, portanto, mãe, rendo o meu agradecimento por todos os sim's aos meus/nossos sonhos. Agradeço ao meu pai Emidio Neto que, sempre com um ouvido atento, esteve ao meu lado, comemorou minhas conquistas, motivou-me a continuar firme e nunca me deixou duvidar do meu potencial. Gratidão, pais queridos!

Agradeço à minha irmã, Leticia de Meneses Costa, que, hoje, comemoramos esse momento tão sonhado, tão planejado que é a concretização desse sonho, chamado Mestrado. Minha irmã, gratidão por ter chorado meu choro no processo doloroso e, mais do que isso, por nunca ter duvidado de que eu seria um dia capaz e, veja, estamos aqui, como sempre estivemos, juntas, comemorando essa fase especial. Agradeço ao meu cunhado, Helder Messias, que sempre foi um incentivador desse sonho e que comemorou carinhosamente cada etapa. Obrigada ao meu grande amor, Heitor, o meu sobrinho e afilhado que está sendo gerado no seu ventre, mas que já me inunda de amor e me faz uma pessoa melhor por mim e para ele.

Agradeço ao amor da minha vida, Daniel da Silva Portela, meu fiel companheiro que caminhou comigo diversas vezes rumo ao meu/nosso sonho, que sofreu ao me ver sofrendo as decepções, as quais somos cientes que fazem parte da caminhada e nos trouxeram até aqui. Meu amor, gratidão por sua parceria, seu amor, seu cuidado, por seu ouvido atento e diário em cada relato das disciplinas, em cada nova leitura, em cada partilha de descoberta nesse mundo da Literatura negro-brasileira e por sempre repetir que sou a melhor no que faço, inclusive, até me fazendo acreditar nisso. Gratidão, vida, amo-te incondicionalmente!

Agradeço ao meu estimado orientador Prof. Dr. Rayron Lennon Costa Sousa, o qual não consigo mensurar em palavras o quão gratificante foi ter cruzado esse caminho sob a sua orientação, aprendi diariamente com sua inteligência encantadora, sua gentileza e sua forma incrível de me orientar pelos caminhos da escrita negro-brasileira sempre com o olhar empático,

firme e humano. Professor Rayron, as memórias que construímos serão sempre honradas por mim, pois, tenha certeza que encerro esse ciclo do Mestrado atravessada por sua forma incrível de fazer docência com conhecimento, respeito, atenção, inteligência e, sobretudo, humanidade. Gratidão por tudo!

Agradeço aos Professores do PPGLB/UFMA, que são pessoas incríveis, que sempre tiveram um olhar empático aos alunos, orientando, compartilhando conhecimento de maneira tão significativa, em especial, Profa. Dra. Lucélia Almeida, incrível, um ser humano que nos inspira diariamente; Prof. Dr. Franco Baptista, sempre com uma competência absurda e uma vontade de nos repassar o máximo de conhecimento que pudesse. Grata ao Prof. Dr. Wheriston, Profa. Dra. Poliana os quais estiveram semanalmente partilhando textos que transcenderam o conhecimento teórico. No mais, agradeço ao Prof. Dr. Fábio José, por essa caminhada maravilhosa e, finalmente, ao Prof. Dr. Auricélio Soares, um professor extraordinário que me fez ter um carinho por outras linhas de pesquisa que não seja a Literatura negro-brasileira. Estendo um agradecimento especial à Profa. Dra. Cláudia Moraes que, desde a primeira oportunidade, pude ter ciência de que estava diante de uma professora, pesquisadora e mulher incrível! Por fim, gratidão a todo o corpo docente e aos que se dedicam, diariamente, a manter essa oportunidade acadêmica possível a tantos alunos ávidos pelo conhecimento.

Agradeço aos meus amigos de caminhada do Mestrado do PPGLB/UFMA, em especial, Rondiney Alves, Regivaldo Carvalho, Ramon Oliveira, Denise Miranda, John Almeida, Layna Katrinne, Ottavio Galvão, Amanda Gomes, Daniel Carvalho, Maria Cleidimar, Luanna Mendes, Beatriz de Paula, amigos os quais me orgulho em ter trilhado dois anos de Mestrado torcendo, vibrando e comemorando cada etapa. Meus amigos queridos, vocês moram no meu coração!

Agradeço aos meus amigos que tive a honra de poder dividir o fardo, compartilhando minha dedicação, por vezes, minha vontade de desistir, mas que sempre pude ouvir motivações de que daria certo e, hoje, estamos rumando a essa concretização. Portanto, agradeço a minha amiga Alzilane Fernandes, quem me inspira diariamente na pesquisa, na docência e na vida! Agradeço à Cristiane Oliveira, carinhosamente, Cris, que, diariamente, escuta meus relatos atentos e sempre finaliza com uma palavra de incentivo. Agradeço a todos os meus amigos, em especial, Dalriza Baima, Maria Vanessa, Maria Edinalda, Manassés Lima, Celso Soares, Elizete Nery, Gilvane Pereira, Maria Betânia, Raissa Rego, Leana Brito, Rodrigo Carvalho, Monalisa Marques, Mariny Freitas, Joyce Lima, Waldmila Pimentel, Lucas Pinheiro, Sudário Vitor, Jonathan Messias, Luciana Costa e tantos que contribuíram para esse momento.

Por fim, agradeço a todos que me motivaram e que me fizeram acreditar que sou capaz, pois, tenho certeza que, sem o apoio de vocês, esse sonho não seria possível!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as representações da empregada doméstica na literatura negro-brasileira contemporânea, a partir do romance *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, analisando-a a partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe social na perspectiva do trabalho doméstico. Como objetivo específico, verificaremos como a obra representa uma epistemologia negra e decolonial a partir das representações das empregadas, a citar personagens negras como *Eunice e Mabel*. Por fim, tensionaremos os impactos dessa representação de empregadas domésticas e seu tratamento nas narrativas contemporâneas no contexto pós-escravista. A metodologia é básica e interseccional, precedida de revisão bibliográfica, caracterizada como análise-crítica qualitativa. Para tanto, recorreremos às discussões de Gaston Bachelard (1993), sobre o espaço; Halbwachs (2013), sobre memória; Colonialidade e Decolonialidade a partir de María Lugones (2020), Aníbal Quijano (2005), Nelson Maldonado-Torres (2018); na perspectiva da resistência discutida por Alfredo Bosi (2002) e as discussões sobre raça e classe social de Beatriz Nascimento (2021), bell hooks (2019a, 2024b) e Djamila Ribeiro (2018). Para o viés da literatura negro-brasileira, teóricos como Cuti (2010), Fernanda Miranda (2019), Miriam Alves (2010), Mirian dos Santos (2018), Eduardo de Assis Duarte (2011) entre outros(as). Portanto, intenta-se, a partir da análise decolonial com foco na representação de empregadas domésticas, demonstrar como essas personagens podem problematizar seus cotidianos e subverter as lógicas dominantes, bem como o potencial transformador da literatura negro-brasileira contemporânea como um instrumento de resistência, denúncia e (re)construção de outras epistemologias.

Palavras-chave: Literatura Negro-brasileira. Empregada Doméstica. Decolonialidade. *Solitária*. Eliana Alves Cruz.

ABSTRACT

The general objective of this research is to investigate the representations of domestic workers in contemporary Black Brazilian literature, based on the novel "Solitária" (2022) by Eliana Alves Cruz, analyzing it from the perspective of the intersectionality of gender, race, and social class within the context of domestic work. Specifically, we will examine how the work represents a Black and decolonial epistemology through the representations of domestic workers, citing Black characters such as Eunice and Mabel. Finally, we will examine the impacts of this representation of domestic workers and their treatment in contemporary narratives in the post-slavery context. The methodology is basic and intersectional, preceded by a literature review, characterized as qualitative critical analysis. To this end, we draw on discussions by Gaston Bachelard (1993) on space; Halbwachs (2013) on memory; Coloniality and Decoloniality based on María Lugones (2020), Anibal Quijano (2005), Nelson Maldonado-Torres (2018); from the perspective of resistance discussed by Alfredo Bosi (2002) and the discussions on race and social class by Beatriz Nascimento (2021), bell hooks (2019a, 2024b) and Djamila Ribeiro (2018). From the perspective of Black-Brazilian literature, theorists such as Cuti (2010), Fernanda Miranda (2019), Miriam Alves (2010), Mirian dos Santos (2018), Eduardo de Assis Duarte (2011), among others, have highlighted. Therefore, based on a decolonial analysis focusing on the representation of domestic workers, we attempt to demonstrate how these characters can problematize their daily lives and subvert dominant logics, as well as the transformative potential of contemporary Black-Brazilian literature as an instrument of resistance, denunciation, and (re)construction of other epistemologies.

Keywords: Black-Brazilian Literature. Domestic Worker. Decoloniality. Lonely. Eliana Alves Cruz.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E CRÍTICA LITERÁRIA CONTEMPORÂNEA....	14
2.1 Autorias Negro-femininas.....	18
2.2 Contracorrentes críticas e analíticas a partir de intelectualidades negras.....	25
2.3 Decolonialidade.....	29
2.4 Feminismo Negro.....	32
2.5 Interseccionalidade: raça, classe e gênero e suas implicações nas epistemologias negras e decoloniais.....	35
3 LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS.....	39
3.1 O que é e de onde vem?.....	41
3.2 A literatura negra enquanto exercício de <i>Escrevivências</i>	46
3.3 Trabalho Doméstico.....	51
3.4 Empregadas domésticas e as subalternidades.....	59
3.5 O espaço doméstico e o confinamento social.....	65
3.6 Morte social ou <i>não-humanidade</i> no exercício do trabalho doméstico.....	69
3.7 A literatura negra importa a quem?.....	77
4 SOLITÁRIA, SOB A ÓTICA DA DECOLONIALIDADE.....	86
4.1 Confluências entre representação e crítica às personagens	88
4.1.1 <i>Dona Codinha</i>	89
4.1.2 <i>Eunice</i>	93
4.1.3 <i>Mabel</i>	99
4.1.4 <i>Irene</i>	106
4.1.5 <i>Dadá</i>	111
4.1.6 <i>Hilda</i>	116
4.1.7 <i>Luzia</i>	118
4.2 Os espaços como confinadores de corpos negros.....	123
4.2.1 <i>Apartamento dos patrões</i>	125
4.2.2 <i>Quarto de empregada</i>	129
4.2.3 <i>Lar da Eunice</i>	133

<i>4.2.4 Quarto de descanso</i>	136
4.3 Intersecções entre personagens, espaços de confinamento e autoria negro-femininas	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	145

1 INTRODUÇÃO

A imagem do(a) negro(a) no Brasil ainda enfrenta um caminho espinhoso, a considerar que, embora o discurso de que a Escravidão tenha ficado no passado, essa não ficou e seus resquícios percorrem o mundo a partir de outras dinâmicas. Entretanto, ainda que se pense positivo, ainda há muito avanço a ser percorrido no que diz respeito aos espaços, às garantias e representações positivadas relativas aos negros(as). De fato, o preconceito e o racismo estrutural são aspectos que transcendem a categoria raça, a citar a classe social, o gênero e, até mesmo, a religiosidade, haja vista que, muitas vezes, advém das Culturas Africana, Afro-brasileira e Indígena no Brasil em toda a sua pluridiversidade.

Nesse sentido, há muitos campos em que a representatividade negra tem buscando galgar espaços, por isso, a literatura, que é uma das manifestações artísticas mais importantes de todos os tempos, torna-se uma ferramenta potente e muito atual para dar voz a essas pessoas, especialmente, a mulheres negras a partir de vivência de/para pessoas negras. A partir de obras literárias, pode-se construir narrativas ficcionais que tensionam dinâmicas sociais atravessadas por relações de poder e historicamente instituídas pela matriz opressora. Assim, a emergência da literatura negro-brasileira contemporânea, especialmente aquela produzida por mulheres negras, representa um movimento de ruptura com paradigmas hegemônicos historicamente alicerçados na colonialidade do *poder*, do *ser* e do *saber*.

Nessa acepção, a escrita de mulheres negras configura-se como ação política e epistêmica, ao considerar que muitas dessas autoras negras produzem uma literatura com a possibilidade de narrar suas próprias vivências e experiências. É válido ressaltar, também, que não necessariamente a classe artística literária vem de uma realidade subalterna, sobretudo, a contemporânea, a citar a autora negra Eliana Alves Cruz, que é objeto de análise desta pesquisa, é de classe média alta, evidenciando tensionamentos entre lugar de fala e representatividade.

Logo, nesse viés de análise de produção literária contemporânea, a presente pesquisa oportuniza refletir acerca das autorias femininas negras e da representatividade como uma crítica à Colonialidade que tende a excluir e minimizar identidades étnico-raciais. Dito isso, como fio condutor dessa pesquisa, analisa-se como esse lugar de fala, pois, segundo Djamila Ribeiro, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir.”, que antes era entregue como do *Outro*, é fundamental para tensionar vivências de indivíduos que, durante séculos, foram esquecidos e deixados para depois e que, hoje, bradam para que sejam ouvidos em meio a um contexto marcado pelo racismo estrutural e por pactos da branquitude que dão vida à Colonialidade.

Assim, a presente pesquisa visa analisar, tanto de maneira crítica quanto teórico-literária, a obra literária *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, escritora, jornalista e autora negra, nascida em 1966, no Rio de Janeiro, vencedora da primeira edição do Prêmio Literário *Oliveira Silveira*, oferecido pela Fundação Cultural Palmares, em 2015, e que, iniciou sua escrita desde os *Cadernos Negros*, de onde se volta para historicizar a demarcação de uma representação positivada e o lugar onde tiveram a oportunidade de publicar e serem lidos(as).

Quanto à obra *Solitária*, Eliana dividi-a em três partes, sendo a primeira sob a prisma de *Mabel*, criança negra, filha de mãe negra, que é empegada doméstica e que precisa viver no espaço doméstico com a mãe, Eunice, cuja teia envolve gerações nessa relação de subordinação familiar e empregatícia; a segunda parte é intitulada de *Eunice*, mãe, preta, empregada doméstica que vive no apartamento dos patrões ricos, tendo suas vivências diminuídas em detrimento de tornar a vida dos patrões a melhor possível; a terceira e última parte intitulada de *Solitárias*, se destina ao momento o qual Eliana usa da personificação para dar voz aos espaços, como o quarto de empregada, o quarto de porteiro, o quarto de hospital e o quarto de descanso.

A análise de *Solitária* se centra sob a perspectiva de uma família preta, no julgo do trabalho doméstico que relaciona gerações, avó, mãe e, quase filha, o que retoma a sensação de *quase da família*, sinalizando que o racismo estrutural e a Colonialidade seguem operando na modernidade, reiterando práticas de exclusão, confinamento e desumanização de corpos negros. A literatura, nesse sentido, assume a função de denunciar essas práticas e de oferecer alternativas que reinscrevam as experiências negras no centro da produção cultural e intelectual. Logo, é nesse viés que se destaca a importância de analisar, sob uma perspectiva decolonial e a partir das epistemologias negras, a construção das personagens negras na obra de Eliana Alves Cruz, compreendendo como essas vozes literárias tensionam, desestabilizam e recriam as narrativas sociais vigentes e refundam o cânone.

Nesse ínterim, a fim de conhecer a importância da literatura negro-brasileira de autoria feminina para obras literárias, como *Solitária*, e para o espaço social, político e acadêmico de vozes negras, especialmente, questionam-se as seguintes perguntas norteadoras: Como a literatura negro-brasileira, produzida por mulheres negras, contribui para o movimento decolonial? Como a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, interseccionaliza raça, classe e gênero, especialmente a partir da perspectiva do trabalho doméstico? E por último, de que maneira os espaços narrativos são construídos para reproduzir confinamentos e subalternidades de corpos negros?

Com o ímpeto de atingir as respostas para a problemática, busca-se seguir os objetivos geral e específicos, sendo, portanto, o objetivo geral: Analisar como se dá a representação das

empregadas domésticas da literatura negro-brasileira contemporânea na obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, a partir das epistemologias negras e decoloniais. Quanto aos específicos: Discutir os conceitos de epistemologia negra e de decolonialidade no âmbito teórico e seu direcionamento para o literário; Refletir sobre como o Feminismo Negro se presentifica na construção de obras literárias de autorias negro-femininas; Relacionar o conceito de interseccionalidade à perspectiva de autoria de obras literárias negro-brasileiras a partir da categoria representação; Verificar a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, sob a perspectiva epistemológica negra e decolonial com foco nas representações das empregadas e Compreender os impactos da representação de empregadas domésticas e seu tratamento na narrativa contemporânea e as discussões interseccionais a partir da autoria negro-feminina, pós-período abolicionista.

A metodologia desta pesquisa é básica, caracterizada como bibliográfica, tendo como método a análise crítica e interpretativa qualitativa da obra literária à luz dos aportes teóricos das epistemologias negras, da decolonialidade e da interseccionalidade. Além disso, terá como método indutivo, haja vista que se analisará premissas menores, como a vivência de *Eunice*, *Mabel*, *Irene*, *Dadá*, *Hilda* e as personagens negras, empregadas domésticas, são narradas na obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, considerando encontrar resultados a partir das particularidades para entendimento de suas representações sociais.

Quanto ao contexto epistemológico, serão analisados teóricos como Lélia González (2020), Conceição Evaristo (2007), Beatriz Nascimento (2021), Miriam Alves (2020), Djamila Ribeiro (2018), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2024), Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw (1989), Patricia Hill Collins (2020), Carla Akotirene (2019), Aníbal Quijano (2018), Nelson Maldonado-Torres (2019), Maria Lugones (2020), Alfredo Bosi, constituem a base conceitual para a reflexão proposta. A análise literária será atravessada pela compreensão de que a literatura é, também, um território de resistência e de disputa de saberes, capaz de reposicionar sujeitos historicamente silenciados.

Nesse viés, a estrutura do presente estudo se dividirá em três capítulos, sendo o primeiro intitulado de *Epistemologias Negras e Crítica Literária Contemporânea*, abordando a construção do saber negro no campo literário e acadêmico, discutindo as autorias negro-femininas, e a sua importância para o lugar de pertencimento e de voz das mulheres na sociedade e na literatura brasileira. Além disso, se analisará, também, as contracorrentes críticas e analíticas, a decolonialidade, o Feminismo Negro e a interseccionalidade como chaves de leitura imprescindíveis para as discussões que são tensionadas pelo social, pelo literário e pelo teórico.

No segundo capítulo, intitula-se *Literatura Negro-Brasileira e Questões Contemporâneas*, dedica-se à historicização da literatura negra no Brasil, refletindo sobre sua origem, o conceito de *Escrevivências*, a representação do trabalho doméstico; a análise de discursos de empregadas domésticas e o confinamento social a partir das subalternidades, o espaço doméstico enquanto confinamento, a morte social dos corpos negros, a citar a *não-humanidade* que muitos colonizadores impuseram aos negros no viés de dominante e dominado e, por fim, tem-se a reflexão acerca da importância da literatura negra para o fortalecimento de identidades, ao se questionar: “a literatura negra importa a quem?”.

No último capítulo, prioriza-se a análise da obra literária, *Solitária*, sob a Ótica da Decolonialidade, buscando a discussão da obra de Eliana Alves Cruz, enfatizando a construção das personagens negras, a configuração dos espaços de confinamento e as intersecções entre personagens, espaços e autoria negro-feminina. Logo, nessa reflexão literária, buscará refletir como a autora *negra* constrói vivências de/para pessoas negras a partir de olhares de mulheres negras que tendem a ser vistas como subalternas, a citar a personagem *Eunice*, empregada doméstica, a citar as outras personagens mulheres negras que serão objeto de análise, a partir da vivência, da inferiorização, da sensação de não pertencimento sob o julgo de uma sociedade que segrega e que perpetua, muitas vezes, as marcas de um racismo estrutural.

Além disso, no último capítulo, torna-se imprescindível analisar os espaços físicos construídos na obra literária *Solitária*, como espaços de confinamentos, os quais, inclusive, valendo-se de uma personificação, a autora dar voz aos cômodos, como *quartinho da empregada*, *banheirinho*, *salinha*, não ocasionalmente no diminutivo, mas como ímpeto de levantar discussões que tendem a ser reproduzidas em ambientes que são confinadores, estigmatizadores e racistas.

Por fim, se estudará essa intersecção entre personagens, espaços de confinamento e autoria negro-feminina a considerar que essa convergência de categorias na respectiva obra literária apresenta uma possível discussão imprescindível em busca de contribuir para a ampliação de vozes negras no campo dos estudos literários, para a valorização de saberes subalternos e para o fortalecimento de uma crítica que rompa com os paradigmas coloniais ainda vigentes. Portanto, a análise da obra *Solitária*, sob essa ótica, pretende evidenciar o potencial transformador da literatura negra contemporânea como instrumento de resistência, denúncia e (re)construção de epistemologias outras.

2 EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E CRÍTICA LITERÁRIA CONTEMPORÂNEA

A construção e a “autoridade” do conhecimento foi, historicamente, definida e atrelada ao homem branco, cujo processo de dominação colonial proporcionou sua força e propagação por todo o mundo. Em diferentes partes do globo, homens ditavam e escreviam o que devia ser cumprido, bem como quem poderia cumprir, deixando às mulheres e aos demais grupos minoritários, entre eles, pobres, ciganos, retirantes etc., o *não-lugar* e a invisibilidade (Kilomba, 2019, p. 168). No âmbito da literatura, não aconteceu diferente, eles definiram o que era ou não literário, bem como suas formas, estilos e escolas, impossibilitando que o outro pudesse cogitar uma mínima inserção nesses espaços.

De forma menos latente, esse cenário faz parte do contexto contemporâneo e tem sido motivo de tensões e rupturas com o intuito de alterá-lo e possibilitar que outras vozes participem desse engendramento, uma vez que é necessário pensar as novas formas, a relação literatura e sociedade, assim como o diálogo que a literatura estabelece com outros saberes a fim de intensificar a experiência de fruição literária dos leitores.

Ademais, os avanços no campo das epistemologias críticas têm possibilitado o questionamento da centralidade do pensamento canônico branco, especialmente no que se refere à autoridade discursiva que historicamente silencia o *Outro*, relegando-o à condição de *subalternidade*¹. Nesse sentido, a contribuição de Gayatri Chakravorty Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (1988), mostra-se fundamental para este trabalho, uma vez que a autora compreende a subalterna não como alguém destituída de voz, mas como sujeito cuja fala não é reconhecida nem legitimada pela formação simbólica dominante de seus (não)interlocutores. Assim, o silenciamento não se dá pela ausência de discurso, mas pela impossibilidade estrutural de ser escutada.

No entanto, sob um viés de avanço social, cultural e acadêmico, sabe-se que muitas dessas vozes, que foram destinadas às margens pelos colonizadores, hoje tendem a ser ouvidas, discutidas e reverberadas a partir da necessidade de se romper com o Colonialismo Moderno como consequência da criminalização do racismo, do cravamento do espaço negro-literário, que surge como um espaço de intensa produção, de posituação das identidades negras e como resultado dos Movimentos Sociais, especificamente o Movimento Negro Unificado e o Feminismo Negro, que possibilitou esse galgamento. Assim, é a partir de um viés fortemente

¹ Alusão à obra *Pode o subalterno falar?* De autoria de Gayatri Chakravorty Spivak, publicado pela primeira vez em 1988, o qual afirma que o silenciamento enquanto o ‘intelectual’ fala é a reprodução de estruturas de poder e opressão.

marcado pela denúncia e a partir de uma voz que vive e que narra suas vivências de/para pessoas negras, que os espaços foram sendo, gradativamente, ocupados por meio dessas rupturas e tensões, desencadeando na conquista do direito a poder falar e ser ouvido, irrompendo com a hegemonia branca ocidental e cisheteropatriarcal, segundo o que enfatiza Sousa (2023).

As epistemologias negras como resultado da produção de saberes, seja através de categorias seja pelo exercício e ocupação acadêmico-científica, produzem um conjunto de saberes capazes de elucidar ou explicar o porquê de tantos apagamentos e epistemicídios sucessivos, pois a interdição do corpo negro para além do espaço físico repercutiu em suas representações em todos os âmbitos, dentre eles na cena literária e nas artes. Nesse sentido, ao romperem com as literaturas hegemônicas no sentido de mostrar que existiam outras literaturas co-existindo, permitiu-se que os leitores, especificamente os negros, se reconhecessem como sujeitos de suas próprias histórias, humanizando suas vivências através das representações que a literatura possibilita.

A partir dessa conquista de espaço e representações positivadas, que vem sendo construídas através de um esforço coletivo e de insubmissões em diversos meios e espaços, é fulcral analisar como Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), discorre sobre o espaço acadêmico não ser um ambiente neutro, ao passo que, historicamente, a pessoa negra tem estado sem voz e os brancos têm desenvolvido discursos teóricos construindo o negro como o *Outro*. (Kilomba, 2019, p. 50)

Na cena literária e crítica contemporânea a partir do Brasil, muitas vozes negras têm se destacado num exercício crítico que possibilitou a interpretação de que obras literárias negras são preteridas por obras canônicas e/ou obras escritas por pessoas brancas e, via de regra, narram o *outro*, o negro não como uma personagem, mas como um “algo” daquela narrativa, cuja representação não tem importância, seja ocupando papéis subalternos, seja corporificando o não-lugar destinado àqueles que contrastam com o corpo branco e enaltecido. Nessa acepção, muitas vozes negras têm subvertido nas últimas décadas para que, hoje, estivéssemos tensionando o campo a partir da ótica das epistemologias negras, pois, segundo Kilomba (2019, p. 51), “[...] não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; [...]”.

De outro lado, via História, anteriormente às vozes contemporâneas, Beatriz Nascimento, autora negra, em *Uma história feita por mãos negras*, discorre que:

Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente,

nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. (Nascimento, 2021, p. 40)

Nessa acepção, em diálogo com a historiadora, é importante mencionar a existência de um apagamento de saberes e trajetórias negras, entendidas aqui como intelectualidades, através do Epistemicídio, categoria teórica criada e discutida por Boaventura de Sousa Santos e, no Brasil, ampliada por Sueli Carneiro² quando do exercício de desvalorização ou supressão de conhecimentos produzidos por negros e negras em diversas áreas do conhecimento.

Na contramão dos epistemicídios, as epistemologias negras buscam afirmar o lugar de fala de pessoas negras, valorizando suas produções de conhecimento, como é o caso de obras literárias fortemente vinculadas à experiência de *ser e estar* negro no mundo, ou seja, discussões que partem de suas vivências. Nesse contexto, as reflexões de Achille Mbembe, em *Crítica da Razão Negra* (2014), contribuem para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de exclusão ao propor o conceito de *devir-negro do mundo*. Para o autor, tal conceito não se refere à inclusão do sujeito negro, mas à generalização das condições de precarização, desumanização e descartabilidade historicamente impostas às populações negras, que passam a atingir, progressivamente, outros grupos sociais. Assim, Mbembe evidencia como a lógica colonial e racial estrutura o presente e o futuro do mundo, portanto, diante desse cenário de exclusão ampliada, as epistemologias negras e as produções literárias a elas vinculadas emergem como formas de enfrentamento, denúncia e reinscrição da humanidade negra.

Nesse sentido, as reflexões de intelectuais e escritoras negras brasileiras corroboram a crítica às formas tradicionais de representação do sujeito negro na literatura. Com efeito, Miriam Alves, brasileira, escritora negra, assistente social, amplamente abordada nacional e internacionalmente, narra que nas obras escritas por autores brancos, os negros estão sempre num lugar de escravo, descendente de escravo e/ou subalternizados em alguma função, sem personalidade e interioridade dramática (Alves, 2020).

Assim, entende-se, que tais subalternidades, ainda que em escritas literárias em meados de séculos XIX e XX, são, muitas vezes, advindas de um resquício da Colonialidade que, segundo María Lugones, em *Colonialidade e gênero*, presente na obra *Pensamento Feminista hoje: perspectivas coloniais* narra que:

“Colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. É um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle

² *A mulher negra brasileira na década da mulher* (1985); *Mulheres que fazem São Paulo: a força feminina na construção metrópole* (2004); *A cor do preconceito* (2006); *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011); *Escritos de uma vida* (2018); *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2023).

do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas reações intersubjetivas. (Lugones, 2020, p. 63)

De fato, Lugones dialoga com o teórico Aníbal Quijano em seu discurso de colonialidade do poder, mas sob uma perspectiva de contra-argumento, analisando que o Quijano aceita a forma que negros, sobretudo, mulheres são subordinadas pois, segundo ela, o quadro de análise de Quijano, o qual demonstrar que ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero, mantendo velado o entendimento de que mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas do poder. (Lugones, 2020, p. 61)

Portanto, o feminismo decolonial de Lugones evidencia as resistências às relações de poder, teorizando as coalizões que buscam resistir às múltiplas opressões (Carvalho, 2023), sobretudo, no silenciamento de vozes de autorias negras que ainda tende a persistir de certa maneira. No entanto, hoje, a partir desse viés decolonial, a escrita negra tornou-se marco no que tange ao Movimento de Literatura Negro-brasileira, o qual vai ao encontro do silenciamento da produção literária de autoria negra ou temática negra, pois, ainda que não tenhamos acesso a essas obras como deveríamos, as autorias negras estão escrevendo, mas, muitas vezes, não estão sendo lidas. Portanto, acerca desse Movimento, Miriam Alves enfatiza que

Começa a aglutinar escritores e escritoras e inicia-se o que eu chamo de Movimento de Literatura Negra Brasileira, denominação que muitos dos pesquisadores e professores acadêmicos ainda têm uma resistência muito grande de adotar. A partir de 1978, abre-se um caminho que agencia não só os escritores antigos, novos escritores, como também leitores. Uma ação que tem quarenta e dois anos com a publicação de um livro por ano. Respondendo a sua pergunta, tentando ser sucinta: realmente, publicar literatura no Brasil é complicado. Publicar literatura negra no Brasil é muito complicado (Alves, 2020, p. 198-199)

A partir de então, no âmbito educacional, é importante mencionar a Lei nº 10.639 de 2003, bem como a Lei nº 11.645 de 2008, que tornam obrigatória a abordagem da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no contexto educacional, o que se configura um acesso, ainda que tímido, a obras literárias e a discussões acerca da existência desses sujeitos, de suas produções culturais e de um processo de produção literária epistemologicamente vinculado à experiência autoral e vivencial de autorias negras e indígenas, que produzem e publicizam suas obras em editoras específicas, como é o caso da *Malé*, *Nandyala Editora*, *Pallas Editora*, *Editora Cancioneiro* entre outras, que objetivam dar visibilidade a obras e produções desses grupos.

No fortalecimento das epistemologias e intelectualidades negro-brasileiras, através da ruptura com saberes eurocêntricos, autorias negras como Grada Kilomba e Miram Alves revelam a importância do lugar de fala e de dar voz às minorias de representação política, nesse contexto, as negras, tendo em vista que, muitas vezes, suas representações foram, historicamente, escritas por homens brancos que se viam superiores aos negros, representando-os do ponto de vista do colonizador e a partir de suas próprias dinâmicas de estigmatização e estereotipação, processos esses que negativaram a representação, a estética e todos os universos que circunscreveram a identidade negra.

Portanto, é primordial investigar e analisar autorias e intelectualidades negro-femininas que representam positivamente o negro e desmitificam esses processos de estigmatização, paralelamente a construção de saberes que refundam as noções binaristas que colocaram o branco em superioridade ao negro. Dito isso, se discutirá autorias negro-femininas e como essas contribuem para o movimento decolonial a partir do Brasil. Ainda, como essas questões são intersectadas a partir das discussões de raça, gênero e classe social, com foco na perspectiva do trabalho doméstico, categoria central nesta pesquisa.

2.1 Autorias Negro-femininas

O epistemicídio, segundo Boaventura de Souza Santos (1998), refere-se ao apagamento de conhecimentos e saberes produzidos pelos povos colonizados em suas mais diversas áreas. Nesse processo de apagamento de culturas, saberes e vivências, o epistemicídio é um termo que abarca a dominação de toda e qualquer produção de saberes produzidos pelas minorias, num movimento de apagar falas, memórias e vivências tanto de indígenas quanto de negros, o que, quanto menor a possibilidade de serem registradas, mais subjugada à violência do colonialismo se torna. (Gonçalves; Mucheroni, 2021)

Nessa direção, segundo Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio relaciona-se à dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial. Para ela, o estatuto do *Outro* é o de ‘coisa que fala’, ratificando o já citado por Kilomba, ao afirmar que o negro é visto como esse Outro, como um ser inferiorizado, revelando a desqualificação atribuída à raça, o que resulta nas classificações de obras canônicas nas quais quando o negro está presente ocupa um lugar de desqualificação, paralelamente à deslegitimação de seu conhecimento e dinâmicas de resistências, ou seja, o negro não é bom o suficiente para ser validado, mas, para ser apagado, silenciado, inclusive, sob a perspectiva do colonialismo, como é o caso de obras literárias de

autores negros com protagonismos negros, como *O Avesso da Pele*, de Jefferson Tenório³, que no contexto contemporâneo fora impedida de estar na grade curricular de uma escola, o que mostra que, ainda que haja um avanço da sociedade, o colonialismo reverbera em uma tentativa de apagar vozes subjugadas a partir de justificativas injustificáveis e cerceadoras.

A partir da forte presença da interseccionalidade que permeia a escrita negra, cabe ressaltar a construção de intelectualidades negro-brasileiras, Lélia González, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Miriam Alves, Djamilia Ribeiro, Carla Akotirene, bem como de outras nacionalidades, tais como, bell hooks, Patricia Hill Collins, Gayatri Spivak, Grada Kilomba entre outras, que têm contribuído para as discussões étnico-raciais a partir de uma consciência e insubmissão racial e de gênero enquanto sujeitas de seu próprio tempo.

Nessa perspectiva de intelectualidades negras que contribuem para a subversão do epistemicídio hegemônico, surgem escritoras literárias que impescindem discussão, como Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Cristiane Sobral, Eliana Alves Cruz entre outras, que são autoras literárias que têm assegurado a continuidade da escrita negra e sua potência a fim de que tais projetos ainda sejam lidos, discutidos e analisados, haja vista que a escrita dessas autoras é, muitas vezes, um discurso dialógico, conforme menciona Mikhail Bakhtin⁴, o qual é atravessado por outras gerações, pelas memórias de antepassados, evidenciando, também, que a escrita dessas autoras é um ato que liga gerações, conforme se observa na escrita de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Eliana Alves Cruz.

O conhecimento do processo de escrita dessas autoras é primordial para as tensões que a presente pesquisa anseia proporcionar, haja vista que suas discussões teóricas, sociais e políticas contribuem para a resistência ao apagamento de saberes e de vozes negras, a considerar, inclusive, que esse tempo é moldado por vozes de mulheres negras que estão sendo ouvidas, diferentemente de séculos anteriores em que escritos negros foram abafados e/ou açoitados pelo Período Escravista no Brasil, evidenciando, portanto, a conquista por um espaço de direito.

Antes tensionarmos as perspectivas teóricas de autoras negras que contribuem para as discussões presentes nessa análise, reconheceremos a escritora negra Eliana Alves Cruz que é

³ O livro "*O Avesso da Pele*", de Jefferson Tenório, foi censurado em três Estados, são eles: Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná, sob a alegação de "expressões imprópria" para menores de 18 anos. SANTOS, Emilly. 'O Avesso da Pele': livro que debate racismo é censurado em escolas de 3 estados por reação equivocada ao conteúdo, alertam especialistas. **G1**, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/03/08/o-avesso-da-pele-livro-que-debate-racismo-e-censurado-em-escolas-de-3-estados-por-reacao-equivocada-ao-conteudo-alertam-especialistas.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2025.

⁴ Bakhtin defende que não há um discurso único, ou seja, não há uma voz vindo de um vácuo, mas sim que todo discurso é feito a partir de múltiplas vozes.

fundamental nesses discursos. Eliana Cruz nasceu no Rio de Janeiro em 1966, é graduada em Comunicação Social, Pós-Graduada em Comunicação Empresarial, é escritora e jornalista; iniciou sua trajetória com o romance *Água de barrela* (2016), baseado na história de sua família desde o século XIX, na África, o qual a fez ganhar o prêmio da Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura em 2015. Além disso, em 2016, integrou a Edição 39 do *Cadernos Negros*, com poemas de sua autoria, assim como fez parte da Edição 40 com narrativa de ficção intitulada de *Oitenta e oito*.

Em 2018, pela Editora *Malé*, publicou a obra *O Crime do Cais do Valongo* romance em que a autora escreveu com base em extensa pesquisa da autora em Moçambique e também com fontes históricas do Rio de Janeiro acerca da história de negros escravizados no Brasil colonial. Em 2020, publica o romance *Nada Digo de Ti, Que Em Ti Não Veja*, pela Editora *Pallas*, o qual aborda milícia, racismo, *fake news*, delação premiada, fanatismo religioso e transexualidade. Em 2022, pela Editora *Companhia das Letras*, publica o romance, objeto de análise dessa pesquisa, chamado *Solitária* narrativa que ficciona a vida de personagens negras sob o viés do trabalho doméstica e do espaço como um local de confinamento social.

Eliana Cruz é fundamental para a consolidação de epistemologias negras, da produção de conhecimento a partir de sua voz e, por isso mesmo, Barbosa (2022) afirma que, nas produções de Eliana, a negritude se apresenta por meio de historicidades e devires, uma vez que há uma negociação entre passado – a maioria dos seus escritos é composta por romances históricos – e o lugar de fala dos sujeitos marginalizados, sobretudo, em um período do século XXI, a partir da problematização dos mecanismos de poder.

Em uma entrevista à *Book Livraria*, Eliana corrobora que essa ascensão de autorias negras desponta na atualidade, mas que há muitos anos essas escritas vêm acontecendo, pois, conforme a autora:

Estamos vendo muitas pessoas aparecerem para o grande público agora, mas que estão na estrada há décadas com produções densas e belíssimas. Estamos num movimento de resgate de uma série de coisas. Não apenas de lugares na sociedade. Não é uma busca por protagonismo que é um fim em si mesmo, mas que busca reatar laços brutalmente rompidos pelo sequestro da nossa história. (Cruz, 2018)

Nessa conjuntura de problematizar esses espaços ditos hegemônicos, com o fito de corroborar a afirmativa de Eliana acerca de dar voz à história de negros e negras é que se busca conhecer autoras negras na contribuição de epistemologias negras, portanto, a iniciar por Lélia González, foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira, nascida em Belo Horizonte, em 1 de fevereiro de 1935, falecendo em 10 de julho de 1995.

González foi pioneira em pesquisas sobre a Cultura Negra e participou de muitos movimentos, além de ter produzido discussões necessárias para a interpretação de um Brasil a partir do olhar do negro, das margens e sob outras lentes analíticas.

Lélia, durante a sua trajetória profissional, acadêmica e de militância no movimento negro, desafiou o racismo e criticou o mito da democracia racial, haja vista o cruzamento muito bem articulado entre feminismo, movimento negro e pensamento intelectual, lido hoje como decolonial. Em sua escrita, a figura da mulher negra possui centralidade (Castro; Costa, 2024, p. 416). De fato, González forneceu discussões que tensionaram o campo e têm contribuído até os dias atuais, pois o racismo é uma ferida que não sara no Brasil.

Lélia representou o Brasil em diversos eventos internacionais. Uma de suas primeiras publicações de destaque foi o artigo “*Democracia racial? Nada disso*”, publicado em 1981, o qual aborda uma escrita que destaca o papel das mulheres africanas que, apesar do racismo, ensinaram aos brasileiros da época esta língua que ela nomeou de “pretuguês”, o português africanizado (Castro; Costa, 2024, p. 417). Em 1982, publicou o livro “*Lugar de Negro*”, com coautoria do sociólogo Carlos Hasenbalg. Em 1987, escreveu o livro “*Festas populares no Brasil*”. Em 1988, publicou um artigo que viria intitular, em 2020, uma coletânea de textos da autora, “*Por um Feminismo afro-latino-americano*”, além de “*A categoria político-cultural de Amefricanidade*”, que narra acerca do conceito de *Amefricanidade*, a citar as experiências fora do continente africano.

Em seus escritos, a teórica interseccionalizou racismo e sexismo a partir de uma divisão cultural que reproduzia estereótipos e estigmas responsáveis pela categorização de não-lugar e não-humanidade atrelada a negros e negras, ou seja, discussões que refletiam a vivência da maioria de pessoas marginalizadas e silenciadas na sociedade, tornando-a, então, as *minorias*. Nessa perspectiva da reflexão do racismo, González construiu discussões epistemologicamente vinculadas e capazes de fortalecer as epistemologias negras, tornando a mulher negra voz latente e com um poder de interpretação necessário para se compreender o contexto racista vigente e suas políticas de apagamento dos corpos negros.

As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra. É certo que, de 1950 para cá, ocorreu o crescimento das classes médias no Brasil. Todavia, em termos relativos, isso significou a deterioração das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para a população negra. Excluída da participação no processo de desenvolvimento (desigual e combinado, não esqueçamos), ficou relegada à condição de massa marginal crescente: desemprego aberto ou não, ocupação “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas

condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (González, 2020, p. 50)

Em alusão ao exposto por Lélia acerca das dificuldades de acesso à educação e à crítica a essa participação desigual do negro na sociedade, surge Maria Beatriz Nascimento, nascida em 12 de julho de 1942, no Rio de Janeiro, falecendo em 28 de janeiro de 1995, vítima de feminicídio. Beatriz Nascimento foi uma brasileira historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres. Sua contribuição teórica é crucial para discutir acerca das vozes silenciadas, considerando seus questionamentos a partir de sua trajetória nas discussões racial via história. Beatriz registrou seu estado de choque com o eterno estudo sobre o escravo quando se referiam ao negro (Miranda, 2024, p. 461), reverberando que a presença do negro é entendida apenas sob a perspectiva da mão de obra escravizada, corroborando com a afirmativa de que as epistemologias hegemônicas são validadas, compreendidas e lidas, enquanto, o negro é silenciado, marginalizado e tem suas produções anuladas pela Colonialidade do poder a qual impõe a ideia de raça como instrumento de dominação (Quijano, 1988, p. 136)

Nascimento tem um legado extremamente importante para a conquista de espaços que são de pessoas negras, mas, muitas vezes, são silenciados, por isso, seu ativismo fora significativo no meio acadêmico, social e político, pois revisitou em textos e entrevistas a crítica ao modelo colonial de produção do conhecimento acadêmico, seus métodos e linguagens, bem como ao desprestígio aos saberes do mundo negro (Miranda, 2024, p. 463).

Dada essa contextualização sobre as contribuições dos escritos de Beatriz Nascimento, tem-se que a autora propugnou por uma transformação acerca de novas bases epistemológicas, a citar que:

Dentre as balizas para uma História negra, ressaltam-se: a) a necessidade de pesquisar o protagonismo negro na formação da nação brasileira; b) a possibilidade de estabelecer uma linha de continuidade histórica entre os núcleos negros do passado brasileiro e as comunidades negras contemporâneas; c) o desvelamento dos jogos de poder na operação racial e subjetivação da pessoa negra na sociedade brasileira; d) a transformação do ensino de História na escola e na universidade. (Miranda, 2024, p. 465)

Beatriz Nascimento construiu bases fundamentais para os diálogos atuais acerca de movimentos negros, como a discussão acerca do protagonismo negro na formação da nação brasileira ressaltando que o meio educacional, muitas vezes, limitou a participação histórica do homem negro somente à Escravidão no Brasil, a citar livros didáticos sobre a História Brasileira. Logo, os escritos de Nascimento contra-argumentaram situações de poder

especialmente na autoafirmação racial, intelectual e existencial, ações que contribuíram – e ressoam – até os dias atuais.

Em sua obra “*Uma história feita por mãos negras*”, Beatriz aborda a mulher negra na sociedade, pois ela, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi vista tão apenas como mão de obra, na maioria das vezes não qualificada (Nascimento, p. 227), questão que dialoga com a problemática desta pesquisa quando de mulheres negras ocupando o lugar de empregada doméstica, na atualidade. Sob esse aspecto relacionado, no passado, as mulheres negras eram trazidas do continente africano não somente para trabalhar nas lavouras, mas também nas casas dos senhores como amas de leite ou mucamas (Teixeira, 2021, p. 26).

Na contramão dessas representações e compreendendo a mulher negra como fonte de conhecimento, Aparecida Sueli Carneiro, nascida em 24 de junho de 1950, na cidade de São Paulo, é uma filósofa, escritora e ativista antirracista do Movimento Social Negro Brasileiro. Em seus estudos acadêmicos, deparou-se, muitas vezes, com o silenciamento de mulheres negras na perspectiva do patriarcado, ou seja, além do apagamento racial, a autora discorreu acerca dessa interdição imposta por duas categorias, raça e gênero, especialmente no que discute acerca da necessidade de enegrecer o feminismo e validade os espaços da mulher negra, pois defende que é necessário entender de qual mulher estamos falando, pois mulheres brancas e negras possuem pontos de partida diferentes. (Ribeiro, 2018, p. 25)

Nessa perspectiva, a construção de espaços e de teorias epistêmicas produzidas por mulheres negras carrega uma reflexão em torno do devir de ser e estar negra, questão ampliada por Sousa (2023, p. 224):

As trajetórias de mulheres negras não só apresentam visibilidade, mas cravam caminhos essenciais numa luta antirracista e anti-sexista diária, cujos resultados se ampliam no campo teórico, no campo do real, do vivido, da ficção etc., por ser uma tomada de posição e um giro epistêmico, produzindo novos saberes.

As trajetórias de mulheres negras que têm contribuído para a visibilidade do conhecimento produzido por suas epistemologias acerca desse olhar para dentro de si, não mais como uma visão do negro como o *Outro*, mas na percepção de dentro, sob o olhar de quem vive a história, tornando-a, então, sujeita dela e a partir de um lugar de fala.

Miriam Alves problematiza essa e outras questões concernentes à escrita, enquanto autoria, e à tematização. Corroborando a essas questões, tem-se que,

O que eu sou é uma mulher negra escrevendo. Então, toda vez que eu escrevo, mesmo que eu não esteja falando diretamente, frontalmente, sobre as questões

relativas ao racismo, de alguma maneira, meu texto é um texto racialmente marcado pelo lugar de fala. É uma mulher negra falando, antes de tudo. É uma filha negra falando. É uma amante negra falando. O tempo inteiro o “negra” está colado a tudo que faço, a meu gesto, ao modo como me visto, ao modo como penso, ao ser intelectual negra. Eu sou uma professora, então todo meu trabalho intelectual também circula muito pela questão da negritude. (Souza, 2017, p. 281-282)

Percebe-se, então, as tensões que são produzidas por escritos de mulheres negras a partir das perspectivas de autoras que (re)existem, haja vista que o termo ‘negro’ aparenta para a Mirian, bem como para outras autoras negras, a sensação de pertencimento ao citar que o termo se faz presente em *quem é*, ou seja, uma escritora negra, uma intelectual negra, uma ativista negra, apresenta-se, portanto, como o conhecimento de si, de sua ancestralidade, de compreensão da cor da pele e de um movimento teórico-literário que surgem para dar representatividade e margem para as atuais discussões sociais sobre a negritude.

Nessa perspectiva de discussões raciais e atuais, Djamila Ribeiro é mulher negra que impescinde notoriedade sobre a perspectiva do rompimento do silêncio, por uma política contra os sucessivos apagamentos e contextos em que os corpos negros se reduziam ao esquecimento ou através de narrativas de escravos, nas aulas de História, fortalecendo uma versão oficial que seria difícil, em um futuro próximo, desconstruir.

Djamila ao narrar sobre essa máscara do silenciamento – quem sabe a uma clara analogia à Anastácia, escrava amordaçada com uma máscara de ferro e que abre a obra de Kilomba (2019) em diálogo com nossa discussão –, afirmou que a máscara a afastou de muitos saberes durante anos e que, para compreender esse lugar de fala, de espaço, de visibilidade social, de política e de acadêmica foi necessário subverter as lógicas dominante, perpassando a fronteira do *não-lugar* atrelado à mulher negra, de um lado por ser doloroso, de outro por ser potente, pois permite enxergar a sociedade de um lugar social que faz com que tenhamos ou construamos ferramentas importantes de transcendência (Ribeiro, 2018, p. 22-23)

Nessa perspectiva de aparelhamento teórico, recorre-se a Carla Akotirene como chave de leitura fundamental para ampliar a discussão sobre mulheres negras em detrimento do silenciamento social, histórico, político e epistemológico. A *interseccionalidade* discutida por Akotirene nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos (Akotirene, 2022, p. 63). Para ela, as categorias que atravessam mulheres, especialmente falando das negras e pobres são categorias que tendem a ser desnudadas, pois a do conceito de *interseccionalidade* é possível compreender tensões ainda mais alarmantes esse

corpo subjugado, corroborando para o genocídio da população negro-brasileira, ao passo que se evidencia marcas colonizadoras até os dias atuais, sob outras engrenagens.

A partir das contribuições teóricas dessas autoras: Lélia González, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Miriam Alves, Djamila Ribeiro e Carla Akotirene, é possível perceber como suas intelectualidades não apenas afirmam o lugar de fala das mulheres negras, mas também desafiam as estruturas hegemônicas que perpetuam o epistemicídio e a marginalização de saberes oriundos dessas vivências. Logo, essas autoras tensionam as narrativas dominantes ao mesmo tempo em que produzem contranarrativas críticas e analíticas que questionam a colonialidade do poder, do ser e do saber, bem como o racismo estrutural e o patriarcado, proporcionando uma abertura de caminho para uma epistemologia negra e decolonial enviesada.

2.2 Contracorrentes críticas e analíticas a partir de intelectualidades negras

A teoria produzida por mulheres negras surge como resultado das experiências de corpos que foram interditados em todos os âmbitos, compondo-se como contracorrentes frente a Colonialidade Moderna que tende a tornar o homem branco o detentor do conhecimento. Nesse contexto, autoras negras como, por exemplo, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins e bell hooks desempenham um papel fundamental na produção de contranarrativas e de lentes analíticas que instrumentalizam a uma crítica interdisciplinar tendo como foco a experiência do *ser e estar* negra no mundo. Assim, tanto a escrita quanto os posicionamentos críticos reivindicam espaços historicamente negados às vozes negras, além de se romper com um silenciamento que remonta ao período escravista. Dito isso, Grada Kilomba em “*Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*”, discorre, dentre tantos outros conceitos, sobre a mulher negra, que para ser ouvida, só é possível a partir da perturbação que faz ao *branco*, pois

[...] Nós nos tornamos visíveis através do olhar e do vocabulário do *sujeito branco* que nos descreve: não são nossas palavras nem nossas vozes subjetivas impressas nas páginas de revista, mas sim o que representamos fantasmagoricamente para a nação *branca* e seus *verdadeiros* nacionais. (Kilomba, 2019, p. 73)

A reflexão de Kilomba evidencia como a visibilidade das mulheres negras na sociedade e na literatura ainda depende do olhar colonizador para ser validada. Esse fenômeno também se manifesta na literatura canônica, onde personagens negras foram frequentemente retratadas de forma estereotipada ou relegadas a papéis secundários. É nesse sentido que se discute o papel

das autoras negras na construção dessas contracorrentes, que valorizam o conhecimento produzido por intelectuais negras e reivindicam a centralidade de suas narrativas, ou seja, discursos gerados a partir de lugares de fala e de escutas por sujeitos marginalizados, cujo ponto de partida é a redistribuição do poder, para a liberdade dos que foram destinados aos *não-lugares*. (Sousa, 2023, p. 119)

Assim, ao tensionar as hierarquias epistêmicas e reivindicar um lugar de fala, as contracorrentes críticas produzidas por mulheres negras materializam-se tanto em produções teóricas quanto em literárias. Contudo, é por meio dessas contranarrativas que se materializa um projeto de insubmissão para ressignificar e reescrever a história e a experiência negra, ao mesmo tempo em que se reafirma identidades, preserva-se memórias e desafia-se a hegemonia na literatura e no pensamento crítico. Para Lélia González,

O fato é que, enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência... (González, 2020, p. 68)

A ótica da qual parte Lélia implica discutir os silenciamentos e o apagamento de populações afrodescendentes, trazendo à contemporaneidade o que se corporifica nas políticas partidárias que corroboram para a continuidade de práticas racistas, sexistas e misóginas no Brasil, bastando analisar a composição desse cenário que é, exclusivamente, composto por homens e mulheres brancas. Nesse viés, tensiona-se como minorias têm sido marginalizadas e relegadas às práticas violentas em detrimento de falácias patriarcais, como o homem no centro das relações e detentor do poder na sociedade, endossando o histórico que vêm desde o início da sociedade marcada por essa centralização de poder no homem.

Na direção de uma desobediência epistemológica com o ímpeto de fortalecer contextos e meios sociais, como defendido por Sousa (2023), reflete-se acerca da mudança de postura intelectual e de representações sociais, a considerar o avanço dos saberes, dentre eles, da literatura e de outras artes, produzida pela população negra, principalmente, por mulheres negras que estão adentrando aos espaços acadêmicos e escolares, ainda que caminhando lentamente e de forma tímida.

Diante desses passos galgados a fio de ferro, a autora Fernanda Miranda, em sua obra “*Silêncios prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*” postula sobre o espaço de representação negra no ambiente literário, pois,

Antes de abrir a roda, cabe dizer que um elemento fundamental a ser pensado quando observamos a analítica sobre o negro na literatura brasileira é que ela foi inicialmente desenvolvida por pesquisadores que provinham de formações ou campos de estudos que não eram propriamente da teoria literária, mas sim da história e ciências sociais. Isso significa que por muito tempo estes textos não despertam qualquer interesse dentro do campo dos estudos da literatura e foram apartados da categoria de objeto literários. (Miranda, 2019, p. 16)

Sob esse olhar de avanço literário negro-brasileiro, é possível refletir sobre espaços no meio acadêmico, estudantil e social, haja vista que, na atualidade, muitas discussões têm sido trazidas a partir desse envolvimento que torna o negro como partícipe da sociedade e não mais à margem, além do que, nas palavras de Sousa (2023), há uma alargamento do mercado editorial acerca dessa inclusão/viabilização de editoras, haja vista que elas se projetam para suprir a demanda de um novo nicho que se apresenta e precisa ser suprido, bem como às demandas dos movimentos sociais e de agendamentos individuais por espaços, o que vem sendo objeto de luta há muitos anos.

Nessa afirmativa de vozes e escritos negros que vêm sendo produzido há muitos anos, é importante retomar que, na década de 1970, deu-se início à publicação dos *Cadernos Negros*, produzido por escritores(as) negros(as) que proporcionou visibilidade tanto para as discussões sobre raça, gênero e classe quanto para o imaginário negro, entre temáticas, abordagens e dinâmicas incutidas na literatura. Portanto, nessa perspectiva de se romper com o único e aceitável modelo epistemológico, é que surgem os movimentos decoloniais para transpassar teorias únicas, haja vista que são “incutidas secularmente nas teorias e nas práticas das diversas ciências, desconsiderando a constituição diversa e plural do mundo, afirmativa que negligenciou outros saberes e suas emergências” (Sousa e Moraes, 2022, p. 167).

A partir dessa iniciativa de luta – e de conquista – por espaço, a autora Mirian Cristina dos Santos, mulher negra, Doutora em Letras e em Estudos Literários, em sua obra “*Intelectuais Negras – Prosa Negro-Brasileira Contemporâneo*”, publicada em 2018, tem a essência de reconhecer e valorizar a produção literária de mulheres negras no Brasil contemporâneo, refletindo as autoras negras Miriam Alves, Conceição Evaristo e Cristiane Sobral como sujeitas intelectuais que elaboram saberes e narrativas a partir de suas experiências de raça, gênero e classe social.

No ímpeto de entender a importância desse pertencimento de intelectuais negras, Mirian dos Santos analisa a prosa – contos, romances e outras narrativas – dessas escritoras negras-brasileiras que articulam memória, identidade, resistência e ancestralidade, que contribuem fortemente para a consolidação de uma epistemologia negra no Brasil, pois, além do aspecto de arte e de denúncia, tais escritoras são produtoras de conhecimento e de resistência política, a confirmar que são formadoras de saberes intelectuais para plasmar o meio social validando o pertencimento de negros no ambiente acadêmico, social e intelectual.

A voz produzida por Mirian dos Santos, bem como pelas intelectuais negras discutidas na obra teórica, narra sobre a necessidade de se desconstruir estereótipos que foram trazidos a partir de marcas históricas da colonização e, por isso, essa reivindicação de espaço, de reconhecimento de suas trajetórias, bem como de sua capacidade intelectual, são necessárias, conforme exposto por Mirian dos Santos, em uma entrevista para a Revista de Teoria da História, no ano de 2020,

Para mim, enquanto mulher negra, essas questões urgentes perpassam a necessidade de reparação das inúmeras violências, que atravessam a população negra de diversas formas, advindas de uma história de escravidão e de marginalização. Essas lutas decorrem de uma necessidade de desconstrução de estereótipos negativos, que nos envolvem, e até mesmo de uma necessidade de buscar o reconhecimento de nossa capacidade intelectual, a qual é diariamente questionada. (Santos, 2018)

Nesse viés, as trajetórias de mulheres negras enquanto produtoras de conhecimento no Brasil revelam um movimento de insurgência contra as estruturas de exclusão impostas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. Logo, a construção de uma intelectualidade negra rompe com as narrativas dominantes que historicamente negaram às populações negras o direito à autoria e ao pensamento crítico. Por isso, refletir sobre essa produção intelectual é imprescindível para compreender os processos de ruptura com o paradigma colonial que sustentou a marginalização de sujeitos negros no campo do saber.

Assim, como aporte teórico da análise que se fará nessa pesquisa, é fundamental compreender a perspectiva da Decolonialidade, uma vez que se torna fundamental conhecer essa teorização, pois, ela advém da necessidade de uma subversão da colonialidade e seus processos de interdição, dando oportunidade e vez a sujeitos e sujeitas historicamente apagados, haja vista que, a partir dela, é possível não apenas questionar as hierarquias de saber impostas pela matriz colonial, mas também reposicionar epistemologias subalternizadas como centrais na leitura crítica da literatura e das relações sociais que ela representa.

2.3 Decolonialidade

O despertar epistêmico de teorias e escritas advindo das margens surge, também, a partir da compreensão tanto teórica quanto prática da Decolonialidade, que é resultado de um projeto político acerca da desconstrução do *poder*, do *saber* e do *ser*, haja vista que é uma crítica a colonialidade que tende a minimizar, inferiorizar e marginalizar pessoas ditas *colonizadas*. Nessa perspectiva, surgem autores como Aníbal Quijano (1988), Nelson Maldonado-Torres (2019), Maria Lugones (2020) entre outros(as) que teorizam sobre a quebra desses paradigmas a partir da desconstrução de dominações nas produções de conhecimento e de relações sociais a partir do Sul Global.

Nessa direção, é fundamental compreender a decolonialidade como uma perspectiva crítica da modernidade europeia tomada historicamente como universal e única. Como destaca Aníbal Quijano:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. (Quijano, 2005, p. 122)

Dito isso, conforme apontam os estudos decoloniais, enquanto a Europa se afirmava como centro dos humanismos, do progresso científico e das artes, bem como de superioridade, o Brasil e demais territórios colonizados vivenciavam o auge da escravidão, da exploração econômica e da desumanização de corpos negros e indígenas.

Nesse viés, conforme Maldonado-Torres, torna-se crucial ratificar a forma como pesquisadores e autores negros têm contribuído para esse movimento de descolonização, a considerar que, na contramão do que é estar apto para ser lido, ouvido e validado, eles surgem para oportunizar o reconhecimento de vozes que foram deixadas de fora das versões oficiais da história, logo o giro decolonial requer uma suspensão da lógica de reconhecimento e uma renúncia das instituições e práticas que mantêm a modernidade/colonialidade. (Maldonado-Torres, 2019)

De fato, o passado colonial não pode ser esquecido, logo, deve ser lembrado a fim de que o sujeito, esse *Outro*, o *condenado*, seja um agente questionador, um orador, portanto, um sujeito que vai de encontro ao que perpetua a colonialidade – disfarçada de modernidade –

até os dias atuais, a citar a perpetuação do poder, do ser e do saber que atravessa espaços literários, acadêmicos, políticos e sociais predominantemente preenchidos por pessoas brancas, reverberando como o passado, embora encerrado historicamente, ainda favorece para que categorias sociais e políticas, como o patriarcado, o racismo, o sexismo e o machismo persistam.

Nessa conjuntura, a perspectiva decolonial proposta por Maria Lugones reflete em como o viés do gênero interfere ainda mais na subalternidade que a Colonialidade propõe e, por isso mesmo, Lugones afirma da importância da decolonialidade, de utilizar de pesquisas como essas, de ocupação de espaço de direito, a fim de desmascarar essa cumplicidade de silenciar vozes de mulheres racializadas a fim de que possamos retomar nosso compromisso com a integridade comunal em uma direção libertária. Precisamos entender a organização do aspecto social para conseguirmos tornar visível nossa colaboração com uma violência de gênero sistematicamente racializada, e assim chegarmos a um inescapável reconhecimento dessa colaboração em nossos mapas da realidade. (Lugones, 2020)

Nesse discurso, retomamos Spivak acerca da permissão ao *subalterno falar* que, para ela, a interseccionalidade de gênero e raça é crucial para que haja essa discussão acerca dos espaços galgados na contemporaneidade, pois

A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos de insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (Spivak, 1988, p. 85)

Portanto, esse giro decolonial contemporâneo oportuniza o lugar de fala aos ditos subalternos socialmente, e, como defendido por Maldonado-Torres, não há que se falar em ato decolonial na perspectiva individual, mas, na esfera de que muitas outras vozes vêm escrevendo e construindo ficções que corroboram com o defendido pelo autor, ao citar a obra *corpus* de análise dessa pesquisa, além do que as epistemologias negras têm sido escritas para que sejam lidas ao passo que validam as intelectualidades negras. Entretanto, ainda há que se falar da falta de representatividade em espaços que validam apenas obras canônicas, tendendo a manter marcas da colonialidade na modernidade, como a Academia Brasileira de Letras, doravante ABL, por exemplo.

Assim, cabe frisar que, em 2018, houve a candidatura de Conceição Evaristo à ABL, importante autora e teórica negra para a literatura brasileira, no entanto, mesmo sob o forte

movimento populacional, sobretudo de Movimentos Negros, no entanto, não fora eleita, perdendo a cadeira n. 7 para Cacá Diegues, cineasta, homem branco, ratificando um espaço sem a representatividade de uma mulher negra, acerca disso, Evaristo afirmou: “A ABL não está fora da dinâmica social de relações sociais e raciais do nosso país. Na verdade, essa formação da academia é uma formação de quase todas instituições brasileiras. A falta de representatividade se dá em todo lugar.” (Evaristo, 2018).

Nesse contexto, sobre a ocupação em espaços, como a ABL, apenas a partir de obras canônicas, escritas e representadas por homens brancos, é que se busca tensionar que, ainda em 2025, há passos lentos de representatividade negra o que tende a validar atos, escritas e vozes somente de *brancos*, referenciando, portanto, o discurso de *Pacto Narcísico* de autoria de Cida Bento em *Pacto da Branquitude* (2022), a qual afirma que

É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. (Bento, 2022, p. 13)

Esse pacto de proteção entre *brancos*, no campo literário, contribui para o silenciamento a partir da lógica da colonialidade do saber, reiterando desigualdades históricas sob o disfarce da meritocracia. Além disso, corrobora a autora, ainda, acerca de que esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022). Por isso, é como se nossos autores negros, do passado, necessitassem silenciar suas vivências a fim de que suas leituras pudessem ser vistas. Em contrapartida, as epistemologias negras analisadas nessa pesquisa, fortalecem o ato político da Decolonialidade, como já apresentado por Maldonado-Torres, bem como ratificado por Maria Lugones.

Nessa afirmativa, portanto, de que escritos epistemológicos negros, muitas vezes, foram inferiorizados é o que Fernanda Miranda afirma, pois

Essa questão é importante, principalmente, porque não é uma realidade que se limita ao passado, ainda hoje as textualidades negras estão longe de serem assumidas em suas potencialidades estéticas, epistemológicas e discursivas pela crítica literária brasileira. Por outro lado, abordagens que tomam o texto literário de autoria negra como categoria de análise sociológica são recorrentes. (Miranda, 2019, p. 16-17)

A partir dessa acepção, é necessário considerar que autorias negro-brasileiras, especialmente na literatura, têm contribuído para esse giro decolonial ao propor narrativas que desafiem a lógica eurocentrada e oferecem novos paradigmas de representação. Nesse cotejamento, podemos enfatizar narrativas de mulheres negras, que têm entre suas características um processo de representação de suas vivências, ao mesmo tempo que se tornam protagonistas de suas próprias narrativas, via processo de autobiografismo, autoficção ou biografismo, como bem fez Carolina Maria de Jesus. Nesse ínterim, autoras como Eliana Alves Cruz, Conceição Evaristo e Cristiane Sobral produziram obras que oportunizaram a perspectiva da memória, da identidade e do pertencimento na sociedade a partir de uma perspectiva de lugar de fala negro e sob uma ótica positivada, alocando cada qual em seu devido lugar de representação.

De fato, a produção ficcional de mulheres negras desempenha um papel crucial ao construir vivências que, para além da literatura, impactam as manifestações sociais. Essas narrativas favorecem o reconhecimento e a ocupação de espaços historicamente negados, contribuindo para a desconstrução da colonialidade do poder – um sistema que perpetua a dominação cultural e resiste à mudança mesmo na modernidade, como já discutido anteriormente. Tais produções literárias, embora não como uma imposição, mas como opção de denúncia, representam protestos e lutas contra estereótipos, bem como contra preconceitos, que estão historicamente enraizados na sociedade. Portanto, esses escritos, muitas vezes, contribuem para minimizar impactos desse legado colonial e para fortalecer novas formas de existência e resistência.

A perspectiva decolonial insere-se nessa luta pela descolonização do conhecimento, ao passo que compreende a literatura como um campo de resistência e de transformação. Ao propor a desconstrução do monopólio do discurso colonial e valorizar as epistemologias negras, contribui-se para a construção de uma nova narrativa histórica, na qual os sujeitos subalternizados não apenas são representados, mas se tornam agentes de sua própria história, conforme discute Adichie.

2.4 Feminismo Negro

Durante as discussões epistêmicas, sociais e políticas, o Movimento do Feminismo Negro consolidou-se a partir de marcos importantes. Em 1851, nos Estados Unidos, Sojourner Truth denunciava a opressão interseccional de raça e gênero com o discurso "Ain't I a Woman?". No século XX, as tensões entre raça e gênero foram aprofundadas por pensadoras

como Angela Davis, com *Mulheres, Raça e Classe* (1981), e bell hooks, com *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo* (1981).

Este Movimento do Feminismo Negro surge como uma voz para escancarar que a mulher branca, a partir do gênero, é ainda privilegiada diante da interseccionalidade que atravessa e silencia corpos de mulheres negras. Nessa perspectiva, a linha teórica que se estudará para discorrer acerca da importância do Feminismo Negro será tensionada por mulheres afro-americanas, sendo elas Patricia Hill Collins, Angela Davis e bell hooks, corroborando com autoras teóricas negro-brasileiras, como Carla Akotirene e Djamila Ribeiro.

Na perspectiva de se refletir os impactos do apagamento social de mulheres negras, o pensamento acerca do Feminismo Negro é fio condutor necessário para essa pesquisa, a considerar que muitas contribuições teóricas e analíticas antecederam a essa para que, hoje, a discussão seja ampliada e realocada para todos os espaços, para além do âmbito literário e da representação ficcional. Assim, o início desse Movimento é narrado por Angela Davis na obra *Mulheres, Raça e Classe*, que apresenta a voz de uma mulher negra, Sojourner Truth, a qual participava de um movimento para mulheres em geral, em Akron, Ohio, em 1851, e

[...] não sucumbiu à pressão racista de suas camaradas. Quando essa mulher negra se levantou para falar, sua resposta aos defensores da supremacia masculina também trazia uma profunda lição para as mulheres brancas. Ao repetir sua pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. (Davis, 2016, p. 73)

Tal discurso é reverberado até os dias atuais, haja vista que se configurou um ato político que transcendeu esferas, considerando o caráter emancipatório o qual questionou o espaço que a mulher negra ocupava, além do que bradou pelo direito de ser enxergada como uma mulher negra, que, diferentemente de mulheres brancas, têm a raça estereotipada desde o Período Colonial, considerando que, historicamente, a mulher negra foi objetificada e relegada a posições subalternas, sobretudo no trabalho doméstico, em um processo que evidencia o racismo estrutural responsável por corporificar e moldar suas experiências sociais.

O Feminismo Negro não tem o intuito de minimizar ou inviabilizar lutas de gênero, ou tornar as mulheres *brancas* como não aptas aos espaços sociais, mas seu intuito é tornar dimensionar as experiências de mulheres negras, conforme percebemos em Grada Kilomba (2019, p. 108):

A reivindicação de feministas *negras* não é classificar as estruturas de opressão de tal forma que mulheres *negras* tenham que escolher entre a solidariedade com homens *negros* ou com mulheres *brancas*, entre “raça” ou

gênero, mas ao contrário, é tornar nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria quanto na história. O movimento e a teoria de mulheres *negras* têm tido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, oferecendo nova perspectiva a debates contemporâneos sobre gênero e pós-colonialismo. (Kilomba, 2019, p. 108)

Kilomba corrobora para a perspectiva de que o feminismo *branco* tensionou acerca do patriarcado e de como mulheres são subordinadas a esse sistema que tende a apagar vontades, desejos e espaços. Ademais, nesse diálogo de mulheres negras que resistem ao patriarcalismo branco, hegemônico e colonialista, surgem as contribuições de Patricia Hill Collins ao afirmar que a racionalidade é uma construção de corresponsabilidades, ou seja, a resistência de ser mulher interseccionalizada pela resistência de ser uma mulher negra no Brasil. (Collins, 2020)

-A partir de Collins, cabe analisar, também, que a resistência presente em corpos, que são atravessados pelo gênero, pela raça e pela classe, perpassa muitas dificuldades as quais oportunizaram o enfrentamento de um sistema racista a partir de lutas que resultaram em um legado dessas mulheres e é nessa perspectiva de resistência da mulher negra que surge, também, o Feminismo Negro.

O Feminino Negro, portanto, trava lutas diárias enquanto movimento político e epistêmico, o qual se configura como uma prática cotidiana de resistência política e produção epistemológica. Nesse contexto, ao elaborarem teorias, mulheres negras não apenas denunciam a estrutura racista vigente, mas também edificam um legado de enfrentamento e de construção coletiva. Esse movimento fortalece redes de solidariedade e impulsiona a ruptura com espaços historicamente marginalizados, promovendo a valorização de saberes que consolidam uma epistemologia negra e antirracista.

Nesse fio condutor de que o feminismo negro não é uma complementação do feminismo universal, Patricia Hill Collins afirma que faz parte de uma perspectiva para se pensar projetos e abordagens que deem conta das opressões estruturais a partir da formulação de mulheres negras, cuja imagem inventada pela ótica do colonizador deseja combater, pois, para a autora, o lugar da mulher negra deve ser desassociado do lugar de marginalidade, mas sim, um lugar de potência (Berth, 2020).

E eu sou não uma mulher?, bell hooks, traz, em sua obra, diversas tensões a partir do sexismo e da violência que corpos de mulheres negras enfrentam a partir da ótica do colonizador, além do que reflete, ainda sobre a desvalorização contínua dessa mulher negra, o imperialismo do patriarcado, o racismo e o feminismo como uma questão de responsabilidade e, por fim, discorre acerca de mulheres negras e o feminismo.

Sua obra é um questionamento aos silêncios impostos às mulheres negras, duplamente escravizadas que, muitas vezes, foram ensinadas a serem submissas, silenciosas e a aceitarem a esperança de que a libertação da mulher, também seria a libertação da mulher negra, no entanto, espaços foram ocupados por mulheres brancas e, para mulheres negras, foram destinadas à categoria de mulher subjugada. Nesse viés, bell hooks ainda cita que o movimento feminista, muitas vezes, resultou em romantizar que a mulher negra é uma mulher forte, pois,

A tendência que começou no movimento feminista, a de romantizar a vida da mulher negra, refletiu-se na cultura como um todo. O estereótipo da mulher “forte” já não era mais visto como desumanizador, tornou-se a nova marca da glória da mulher negra. Quando o movimento de mulheres estava no ápice e mulheres brancas rejeitavam o papel de reprodutora, de responsável por carregar os fardos e de objeto sexual, mulheres negras eram parabenizadas por sua especial dedicação à tarefa de ser mãe, por sua habilidade “nata” de carregar fardos pesadíssimos e por sua disponibilidade cada vez maior como objeto sexual. Parecia que tínhamos sido eleitas por unanimidade para assumir o posto que as mulheres brancas estavam abandonando. (hooks, p. 25-26)

O movimento feminista, iniciado nos Estados Unidos, oportunizou o espaço para diálogos e questionamentos sociais acerca da inferiorização feminina, a mulher negra, por sua vez, oportunizou o espaço para a análise do Feminismo Negro, ou seja, para que seus atravessamentos interseccionalizados por gênero e raça sejam validados, ouvidos e objeto de luta de todas as mulheres.

O Feminismo Negro, portanto, é um movimento que desafia a hegemonia do pensamento ocidental e resgata espaços de pessoas negras que, muitas vezes, são marginalizados, subjugados e inferiorizados. Nessa perspectiva, é fundamental entender que esse Movimento torna possível análises de obras, como *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, *corpus* da presente pesquisa, justamente sob a perspectiva da interseccionalidade, a considerar que a narrativa dessa obra que ficciona vidas negras, escritas por uma mulher negra, é um resultado de movimentos políticos, históricos e sociais, como é o Feminismo Negro.

2.5 Interseccionalidade: raça, classe e gênero e suas implicações nas epistemologias negras e decoloniais

A partir do contingente de autorias, conceitos e tensões epistemológicas oriundas das margens e de seus habitantes, especificamente nesta discussão, das mulheres negras, como Lélia Gonzalez, por exemplo, é que se relaciona essas perspectivas à Interseccionalidade enquanto marcador teórico e metodológico. Nesse contexto, recorreremos, primeiramente, a Kimberlé Crenshaw, afro-estadunidense, advogada e teórica feminista que primeiro cunhou o termo

interseccionalidade, no ano de 1989, ao publicar o artigo: *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics (1989)*, conceito que nos permite enxergar a colisão, sobretudo, das estruturas do racismo.

Nessa confluência de vozes de teóricas negras, as quais têm a crítica feminista negra frente aos desmandos sofridos pelas vítimas do patriarcado, há se discutir as contribuições de de Carla Akotirene, importante voz no debate público a partir de seus estudos sobre o Feminismo Negro, racismo estrutural e equidade de gênero, e, sobretudo, sobre *interseccionalidade*, a qual postula que a interseccionalidade não é narrativa teórica de excluído, pois não há que se hierarquizar sofrimentos, uma vez que todo sofrimento está interceptado pela estrutura (Akotirene, 2019).

No tocante à estrutura social, entende-se que o patriarcalismo, enraizado a partir da cultura do colonizador, reflete em decisões, ações e invisibilizações de corpos que não se enquadravam nas preferências desse clã composto exclusivamente por homens brancos. De outro lado, na modernidade, não há como entender a opressão, produzida pela estrutura opressora, sob a perspectiva de uma única categoria, haja vista que muitas categorias são trazidas à discussão no que diz respeito, por exemplo, à gênero, à raça e à classe social, por isso,

O pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem toda as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas. (Akotirene, 2019, p. 45)

Conhecer o pensamento interseccional teorizado por Akotirene, torna possível compreender que esse ato de cruzar categorias para a compreensão de si, como participe desse movimento de opressão, é crucial para que as epistemologias negras, hoje, estejam galgando espaços no ambiente acadêmico, escolar e social, pois, o cruzamento das categorias oportuniza compreender a materialidade da opressão em corpos diaspóricos que tendem a ocupar espaços alheios à sociedade, como becos e favelas, historicamente deixados para lá ou esquecidos.

O termo interseccionalidade tem sido utilizado recorrentemente no ambiente acadêmico, mas é necessário compreender que essa discussão é oportunizada pela necessidade de se discutir espaços, garantias, direitos do indivíduo, portanto, Patricia Hill Collins e Sirma Bilde, na obra *Interseccionalidade*, publicada em 2021, afirmam que “[...] quando vê racismo, heteropatriarquia, classismo, nativismo, capacitismo, etarismo, especismo (a crença de que uma

espécie é superior a outra) e outras formas de desigualdade como eixos interseccionais de dominação e controle” (Collins, 2020, p. 113).

Ainda, é sabido que essas categorias interseccionalizam opressões que denudam o preconceito e a discriminação racial frente à diminuição de discussões necessárias para o pertencimento na sociedade, embora saibamos que não há uma espécie de hierarquias de dores, mas sim, do despertar dessas opressões proporcionadas por estruturas que há séculos tendem a marginalizar e segregar pessoas. Com efeito, a partir dessas intersecções é possível refletir acerca dos lugares sociais ocupados por cada um, bem como do entendimento de si. Por isso, nessa relação dialógica entre interseccionalidade, decolonialidade e o Feminismo Negro é que se reflete a voz que atravessa lugares sociais, tornando o acesso a leituras literárias como extremamente necessárias, bem como de teorias no meio acadêmico, além de outros movimentos nas esferas educacional e social.

A crítica decolonial, por sua vez, tem permitido enxergar como as desigualdades raciais, de gênero e de classe não são apenas resquícios do passado colonial, mas sim estruturas ainda operantes no presente, como resultado da colonialidade. Assim, a invisibilização da autoria negra nas esferas acadêmicas e editoriais, por exemplo, evidencia como a colonialidade do saber continua a atuar na seleção e validação dos discursos. A resistência literária negra, nesse contexto, não apenas questiona esses mecanismos de exclusão, mas também afirma a potência das narrativas produzidas por sujeitos historicamente marginalizados.

Nesse cotejamento, para Akotirene (2019, p. 48):

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias e marcações subjetivas. (Akotirene, 2019, p. 48)

A partir do que discute a autora, é fulcral compreender que as estruturas são, na maioria das vezes, excludentes, racistas, misóginas e discriminatórias. De fato, essas ações são reproduzidas há séculos e partindo do pressuposto de que a presente pesquisa – e tantas outras que virão – tende a analisar como a decolonialidade confronta a normalização acerca da disposição de obras literárias em que a representação de pessoas negras é sempre estereotipada.

Assim, a vivência de ser uma pessoa negra atravessa interseccionalmente diversas categorias, pois, “a interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo,

capitalismo e cisheteropatriarcado, com seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (Akotirene, 2019, p. 47). A partir dessa conceituação, é fundamental o conhecimento de que a mulher negra sofre mais atravessamentos do que uma mulher branca na sociedade, marcas de um Período Colonial que perpassa geração a geração.

Portanto, compreender a interseccionalidade como ferramenta analítica permite não apenas revelar as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras, mas também ampliar as possibilidades de resistência e reconfiguração de saberes. Logo, as epistemologias negras e decoloniais, ao integrarem essa abordagem, contribuem para a construção de um pensamento crítico que não apenas denuncia, mas propõe novas formas de existência e conhecimento para sujeitos historicamente marginalizados e para uma guinada subjetiva capaz de reverter o *modus operandi* da Colonialidade.

3 LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

A estrutura discursiva e epistemológica que se propõe neste capítulo se inicia a partir de reflexões acerca do que é a Literatura Negro-Brasileira e do que ela comporta, analisando suas temáticas que, via de regra, tendem a refutar questões contemporâneas que ainda tentam apagar o lugar e a potências dessas narrativas a partir de um olhar de quem escreve. Nesse viés, problematizamos, também, em como essa perspectiva discursiva, que advém de contranarrativas e de um posicionamento crítico, reflete lugares e posicionamentos sociais que tornam o processo de descolonização possível quando do conhecimento produzido por essas autorias racializadas, sobretudo, de mulheres negras. (Sousa, 2023)

A produção literária negro-brasileira, a qual se posiciona como um campo necessário para a compreensão e para o enfrentamento de questões sociais complexas e contemporâneas relacionadas às dimensões da raça, de gênero e de classe social, como é o racismo estrutural, o racismo cotidiano, dentre outras formas de opressão, se mostra uma potência como instrumento de crítica, denúncia e transformação social através da leitura literária. Nesse contexto, a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, presentifica como a subalternidade de empregadas domésticas, o silenciamento de *não-crianças*, ou seja, crianças que têm a infância negada, a violência à corpos negros, é capaz de conectar a ficção literária à realidade social, a partir da abertura contemporânea resultado da insubmissão autoral de negros e negras desde o século XIX, ao retomarmos Maria Firmina dos Reis.

Para fins de entendimento acerca da literatura negro-brasileira, a partir de discussões contemporâneas, entende-se, conforme Cuti, em *Literatura Negro-Brasileira* (2010), que

A literatura nos traz a história emocionada, não apenas a informação fria do historiador, mas a possibilidade de experimentarmos sensações e emoções de que as personagens ou os “eus” líricos são dotados na obra. Assim, os escritores negro-brasileiros vão se posicionar também no tempo para instaurar no seu trabalho o ponto de enfoque literário. Sem dúvida, os temas derivados do enfrentamento com o racismo, o preconceito e a discriminação racial são muito importantes para a literatura negro-brasileira, pois constituem reações internas de forte carga emocional capazes de dinamizar a linguagem rumo a uma identidade no sofrimento e na vontade de mudança. A literatura, além de técnica, exige energia vivencial. (Cuti, 2010, p. 39)

Dito isso, conforme narrado pelo autor, a literatura negro-brasileira constitui linguagem, emoções, sensações, experiências do historiador, de quem narra, quase como um enviesamento de *Escrevivências* cunhado por Conceição Evaristo, por isso, tal narrativa, muitas vezes, é objeto de análise e de estudo como uma reflexão da realidade, como uma oportunidade de

tensionar espaços subalternos do meio social que são discutidos em romances, como é o caso da obra *Solitária*, haja vista que, por ser forjada nessa encruzilhada entre o pessoal-biográfico-autoral e o político-comunitário-social é que a *escrevivência* revisita, sob novos vieses, as fronteiras entre real e ficção. (Miranda, 2019)

Refletiremos, portanto, como a corporificação dessas tensões são causadas no romance, pois, Eunice e Mabel vivenciaram o silenciamento do quartinho de empregada, bem como a vivência de uma não-criança negra invisível no ambiente confinador do apartamento dos patrões. Assim, nessa perspectiva de exemplificar marcas da *escrevivência*, pontua-se, no romance, trechos que ratificam essa categoria,

[...] D. Eunice estava tão esbaforida e apavorada que praticamente me jogou no quarto, tirou da mochila alguns brinquedos que trouxemos, ligou a televisão em um desenho animado, repetiu que eu não deveria sair dali por nada e voltou apressada para falar com a patroa. Ela trabalhava lá havia pouco tempo, e eu estava estreado no elegante imóvel de cobertura, que tomava um andar inteiro no bairro mais chique da cidade. Encostei o ouvido na porta para tentar escutar o que diziam, mas ouvia apenas frases entrecortadas. “Por que não entrou pelo fundo? Sou eu quem tem que abrir a porta pra você?” “Assim fica complicado, Eunice...” “É só por hoje, d. Lúcia, é que...” “... mas eu te falei que...” (Cruz, 2022, p. 16)

A partir dessa passagem, observa-se como o romance denuncia a estrutura violenta das relações empregatícias marcadas por hierarquias raciais e de classe. Eunice, mulher negra, não dispõe de alternativas para o cuidado de sua filha e é forçada a levá-la ao espaço de trabalho — um ambiente que a exclui e a silencia. Assim, o “quartinho” torna-se um símbolo da exclusão e da invisibilidade social.

Além disso, a reação da patroa diante da entrada de Eunice pela “porta da frente” do apartamento escancara o racismo estrutural que permeia essas relações, haja vista o incômodo revelado na frase “Sou eu quem tem que abrir a porta pra você?” o qual escancara não apenas a resistência em reconhecer a humanidade da trabalhadora, mas também a manutenção de um *Pacto da Branquitude*, que impede qualquer gesto de equidade, conforme narra Cida Bento: “Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. [...]” (Bento, 2022, p. 53).

O romance contemporâneo mostra, pela experiência de Eunice como empregada doméstica negra, como o silêncio e a invisibilidade marcam a vida de quem ocupa esses espaços de subalternidade. Portanto, Mabel, enquanto não-criança, é obrigada a conter risos e brincadeiras para ser apenas “tolerada” no apartamento dos patrões, o que traduz, de forma sensível, como o ambiente doméstico pode se tornar lugar de confinamento e apagamento.

Assim, ao trazer essas vozes silenciadas, *Solitária* reafirma o papel da literatura negro-brasileira como espaço de denúncia e reflexão, conforme preceituado por Cuti, o que se articula com a dimensão política que autoras negras têm destacado em suas produções.

A escrita literária negro-brasileira, que vem numa ascensão, especificamente nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do XXI, é fruto de intelectuais negras que, conforme Mirian Cristina dos Santos, em *Intelectuais Negras: prosa negro-brasileira contemporânea* (2018, p. 324), é atravessada por um aspecto político que anseia por transformações na realidade. Portanto, a autora ratifica que a literatura negro-brasileira, sobretudo, a negrofeminina funciona como um lugar para repensar a realidade social em crise e, ainda mais, atuar como um espaço de reflexão para problematizar as relações sociais e culturais que têm perpetuado divisões de gênero e étnico-raciais ao longo da história do Brasil.

3.1 O que é e de onde vem?

A literatura negro-brasileira⁵ iniciou-se a partir da emergência de vozes negras que passaram a registrar suas vivências, lutas e visões de mundo por meio da escrita. Segundo a obra *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI*, de Eduardo de Assis Duarte (2020), destacam-se, por exemplo, nomes como Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Machado de Assis, Gonçalves Crespo, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Lima Barreto, Nascimento Moraes, Lino Guedes, Aloísio Resende, Antonieta de Barros, Solano Trindade, Abdias Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Romeu Crusoé, Mestre Didi, Ruth Guimarães, Raymundo de Souza Dantas, Eduardo de Oliveira e Carlos de Assumpção. É sabido, também, que esses autores representam apenas uma parte da vasta e potente produção literária negra que, ainda hoje, continua a crescer e se renovar com muitos outros escritores e escritoras negras contemporâneos.

Nesse contexto de autorias negras e da extensão a partir dessa escrita, em 1978, houve um movimento de extrema importância para a consolidação e divulgação da produção literária negro-brasileira, com a criação de *Cadernos Negros* que fora idealizado por Cuti.

⁵ Na presente pesquisa, opto por utilizar o termo Literatura negro-brasileira ao invés de afro-brasileira, considerando o interesse em analisar o contexto literário negro-brasileiro, conforme aponta o teórico brasileiro Cuti, em *Literatura Negro-brasileira*, pois “Denominar de afro a produção literária negro-brasileira (dos que se assumem como negros em seus textos) é projetá-la à origem continental de seus autores, deixando-a à margem da literatura brasileira, atribuindo-lhe, principalmente, uma desqualificação com base no viés da hierarquização das culturas, noção bastante disseminada na concepção de Brasil por seus intelectuais. “Afro-brasileiro” e “afrodescendente” são expressões que induzem a discreto retorno à África, afastamento silencioso do âmbito da literatura brasileira para se fazer de sua vertente negra um mero apêndice da literatura africana. Em outras palavras, é como se só à produção de autores brancos coubesse compor a literatura do Brasil. (2010, p. 35-36).

Contemporaneamente, a coletânea é organizada pelo Quilombhoje, reunindo cerca de 45 publicações, tendo, portanto, uma publicação anual e de maneira ininterrupta.

Nas palavras de Miriam Alves, essa escrita negra, desde a década de 1970, “[...] abre as trancas, fura as cercas, pula muros e invade o campo literário, para ampliar o território da fala de homens e mulheres negros. Evocando a autodenominação de Literatura Negra, redesenham, pelo menos literariamente, o território das singularidades das falas” (Alves, 2010, p. 184). A autora, portanto, reforça a ideia de que a escrita negra, nesse processo de giro decolonial, rompeu com barreiras institucionais e passou a ampliar o espaço de circulação da voz literária negra, demarcando um território predominantemente composto pelo cânone de autorias brancas.

No tocante à crítica, segundo alguns autores como, por exemplo, Miriam Alves, Maria Nazareth Soares Fonseca, Regina Dalcastagné e Eduardo de Assis Duarte, *Cadernos Negros* também fora considerada como o grande divisor de águas para a ascensão e expansão da Literatura Negro-brasileira. Além disso, entende-se, também, como a voz a partir da subjetividade de um lugar de fala racializado e consciente de seu papel. Cuti, questionado acerca da importância ou não do “rótulo” sobre se classificar como “autor negro”, assevera que tal dimensão:

[...] Demarca uma tomada de consciência que se traduz em propósito de pertencimento a uma parte da tradição literária brasileira, aquela em que os autores traduzem em seus textos uma subjetividade que se quer individual e, ao mesmo tempo, coletiva, cujo conteúdo existencial traduz experiências históricas de mais de 400 anos. Não é rótulo. É identidade. E só aprisiona aqueles autores que anseiam pelo reconhecimento social a qualquer preço, inclusive o da renúncia de si mesmos enquanto seres humanos em profundidade. (Cuti, 2017, p. 590)

A partir do que enfatiza o autor, o lugar de fala e a potência de uma literatura capaz de traduzir e representar as experiências negras a partir de suas dinâmicas, corrobora com o giro decolonial quando da contribuição das epistemologias negras como resultado, no Brasil, do Movimento Negro, haja vista que a expansão da literatura negro-brasileira, na contemporaneidade, é consequência, também, desses movimentos políticos. Além de Cuti, Esmeralda Ribeiro, autora negra e que também compõe o corpo editorial de *Cadernos Negros*, reafirma esse avanço de escrita racializada: “De escritores contemporâneos negros e negras de vitória, porque as edições são vastas, ricas de conteúdo, reflexivas. Colhendo frutos da herança literária que os nossos ancestrais nos deixaram. Em décadas há avanços na nossa produção. Podemos dizer: “Valeu Zumbi” (Ribeiro, 2017, p. 279).

Observa-se que, desde o seu início, *Cadernos Negros* funciona como um fio que reuniu uma rede entre autores negros e periféricos, assim, aqueles Cadernos – que surgiram como proposta experimental de um pequeno grupo que publicava poesias em um jornal – ultrapassaram barreiras e tornaram-se espaços de resistência, de trocas e de difusão de narrativas negro-brasileiras (Santos, 2018, p. 16).

Quanto à terminologia, Cuti, faz uma discussão acerca dos termos literatura “afro-brasileira” ou “negro-brasileira”, o qual afirma “Atrelar a literatura negro-brasileira à literatura africana teria um efeito de referendar o não questionamento da realidade brasileira por esta última. A literatura africana não combate o racismo brasileiro. E não se assume como negra” (Cuti, 2010, p. 16). Portanto, observa-se que a prioridade de Cuti ao utilizar o termo *negro* tem fundamento em sua acepção histórica, tendo as experiências do Brasil como norteamento.

Para além dos termos acerca do prefixo, é fulcral entender o que é a Literatura negro-brasileira, por isso, há de se considerar Eduardo de Assis Duarte, em *Por um conceito de literatura afro-brasileira* (2013), o qual propõe cinco elementos fundamentais para concluir que uma obra pertence à literatura negra, sendo, portanto, 1) temática; 2) autoria; 3) ponto de vista; 4) linguagem; 5) público (Duarte, 2010, p. 137). Em seus estudos acerca de narrativas cujos autores são negros, o autor relaciona a cada um desses elementos como exemplificação de como são cruciais para que a categoria se fortaleça enquanto campo.

Quanto à temática, Duarte analisa personagens e escritas de Machado de Assis, e de outros autores negros, e que, segundo o teórico, Machado de Assis tem um “texto voltado para a crítica ao mundo dos brancos, marcada pela ironia e por um conjunto de procedimentos dissimuladores” (Duarte, 2011, p. 149). Assim, o crítico literário afirma, também, para a temática a literatura de autoria negra, tem-se “traços de negrícia ou negrura do texto seriam oriundos do que a escritora Conceição Evaristo chama de “escrevivência”, ou seja, a experiência como mote e motor da produção literária”. (Duarte, 2011, p. 149)

Assim, conclui-se que a que a temática, nessa categoria, refere-se ao fato de construir contranarrativas literárias em um discurso que contrapõe os discursos hegemônicos. Portanto, em *Solitária*, Eliana oportuniza o lugar de fala às empregadas domésticas negras que têm suas subjetividades invisibilizadas pelos mecanismos modernos de subalternização, sobretudo, na voz de *Eunice*, mais uma mulher negra que trabalha, dorme e se confina no apartamento dos padrões ricos e brancos, temática de invisibilidade e de silenciamento essa que se confirma em diversos momentos na narrativa, a exemplo da seguinte passagem:

— ... apesar de tudo, você sempre foi boa empregada, e a verdade é que não temos muito do que nos queixar. Então, vamos reconsiderar.
 “Apesar de tudo... Reconsiderar...” — eu era pequena, mas as palavras dele me fizeram pensar. [...]
 [...] Aliviada de não ser mais uma desempregada no Brasil do desemprego e dos bicos para sobreviver, mamãe ficou profundamente grata ao ser perdoada por algo que nem ela sabia o que era, e isso de certa maneira nos prendeu naquele escritório e naquela casa para sempre. (Cruz, 2022, p. 30)

Nessa cena, Eunice estava sendo “perdoada” pelo “incidente” de estar com a filha Mabel no apartamento dos patrões, no quartinho, e em uma clara crítica ao mundo dos *brancos*, Eliana materializa essa crítica a partir do “perdão” dado à empregada, sendo elas, mãe e filha, mais uma vez, presas na casa-grande dos patrões. Sob uma outra perspectiva, Duarte reflete acerca do ponto de vista: “O ponto de vista adotado indica a visão de mundo autoral e o universo axiológico vigente no texto, ou seja, o conjunto de valores que fundamentam as opções até mesmo vocabulares presentes na representação”. (Duarte, 2011, p. 391).

O lugar de onde a autoria, se utilizando do e no texto literário, expressa a sua visão de mundo, é capaz de reconfigurar as noções estabelecidas historicamente como definidoras e inalteráveis. Assim, ainda que a escritora não tenha vivenciado o trabalho doméstico na condição que se apresenta, ela se utiliza das experiências de seus ancestrais e de suas genealogias, via expediente da escrevivência, para circunscrever a experiência de suas personagens, dando voz e vida à narrativa, pois como mulher negra e estando em diáspora, toma para si um lugar de pertencimento e de fala.

No que concerne à dimensão da linguagem, Duarte afirma que os autores negros usam do elemento como uma oportunidade de o recurso da apropriação paródica, que utiliza a linguagem do preconceito contra o preconceito. De fato, no romance analisado, Eliana se valida desse elemento, a iniciar-se pelo título da obra, *Solitária*, em alusão a uma prisão específica, em que o presidiário fica sozinho em uma cela, além disso, em diversas passagens, a autora cita: *Banheirinho*, *Quartinho*, *Quarto de empregada* para relacionar com a linguagem do preconceito e do racismo, demonstrando a liberdade de escrita. Ademais, é importante enfatizar que muitas autoras negras também se validam da linguagem como insubordinação, ou seja, manuseando a língua(gem), através de uma escrita que “fere” as normas cultas da língua, como a de Carolina Maria de Jesus. (Evaristo, 2007, p. 21)

Em última instância, quanto ao público, Duarte discorre que um escritor deve analisar em que medida sua escrita repercute os valores de seu público ou incute sua própria visão de mundo no leitor e/ou espectador de seus escritos, corroborando que uma é preocupação que não

deve faltar a uma crítica empenhada em compreender as relações da literatura com o contexto de sua produção. Assim, Duarte (2009) afirma que:

[...] o sujeito que escreve o faz não apenas com vistas a atingir um determinado segmento da população, mas o faz também a partir de uma compreensão do papel do escritor como porta-voz de uma determinada coletividade. Isso explica a reversão de valores e o combate aos estereótipos, que enfatizam o papel social da literatura na construção da autoestima dos afro-descendentes. (Duarte, 2009, p. 87)

Portanto, em *Solitária*, Eliana tem essa preocupação latente com os seus leitores e sua escrita tem trazido esse olhar crítico de autores que confirmam sua perspectiva em narrar vivência de pessoas negras na conjuntura de uma sociedade que reverbera vieses coloniais, assim, conforme afirmativa de Cida Bento, o romance escrito por Eliana é um

Testemunho de uma crucial mudança de sensibilidade no espírito de nosso tempo, *Solitária* dá provas do quão urgente se tornou elaborar — sem meias-palavras — não apenas a história, mas as sobrevidas da escravidão colonial. E, ao fazê-lo, mostra como é possível enfrentar o desafio moral e ético de abordar estas experiências de vida sem replicar narrativamente a violência a que estão sujeitas nem reencená-las sob a égide de qualquer pacto sub-reptício de subalternidade. É um romance libertação. (Bento, 2022, p. 117-118)

A literatura negro-brasileira, então, é resultado de processos históricos e sociais, como os narrados na construção do *Quilombhoje*, que têm a produção de *Cadernos Negros* até os dias atuais, bem como por uma narrativa que, segundo Duarte (2013, p. 152), perpassa por uma revisitação do passado, seja para narrá-lo a partir de uma visada interna à subcidadania a que ficaram relegados os remanescentes da escravidão, seja para ressaltar os efeitos deste processo na contemporaneidade. É então o momento em que suas tramas penetram nas vielas e territórios da exclusão social para trazer à cena o protagonismo negro.

Dessa forma, ao compreendermos o percurso histórico e conceitual da literatura negro-brasileira, evidencia-se que essa produção não se restringe a uma estética literária, mas constitui um projeto político, epistemológico e identitário. Desde as primeiras vozes negras do período pós-abolicionista até a força coletiva de iniciativas como *Cadernos Negros*, o que se consolida é uma literatura que rompe com os silenciamentos impostos pela história oficial e pelo cânone branco, colocando no centro da narrativa experiências, memórias e subjetividades negras.

Portanto, *Solitária*, ao apresentar narrativas de vida de mulheres negras nesse contexto de subalternidade, como Eunice, Mabel, Dadá, Hilda e Luzia tem o ímpeto de construir contranarrativas o que reflete uma literatura de insurgência e de reexistência a partir de uma

autoria negro-brasileira que se ancora na escrevivência com o fito de rememorar vivências e existências negras na realidade brasileira.

3.2 A literatura negra enquanto exercício de *Escrevivências*

A partir de um giro epistemológico acadêmico e social no campo literário, é possível relacioná-lo com a resistência que está inerente ao ato de escrever, conforme pontua Alfredo Bosi em *Literatura e Resistência* (2002). Essa resistência, muitas vezes, um ato político, está corporificada nas narrativas literárias de diversos autores contemporâneos, com o ímpeto de ir de encontro ao que foi e é narrado por escritores canônicos.

Nessa perspectiva, Evaristo defende que o importante é a abertura de caminhos, caminhos esses que vêm sendo abertos por sua escrita e pela de tantos outros e outras, antes e agora. Assim, enquanto potência literária e crítica, Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em uma favela da cidade de Belo Horizonte, em 29 de novembro de 1946. Sua trajetória acadêmica é marcada pela titulação de Mestrado e Doutorado, sendo, aquele pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação intitulada de *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996) e o Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense, com a tese intitulada de *Poemas, malungos, cânticos irmãos* (2011), nos quais aborda a literatura negro-brasileira em toda a sua potência.

Suas produções são vastas e têm ricas contribuições, especialmente, nas discussões acerca da personagem negra e sua “inserção” na sociedade, haja vista que suas narrativas tendem a discutir e problematizar o cotidiano dos negros objetivando potencializar vozes outrora silenciadas e que permeiam espaços em uma realidade contemporânea desigual, qual seja, o período pós-colonial. Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (2023), relaciona a representação do social a partir da matéria narrada e das vidas representadas, relacionando, autor, obra e público; ainda, a influência dos fatores socioculturais, a exemplo da estrutura social, das ideologias e das técnicas de comunicação.

Assim, a representação do social, trazida por Candido, corrobora com a gênese da literatura negro-brasileira na contemporaneidade, uma vez que as produções literárias têm emergido da perspectiva de expressar vivências específicas da população negra no Brasil, a citar temas como o trabalho doméstico, a violência contra pessoas negras, a subalternidade e as temáticas que se inter cruzam nesse viés de escrita e política, a considerar que é um espaço de resistência, memória e afirmação identitária, refletindo os conflitos sociais que marcam a

existência negra no país, pois, a literatura negro-brasileira não apenas plasma o meio, a partir da representação do social, mas também oportuniza tensões e transformações.

Logo, parte-se de uma acepção positivada e historicamente situada, cujo discurso é profundamente marcado de realismo, o que contribui para a representação negra e sua identificação para com seus leitores. Evaristo, nessa acepção, discorre que sua escrita sempre partirá de um olhar memorialista, tendo como mote sua ancestralidade, bem como a de tantas outras já vividas e tantas que virão, o que oportuniza um diálogo entre suas obras a fim de que sejam lidas e significadas para poderem proporcionar o entendimento, por exemplo, de um pertencimento étnico-racial e de gênero, como é o caso das mulheres negras e suas dissidências.

Dentre suas principais obras literárias, podemos destacar *Ponciá Vicêncio* (2003); *Becos da Memória* (2006); *Poemas de recordação e Outros Movimentos* (2008); *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011); *Olhos d'água* (2014); *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016), *Canção para ninar menino grande* (2022) e *Macabéa, flor de mulungu* (2023), obras estas que priorizam temáticas racializadas a partir desse olhar de uma escrita-vivência de autoria negra. Nesse bojo, Evaristo, gestou e disponibilizou o conceito *Escrevivência*, que tem revolucionado os espaços de análise e crítica literária de literatura negra, não apenas a brasileira. Tal conceito foi apresentado a primeira vez em sua dissertação de mestrado, defendida em 1996. *Escrevivência* nasce da vivência da mulher negra, é resultado das vivências individuais e coletivas, ao mesmo tempo que relaciona as dimensões da raça, do gênero e da classe social. Para ela, ele é

[...] como um fenômeno diaspórico e universal, primeiramente me incita a voltar a uma imagem que está no núcleo do termo. Na essência do termo, não como grafia ou como som, mas, como sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo se fundamenta e inicia a sua dinâmica. A imagem fundante do termo é a figura da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande. Essa mulher tinha como trabalho escravo a função forçada de cuidar da prole da família colonizadora. Era a mãe de leite, a que preparava os alimentos, a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escravizada [...] (Evaristo, 2020, p. 29)

O movimento de escrita proposto e teorizado por Evaristo foi capaz de dar voz a um coletivo de escritas que por muito tempo foram lidas como não-literárias, as quais eram julgadas por crivos e critérios que não foram capazes de compreender a dimensão e a estética peculiar da literatura negro-brasileira, como discorre Miranda (2018). Nesse sentido, *Escrevivência* se propõe, discute e corporifica a memória ancestral de tantas 'Mães pretas' que a antecederam e que com fios de ferro conquistaram espaços, ainda que tímidos, para que seus escritos,

sobretudo, suas vivências, sejam lidas e entendidas a partir da subjetividade de *ser* e *estar* negro no mundo.

Conceição Evaristo proporciona a essas personagens femininas e negro-brasileiras um importante papel na tessitura de novas e ressignificadas histórias do povo preto (Pinheiro e Mendes, 2022, p. 311), por isso, para a literatura contemporânea, a categoria *Escrevivência* é comprometida com a narrativa e as vivências de pessoas negras, como forma de manter viva a história que, até pouco tempo, escravizava pessoas negras, mas, hoje, a partir de tantas subversões, são discutidas e se tornam objetos de análises literárias, conquistando espaço nunca antes cogitado, como o da Academia Brasileira de Letras, com a entrada de Ana Maria Gonçalves.⁶

Dito isso, segundo Conceição Evaristo,

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. (Evaristo, 2020, p. 11)

A partir da letra e da escrita, nas palavras de Evaristo, que, hoje, pertencem às mulheres negras, como uma conquista de direito, a qual oportuniza a fala, é interessante que saibamos que nem tudo o que se é narrado na ficção é algo que necessariamente aconteceu, pois, “[...] é difícil traduzir os intensos sentidos da memória, imagine escrever. Imaginem perseguir uma Escrevivência. Agarrar a vida, a existência, e, escrevê-la em seu estado de acontecimentos. Mas persisto nessa intenção” (Evaristo, 2018, p. 9).

Por isso, a *Escrevivência*, no âmbito da literatura contemporânea brasileira, possibilita a articulação entre memória individual e memória coletiva, mesmo reconhecendo os limites inerentes a qualquer tentativa de narrar experiências historicamente silenciadas em sua

⁶ Ana Maria Gonçalves nasceu em 1970 em Ibiá, Minas Gerais. Publicitária por formação, residiu em São Paulo por treze anos até se cansar do ritmo intenso da cidade e da profissão. Em viagem à Bahia, encantou-se com a Ilha de Itaparica, onde fixou moradia por cinco anos e descobriu sua veia de ficcionista, passando a se dedicar integralmente à literatura e ao multifacetado universo cultural da diáspora africana nas Américas. Sua estreia no romance se dá em 2002, com a publicação de *Ao lado e à margem do que sentes por mim* – “livro terno, íntimo, vivido e escrito em Itaparica”, segundo o depoimento de Millor Fernandes. O texto teve circulação restrita, em primorosa edição artesanal. Em 2006, a autora torna-se conhecida em todo o país com o lançamento de *Um defeito de cor*, narrativa monumental de 952 páginas. O romance encena em primeira pessoa a trajetória de Kehinde, nascida no Benin (atual Daomé), desde o instante em que é escravizada, aos oito anos, até seu retorno à África, décadas mais tarde, como mulher livre, porém sem o filho, vendido pelo próprio pai a fim de saldar uma dívida de jogo. GONÇALVES, A. M. Ana Maria Gonçalves. **Literafro: Portal da literatura afro-brasileira**, Universidade Federal de Minas Gerais, 27 de fevereiro 2025. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/443-ana-maria-goncalves>. Acesso em: 03 set. 2025.

totalidade. Assim, segundo Halbwachs (2013, p. 25), nossas memórias estão condicionadas à pertinência de determinados grupos sociais: “[...] se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”.

Relacionando memória individual e coletiva a partir da categoria *Escrevivências*, Fernanda Miranda discorre que a produção ficcional de Evaristo, a qual, desde 1994, sob os artigos publicados em *Cadernos Negros*, é uma produção que se empenha na construção de uma narrativa para si, enquanto mulher negra, constituída na encruzilhada entre o pessoal-biográfico-autoral e o político-comunitário-social e é justamente por essa encruzilhada que a *escrevivência* revisita, sob novos vieses, as fronteiras entre o real e ficção (Miranda, 2019).

Assim, narrativas literárias produzidas por autoras negras, como Carolina Maria de Jesus, Miriam Alves, Eliana Alves Cruz, Cristiane Sobral, Maria Firmina dos Reis, Ruth Guimarães, entre tantas outras, tensionam tanto a memória individual quanto a memória coletiva, do passado e do presente, a considerar que não é um discurso meramente individual, mas com a representatividade de tantas outras que a antecederam.

Na acepção de um discursivo de representação coletiva, para além do tema – trabalho doméstico, que acomete milhões de mulheres ao redor do mundo, Eliana Alves Cruz, em *Solitária*, apresenta a seguinte dedicatória: “*Para a minha tia Maria da Glória, a Dodô, cujo rosto nunca vi e de quem apenas sei que o trabalho nunca a libertou.*” (2022, p. 3). Assim, embora a escritora não tenha vindo de um lar periférico, como Evaristo, ela traz as marcas da racialidade e tem buscado produzir obras literárias a partir dessa categoria em específico, priorizando a dimensão memorialista, confirmando o que Evaristo afirma ao narrar não somente sob o viés de si, mas de um coletivo.

Esse olhar memorialista de Eliana é corroborado ao se refletir a vivência de *Eunice*, *Mabel* e outras mulheres negras em *Solitária*, haja vista que as narrativas das personagens não são somente sobre a história de si, mas dos seus ancestrais a partir de um olhar do presente para uma projeção futura. A vivência de *Mabel*, por exemplo, que é uma criança negra que cresce ouvindo e compartilhando a vida sofrida da mãe e de sua avó, é transformada com aspectos de insubmissão à geração de empregadas domésticas que sua família vivenciou.

A esse aspecto, presentifica-se o olhar de *Escrevivência*, pois, Mabel afirmou, acerca do trabalho doméstico, a seguinte certeza:

Eu não queria limpar uma casa que não fosse a minha. Não queria ter de levar uma criança para o trabalho na casa de ninguém. Essa era a minha história, e eu não desejava repeti-la com meus filhos. Aliás, eu não queria filhos! Não queria outra d. Lúcia como patroa nem outra Camilinha para trocar fraldas, dar comida, amor e tempo, e um dia vê-la sujar coisas de propósito, com o consentimento dos pais, só para me ver limpar. Não queria ficar uma semana inteira longe do meu próprio lar para deixar a casa dos outros mais aconchegante e confortável. (Cruz, 2022, p. 56)

A partir do que discorre a personagem, compreendemos que *Solitária* é um claro exercício de *Escrevivência*, não apenas sob o olhar da escritora, mas de uma perspectiva coletiva que, no passado escravista, definia que a mulher negra seria apenas um corpo que trabalha, ela é faxineira, cozinheira, lavadeira, faz o “trabalho pesado” das famílias que é empregada. (Gonzalez, 2020, p. 61)

Segundo Fernanda Miranda, a

[...] escrevivência articula em seu bojo uma dialética estratégica entre escrita e experiência. Estratégica, justamente porque se destina a enunciar tessituras de sujeito que têm sido mantidos em silêncio, e cujas experiências não são vertidas em arquivo – permitindo o sono tranquilo dos “da casa-grande”. E também porque gera um espaço de reflexão sobre o fundamento da escrita na organização subjetiva das mulheres negras. (Miranda, 2019, p. 272)

Assim, quando observamos as memórias como narrativas em constante construção e transformação, percebemos que a escrevivência atua como recurso de articulação entre o testemunho coletivo e a escrita de si. Nesse sentido, ao inscrever na ficção as lembranças dos sujeitos historicamente despossuídos e silenciados, a literatura de autoria negra realiza um gesto político de resistência, pois restitui à palavra aqueles que foram relegados ao esquecimento, a citar uma escrita a partir da memória dos despossuídos. (Evaristo, 2020, p. 88).

Ainda no viés da importância da memória como impulsionadora dos escritos literários, Cida Bento (2022) narra que “[...] trabalhar o território da memória é reafirmar que não se trata apenas de recordação ou interpretação. Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade” (p. 29). Assim, a partir dos escritos de Bento, é possível confirmar que a narrativa *Solitária* é essencial nesse viés de recordação, de (re)visitar o passado para reafirmar a existência, além do que é uma forma de discutir atos anti-humanitários que muitos povos cometeram, os quais as elites querem apagar ou esquecer (Bento, 2022, p. 29).

Portanto, Eunice, em *Solitária*, que é uma personagem empregada doméstica negra, torna-se figura emblemática da escrevivência, considerando a sua voz e a centralidade na narrativa, haja vista que ela rompe com a lógica de subalternidade que a reduzia apenas ao

corpo que serve. Pela escrita, sua experiência individual entrelaça-se à memória coletiva das mulheres negras que, historicamente, tiveram suas histórias silenciadas. Assim, essa discussão corrobora a essência da *Escrevivência*, proposta por Evaristo e aprofundada por autorias negras contemporâneas, que transformam a ficção em espaço de resistência e reconfiguração da memória.

3.3 Trabalho Doméstico

As tensões contemporâneas que enviesam este delineamento teórico-analítico, especificamente o Pós-Colonial, proporciona ao leitor uma perspectiva crítica sobre o universo do trabalho doméstico e suas circunscrições, a considerar que, na obra *Solitária*, o clímax se constrói nas vivências de personagens que atuam na esfera do trabalho doméstico. Historicamente, esse trabalho tem raízes patriarcais e escravistas, a considerar que, desde o Período Colonial, tais atividades laborais foram exercidas por escravas, “escravas domus”, que desempenhavam diversas funções como: mucamas, cozinheiras e amas de leite. Possuíam papel privilegiado dentro da sociedade escravocrata, por estarem dentro das casas, sendo submetida a toda espécie de exploração (Silva, 2021, p. 2).

Nas últimas décadas, em virtude dos movimentos sociais e das pautas identitárias, bem como da ascensão dos governos de esquerda, algumas categorias tiveram seus direitos assegurados, como as empregadas domésticas que, historicamente, viveram às margens das políticas públicas, inclusive, porque não se considerava trabalho, a função que desempenhavam. Assim, no tocante à legislação brasileira, é importante apresentar sua cronologia, a saber:

- 1) Decreto n. 16.107, de 30 de julho de 1923, o qual aprovava o regulamento de locação dos serviços domésticos. (BRASIL, 1923)
- 2) Decreto-Lei n. 3078, de 27 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre a lotação dos empregados em serviço doméstico. (BRASIL, 1941)
- 3) Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a qual dispunha sobre a profissão de empregado doméstico e outras providências, estabelecendo direitos e deveres a essa categoria no Brasil. (BRASIL, 1972)
- 4) Lei n. 10.208, de 23 de março de 2001 (PEC das Domésticas), garantindo aos empregados domésticos o acesso ao FGTS e ao seguro-desemprego. (BRASIL, 2001)
- 5) Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013, a qual altera o art. 7º da Constituição Federal de 1988 a fim de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. (BRASIL, 2013)
- 6) Lei Complementar n. 150, de 1 de junho de 2015, a qual regulamentou a EC/72, estabelecendo definições claras sobre o contrato de trabalho doméstico, os direitos trabalhistas, como hora extra, adicional noturno, seguro contra acidentes, etc. (BRASIL, 2015)

7) Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, que complementa a Lei n. 150/2015 para o trabalho doméstico regulamentando questões não tratadas por esta lei, a exemplo da flexibilização das férias, da rescisão do trabalho por mútuo acordo, etc. (BRASIL, 2017)

8) Convenção n. 189 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto n. 12.009, de 1 de maio de 2024, que está em vigor no Brasil e reconhece os trabalhadores domésticos como trabalhadores com os mesmos direitos fundamentais dos demais. (BRASIL, 2024)

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado gradualmente no reconhecimento dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, impulsionado por pressões dos movimentos sociais, das pautas identitárias e por conjunturas políticas favoráveis à ampliação dos direitos sociais. O ápice desse processo de equiparação se deu com a promulgação da Lei Complementar nº 150/2015, que regulamentou os novos direitos estabelecidos pela EC/72 e detalhou aspectos fundamentais da relação de trabalho doméstico. Nesse contexto, a referida lei define, já em seu artigo 1º, que:

[...] será considerado empregado doméstico aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei. (BRASIL, 2015)

A partir do exposto, o trabalho doméstico envolve diversas atividades, como as funções de caseiras, faxineiras, cozinheira, motoristas, jardineiros, babás, cuidadores de idosos e/ou crianças e pessoas com deficiência, entre outras funções correlacionadas. É importante contextualizar, também, que a referida Lei, promulgada em 2015, também oportuniza direitos e garantias:

Art. 2º A duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A remuneração da hora extraordinária será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior ao valor da hora normal.

§ 2º O salário-hora normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 220 (duzentas e vinte) horas, salvo se o contrato estipular jornada mensal inferior que resulte em divisor diverso.

§ 3º O salário-dia normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 30 (trinta) e servirá de base para pagamento do repouso remunerado e dos feriados trabalhados.

§ 4º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário e instituído regime de compensação de horas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, se o excesso de horas de um dia for compensado em outro dia.

§ 5º No regime de compensação previsto no § 4º:

I - será devido o pagamento, como horas extraordinárias, na forma do § 1º, das primeiras 40 (quarenta) horas mensais excedentes ao horário normal de trabalho;

II - das 40 (quarenta) horas referidas no inciso I, poderão ser deduzidas, sem o correspondente pagamento, as horas não trabalhadas, em função de redução do horário normal de trabalho ou de dia útil não trabalhado, durante o mês;
 III - o saldo de horas que excederem as 40 (quarenta) primeiras horas mensais de que trata o inciso I, com a dedução prevista no inciso II, quando for o caso, será compensado no período máximo de 1 (um) ano. (BRASIL, 2015)

A partir desse cruzamento entre legislação brasileira que assegura, por exemplo, o cumprimento de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais é que se interrompe a perspectiva da vivência de Eunice, empregada doméstica, bem como de outras personagens, como Dadá, as quais residiam no ambiente doméstico dos patrões, numa espécie de disponíveis o tempo inteiro a servir os patrões, assim, não recebendo o valor pecuniário pelas horas extras, não cumprindo com o preceituado em lei, mas, sim, recebendo como pagamento apenas o que comem e/ou um valor irrisório por tantas horas extras e excesso de carga horária trabalhista.

É possível compreender essa perspectiva de submissão e de ausência legislativa a partir do que é narrado na seguinte passagem de *Solitária*:

Quando ter uma empregada que dorme no trabalho passou a ser algo caro e não de muito bom-tom, os corretores de imóveis chamariam esse local da casa de “quarto reversível”, um nome para não chamar o quartinho de quartinho ou do que ele realmente era: um lugar para serviçais, criadas, babás, domésticas, amas, empregadas. Todos esses nomes que deram e dão até hoje a quem é “quase da família”. Um lugar onde estivessem ao alcance do comando de voz, do olhar, ao alcance das mãos... A tempo e hora, vinte e quatro horas por dia. (Cruz, 2022, p. 18-19)

A vivência de Eunice evidencia, portanto, uma discussão acerca desses espaços empregatícios que refletem e perpetuam práticas de exclusão e subjugação das empregadas domésticas. Embora a legislação atual busque regulamentar e garantir direitos básicos, a exemplo da limitação da jornada de trabalho e o pagamento de horas extras, a herança histórica e colonizadora é perpetuada dentro desse ambiente doméstico o que dificulta a efetiva aplicação dessas normas jurídicas.

Assim, no que diz respeito à Legislação Brasileira, é válido que os avanços dessa categoria estejam alcançando a jurisdição, no entanto, muitas pessoas tendem a não alcançar esses direitos, principalmente quando se considera o lugar onde estão localizadas as residências, o nível de escolarização dos empregados e a proximidade com espaços públicos, a exemplo da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros órgãos fiscalizadores. Nesse viés, relacionamos a referida Lei do serviço doméstico com a realidade a partir da perspectiva de uma análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD), realizada em dezembro de 2023, a qual afirma que

[...] o país tem 6,08 milhões de empregados domésticos (são todos os que prestam serviços em residências como doméstica, jardineiro, motorista, mordomo) trabalhando. Destes, 5.539 milhões são mulheres (91,1%), e homens são apenas 540 mil (8,9%). Os dados da Pnad mostram ainda que a grande maioria são mulheres negras, com média de idade de 49 anos e apenas 1/3 têm carteira assinada, recebendo em média um salário-mínimo. (PNAD, 2023)

A pesquisa apresenta que a média de salário é de apenas R\$ 1146,00, ou seja, menos de um salário-mínimo vigente, considerando o mês de agosto de 2025 para fins de comparação, e a maioria são diaristas (PNAD, 2023), o que não garante proteção no que diz respeito à previdência social, pois são elas mesmas responsáveis pelo recolhimento das contribuições. Ademais, apesar dos avanços, sabe-se que muitas funções do trabalho doméstico são exercidas por mulheres, o que toma corpo nas discussões de Juliana Teixeira, em *Trabalho Doméstico* (2021), nas quais tensiona que “[...] essa maioria feminina é resultado da construção social que estabelece que as atividades domésticas são biologicamente ligadas às mulheres [...]” (Teixeira, 2021, p. 20). Para a autora, fica nítida a acepção do patriarcado de que mulheres são para os lares e que os homens são mais aptos para construir uma vida política e pública.

Sob os pequenos avanços de uma sociedade que, há 137 anos, aboliu formalmente a Escravidão, é que se discute os espaços do trabalho doméstico no Brasil em uma perspectiva que intersecciona gênero, raça e classe social, haja vista que, segundo dados de uma pesquisa realizada em 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres sobrepuseram aos homens no trabalho doméstico e, dentre elas, com maiores índices de mulheres pretas, pois “[...] as mulheres que se declararam pretas tinham a maior taxa de realização de afazeres domésticos (92,7%).” (IBGE, 2022)

A referida pesquisa do IBGE (2022) reafirma que, mesmo após mais de um século da abolição formal da escravidão, a divisão racial e de gênero do trabalho ainda persiste, reforçando a ideia de que determinados corpos seguem socialmente destinados a servir. Nesse sentido, Sueli Carneiro (2020, p. 36) observa que “a forte presença das mulheres negras na prestação de serviços ratifica que, tal como no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para as mulheres negras, a principal modalidade de atividades econômicas a que têm acesso”. De fato, essa constatação histórica e social revela que o trabalho doméstico, longe de ser resultado de uma escolha individual, expressa a permanência de uma lógica estrutural excludente que reserva às mulheres negras os espaços mais precarizados e invisibilizados do mercado de trabalho.

Para além dos dados estatísticos, essa realidade escancara um passado que tende a ser reproduzido no presente. Segundo Angela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), a “ida” para o trabalho doméstico, sob o julgo de “serviçais domésticas”, não fora bem uma escolha, mas os vestígios de uma população que se tornara “livre”, porém, sem oportunidade de ascender socialmente e, diante da pobreza, tornaram-se empregadas domésticas, mucamas, amas-de-leite, cozinheiras e diaristas, se perpetuando até a atualidade, sendo, por vezes, entendido como um destino, como inerente à própria existência.

No avançar de um país dito abolicionista, é que há o surgimento de leis trabalhistas que foram criadas a fim de garantir o mínimo legal a essas trabalhadoras, sobretudo, às domésticas, haja vista que o trabalho doméstico no Brasil ainda possui raízes escravocratas e patriarcais, configurando-se como um lugar de subalternização que mantém operante diversos signos históricos da colonialidade, renovados sob a dinâmica patroa/empregada. (Miranda, 2019, p. 184)

No contexto de subalternidade e negação de direitos que historicamente marcou o trabalho doméstico no Brasil, especialmente para mulheres negras, surgem vozes potentes que desafiam essa invisibilidade e lutam por reconhecimento e justiça. Segundo a BBC News Brasil (2020), uma dessas figuras centrais é Laudelina de Campos Melo, mulher negra nascida em Poços de Caldas (MG), em 12 de outubro de 1904, menos de vinte anos após a abolição da escravidão no país. Laudelina começou a trabalhar aos sete anos de idade, abandonando os estudos para cuidar dos irmãos enquanto a mãe trabalhava como empregada doméstica.

Aos 16 anos, Laudelina já atuava em organizações sociais do movimento negro, uma trajetória marcada pela luta por dignidade e direitos para as trabalhadoras domésticas, e sua atuação culminou na fundação da primeira associação da categoria, em 1936, sendo reconhecida pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas como uma figura fundamental na conquista de legislações específicas e avanços nas condições de trabalho dessa classe.

De acordo com o site oficial da Presidência da República, Laudelina de Campos Melo tem nome inscrito no Livro de heróis e heroínas da Pátria a partir da Lei n. 14.635, de 25 de julho de 2023, que se justifica por sua luta e por ter sido a principal ativista pelos direitos das domésticas, classe que era formada, em grande parte por mulheres negras, vivendo os resquícios da escravidão: sem garantias e direitos, vivendo às margens da sociedade. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2023)

A resistência negra também se expressa por meio da literatura, especialmente através de mulheres negras que vivenciaram ou tiveram forte ligação com o contexto do trabalho doméstico e, ainda assim, transformaram suas experiências em potentes obras literárias.

Carolina Maria de Jesus, por exemplo, em *Diário de Bitita* (1986), narra o tema da opressão no trabalho doméstico a partir desse lugar de revelo, pois

Tanto ela quanto sua mãe trabalharam como empregadas domésticas nas cidades do interior de Minas Gerais e do estado paulista, e foi por intermédio dessa colocação, que a autora veio para a cidade de São Paulo depois da morte da mãe: acompanhando uma família que a trouxera para ser doméstica. (Miranda, 2019, p. 185)

Além de Carolina Maria de Jesus, a vida de Conceição Evaristo, importante expoente no viés de autorias negras na contemporaneidade, também representa a luta de mulheres negras no trabalho doméstico, pois, sua mãe fora uma empregada doméstica e Evaristo também vivenciou essa categoria, a considerar as dificuldades presentes na vida de crianças negras, pobres e periféricas. Assim, nos escritos de Evaristo intitulado de *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita* (2007), a autora narra a vivência de sua mãe, trabalhadora doméstica,

As mãos lavadeiras, antes tão firmes no esfrega-torce e no passa-dobra das roupas, ali diante do olhar conferente das patroas, naquele momento se tornavam trêmulas, com receio de terem perdido ou trocado alguma peça. Mãos que obedeciam a uma voz-conferente. Uma mulher pedia, a outra entregava. E quando, eu menina testemunhava as toalhinhas antes embebidas de sangue, e depois, já no ato da entrega, livres de qualquer odor ou nódoa, mais a minha incompreensão diante das mulheres brancas e ricas crescia. (Evaristo, 2007, p. 17)

Nesse contexto, as experiências de vida e as narrativas construídas por essas mulheres negras, tanto na militância quanto na literatura, não apenas denunciam a condição histórica de exploração e exclusão, mas também ajudam a mobilizar consciências e impulsionar mudanças concretas na sociedade. Com efeito, a luta de figuras como Laudelina de Campos Melo e os escritos de autoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo revelam o quanto o trabalho doméstico esteve e ainda está entrelaçado às marcas da escravidão e à persistente desigualdade racial e de gênero no Brasil.

Assim, em um caminhar, ainda lento, tem-se a reflexão da Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas, a qual alterou o artigo 7º da Constituição Federal de 1988 com o objetivo de estender aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas uma série de direitos antes negados a essa categoria. Até então, muitos desses direitos não estavam devidamente regulamentados, como o recebimento de salário mínimo, o pagamento de horas extras, o gozo de feriados, a licença-maternidade, entre outros dispositivos que visam garantir condições dignas de trabalho e cidadania para essas pessoas.

Na vigência da PEC das Domésticas, constituída em 2013, e alterada com mais garantias pela Lei Complementar n. 150/2015, ainda há muito o que se avançar, pois, a partir de uma análise do Senado Federal Brasileiro, tem-se que:

[...] mesmo com a PEC, as domésticas continuam na luta para que o registro da carteira seja efetivo e alguns dispositivos da lei sejam revisados. Um deles trata do processo de demissão das trabalhadoras domésticas. Atualmente, a doméstica só tem direito a três parcelas do seguro desemprego, enquanto as outras categorias têm cinco. Outro ponto que não está pacificado com as entidades de classe é a questão do afastamento pelo INSS por motivo de doença ou acidente. Pela legislação, não está claro quando a Previdência Social deve assumir os pagamentos. A coordenadora-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Luiza Batista Pereira, afirma que a aprovação da PEC foi um passo importante, mas cobrou a penalização dos empregadores ilegais. (SENADO FEDERAL, 2023)

No que pontua a referida notícia do Senado Federal, evidencia-se que, apesar dos avanços legais conquistados com a promulgação da PEC das Domésticas e sua regulamentação posterior, ainda persistem desigualdades estruturais que afetam diretamente essa categoria profissional, majoritariamente composta por mulheres negras. A limitação no acesso ao seguro-desemprego e as lacunas na cobertura previdenciária revelam que a formalização legal não é, por si só, garantia de justiça social.

Nesse viés, Eliana ratifica essa vivência acerca da falta de legitimação de direitos de empregadas domésticas, como o seguro-desemprego negado à Eunice, bem como o fato de ela não ter tido sua carteira assinada por D. Lúcia e, por fim, as dificuldades de ter seu direito pecuniário justo, conforme vejamos:

Impressionante como as leis tinham mudado. Quando saí da casa de d. Lúcia, foi uma luta conseguir o pagamento justo. Eu não tinha carteira assinada. O caso de Dadá foi o que ajudou, porque todo mundo no edifício ficou apavorado de ser denunciado e passar o aperto que d. Imaculada estava vivendo, pagando uma fortuna de advogado e com risco até de perder o apartamento. (Cruz, 2022, p. 124-125)

À medida que a narrativa avança, escancarando as discussões empregatícias e a falta de eficácia legislativa à Eunice, é que se reflete a inaplicabilidade de direitos sociais a essas mulheres. Portanto, as discussões acerca de direitos sociais, que corroboram a dignidade da pessoa humana, bem como a princípio da igualdade de direitos, são fundamentais para se afirmar o papel da discussão social a partir de obras ficcionais que plasmam o meio, conforme Candido:

[...] as tendências tiveram a virtude de mostrar que a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. (Candido, 2023, p. 35)

A partir do que pontua o autor, compreendemos que os impactos de uma leitura literária, a partir de uma narrativa sobre empregadas domésticas, são imensuráveis, pois considerando que a obra *Solitária*, publicada em 2022, narra resquícios escravistas de uma população analisada sob uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe, escancara, mais uma vez, diversas marcas de um racismo estrutural que tende a silenciar e subalternizar corpos femininos negros, como o da personagem *Eunice*, que vive um confinamento na luxuoso Edifício Golden Plate e que até o direito a sepultar sua mãe é negado:

— Eunice, não! Você está em pleno expediente e temos muita coisa pra fazer esta semana... faltam poucos dias pra sua folga. — D. Lúcia, preciso ir agora. É minha mãe! Sugeriu a ela que chamasse uma folguista, porque eu ia precisar ficar a semana inteira fora. D. Lúcia tentou me convencer de todo jeito a adiar, mas, mesmo com muito medo de perder o trabalho que garantia o sustento da minha velhinha, respirei fundo e falei a ela o que precisava. — A senhora pode me demitir se achar que deve... Ela não esperava que eu resistisse. Resmungou, fez cara feia, mas me liberou. Arrumamos nossas coisas e saímos pela área de serviço, batendo a porta dos fundos. (Cruz, 2002, p. 98)

Eunice é uma personagem que, na tentativa de representar a realidade de tantas outras empregadas domésticas que se confinam nos pequenos espaços das casas e apartamentos grandes e luxuosos, via de regra, tem seu corpo apagado pelo trabalho análogo à escravidão, sendo impedida de exercer o básico, o direito de ir e vir, bem como de atender às demandas particulares que se indissociam do indivíduo.

Assim, esse impedimento à liberdade de Eunice, desnuda não apenas uma violação aos direitos trabalhistas outrora assegurados, mas a permanência da submissão colonial que ainda narra os contornos das relações domésticas no Brasil. A personagem, ao ter o seu direito negado e tendo que negociar o luto por sua mãe, explicita a desumanização sistemática que estrutura essa relação patroa e empregada, haja vista que não há o direito assegurado tampouco o vínculo afetivo o que ressoa nessa sobreposição de hierarquias sociais, jurídicas e culturais presentes nas desigualdades.

Portanto, ao apresentar essa narrativa ficcional, *Solitária* revela como a literatura pode operar como instrumento de denúncia e transformação social, sobretudo, no viés do trabalho doméstico. Assim, segundo Mário Augusto Medeiros da Silva, em *Literatura Negra e Literatura Periférica (1960-2020)*, narra que a “literatura é a peça central, que dialoga e se

confunde com o ativismo político, com as questões sociais, com os dilemas institucionais da história brasileira” (2023, p. 565) reverberando em como a Eunice, empregada doméstica, é o reflexo de milhares de mulheres reais cujas trajetórias são atravessadas pelo racismo estrutural e pela exploração de gênero e classe.

3.4 Empregadas domésticas e as subalternidades

As mulheres, enquanto empregada doméstica no Brasil, são atravessadas por marcadores sociais, como raça, classe e gênero. Desde os períodos coloniais, o trabalho doméstico foi uma extensão da lógica escravocrata, sendo ocupado majoritariamente por mulheres negras em condições de subalternidade. Dito isso, mesmo com avanços legais e formais na regulamentação dessa profissão, persiste uma estrutura que reproduz desigualdades profundas.

Nesse viés acerca desse espaço ocupado por majoritariamente por mulheres, tem-se que diversos fatores contribuem para essa inserção no trabalho doméstico, muitas vezes, com características escravistas, bem como com a essa relação de gênero, sobretudo, de raça, a citar

[...] a combinação de precárias qualificações para o mercado formal dessas mulheres com a insuficiência de vagas nos locais de destino para absorver as demandas migratórias por ocupação contribuiu para que o trabalho doméstico se tornasse uma das opções mais contundentes para as mulheres. (Teixeira, 2021, p. 50)

Assim, conforme discutido por Juliana Teixeira, evidencia-se que a dificuldade de inserção plena da mulher em um mercado de trabalho digno contribui para a naturalização da presença majoritária de mulheres no trabalho doméstico. Essa realidade reflete uma sociedade excludente, que oferece poucas oportunidades profissionais às mulheres, especialmente às mulheres negras, para quem o trabalho doméstico representa o resultado de uma construção social e histórica que associa seus corpos à servidão, ao cuidado e à obediência. Portanto, trata-se de uma categoria profissional frequentemente desvalorizada e desrespeitada, mesmo diante das garantias previstas pela legislação brasileira.

De acordo com os dados estatísticos realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) revelam que,

Em 2022, a população com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 17 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, sendo 21,3 horas semanais para as mulheres e 11,7 horas para os homens. Os dados são do tema Outras Formas de Trabalho, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2022, que levantou informações sobre cuidado de

peçoas, afazeres domésticos, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário. (BRASIL, 2022)

A partir de discussões estatísticas, tem-se que as empregadas domésticas são, em sua maioria, mulheres, sobretudo, mulheres negras e de classe baixa, a considerar que a mesma pesquisa informou que a taxa de realização de afazeres domésticos fora de mulheres que se declararam pretas, totalizando 92,7%. Essa relação trabalhista, embora com avanços significativos, faz analogia com os aspectos da Escravidão, sob uma perspectiva moderna, pois, embora formalmente abolida, há marcas que se perpetuam até os dias atuais, como o valor do salário, a jornada de trabalho, horas-extras sem a remuneração devida, as relações internas que escancaram o racismo e a subalternidade.

Para ampliar a discussão acerca dessas marcas que ‘açoitam’ essas mulheres nos dias atuais, torna-se oportuno exemplificar casos reais, como os citados por Preta-rara, em *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019), pois, em muitos relatos/testemunhos de familiares de empregadas domésticas no Brasil, é possível comprovar essa discrepância social, racial e trabalhista, a citar: “[...] minha avó trabalhava para uma senhá, entrava as 09:00 e saía as 19:00, às vezes, 20:00, 21:00. Um dia, no horário do almoço, a senhá almoçou enquanto minha avó teve que comer arroz gelado e cascas de tomate. E a senhá não ofereceu um prato de comida para ela, para a mesma pessoa que ela dizia ser da família. (Preta-rara, 2019, p. 32-33)”.

Em *Solitária*, Dadá, empregada doméstica, vivia análoga à escravidão na casa de sua patroa D. Imaculada, haja vista que residia há mais de vinte anos com a empregadora, escancarando marcas da escravidão e sem a eficácia do que preceitua a legislação brasileira, não recebendo remuneração devida, sem a garantia dos direitos trabalhistas, sem pagamento de hora-extra, com uma jornada de trabalho exaustiva e escravista, conforme vejamos:

Ouvimos, no meio de todo o buchicho, a voz de outro personagem que andava desaparecido e surgira como fantasma ao nosso lado: João Pedro. Ele e Cacau tinham feito uma denúncia anônima acusando d. Imaculada de manter Dadá em cárcere privado, em condições similares à escravidão, por mais de vinte anos. (Cruz, 2022, p. 119)

Portanto, no romance, é possível compreender a denúncia presente na relação trabalhista que se configura como uma vertente da escravidão, assim como Eunice que morava no apartamento patrões em “Um lugar onde estivessem ao alcance do comando de voz, do olhar, ao alcance das mãos...A tempo e hora, vinte e quatro horas por dia” (Cruz, 2022, p. 19) a fim de que estivesse sempre disponível aos patrões brancos numa clara exemplificação da jornada

de trabalho excessiva, sem a devida remuneração correspondente ao serviço prestado, bem como com a ausência de descanso obrigatório no intervalo de 8 horas diárias trabalhadas, corroborando uma denúncia à falta de eficácia da legislação que assegura direitos às empregadas domésticas no Brasil.

Ampliando a discussão acerca de quem são, em sua maioria, as empregadas domésticas, tem-se que Beatriz Nascimento, sobre a mulher negra no Brasil, ratifica que:

A mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas deste século o trabalho passou a ter significado dignificante, o que não acontecia antes, pelo estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”. (Nascimento, 2021, p. 227)

Na conjuntura do período escravista e do pós-escravidão formal, segundo a autora, muitas mulheres negras tiveram/têm seus corpos desumanizados, compreensão essa obtida graças a uma lente interseccional, envolvendo as questões de gênero, raça e classe. Tamis Porfírio em *Cor das Empregadas: a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado* (2021), enfatiza que

A interseccionalidade nos ajuda, por exemplo, a entender o *status* social o qual a empregada doméstica ocupa enquanto atuante de uma profissão extremamente racializada e generificada. Como essas mulheres se tornam despossuídas de valor social por conta dos marcadores sociais que carregam, e como isso influencia as relações de trabalho estabelecidas entre patrões e empregada em um meio marcado por diversos tipos de desigualdades, o lar. Estas trabalhadoras se encontram em desvantagem, como aquelas que são “menos mulheres”, de “raça inferior”, uma classe de subindivíduos. (Porfírio, 2021, p. 46)

A interseccionalidade, segundo a autora, presentifica como o gênero, a raça e a classe social são categorias que transformam essas empregadas domésticas em pessoas despossuídas de direitos e de ocupação de espaço como ser humano, repercutindo o viés do apagamento social, tensionando a desigualdade que escancara o preconceito racial e estrutural nas relações diárias e empregatícias da contemporaneidade.

Nessa perspectiva, mesmo com a abolição da Escravidão, em meados de 1888, é possível constatar que ela assumiu novas formas de se presentificar, pois “[...] a situação de muitas ex-escravizadas domésticas era próxima à da escravização, pois, muitas residiam no apartamento dos patrões, sem horário determinado de trabalho e sem qualquer tipo de remuneração pecuniária” (Teixeira, 2021, p. 32). Assim, segundo narrado por Juliana Teixeira, entende-se que essa perspectiva de residir no apartamento dos patrões escancara em como essas

mulheres devem estar sempre prontas para servir seus patrões, por isso mesmo, seus quartinhos sempre próximos à cozinha, ou quem sabe próximo às latas de lixo, com uma submissão velada de uma mulher serviçal sempre disponível, a exemplo, portanto, o quarto de Eunice que:

Todo quarto de empregada é próximo à grande lixeira da casa, porque está sempre no fundo do profundo do imóvel. Nós, os “quartinhos”, estamos sempre perto dos odores da vida das pessoas que não nos habitam. Perfume francês, patê de fígado de pato, vinho caro, trufas, papel higiênico, absorventes, suor. Quase tudo era deles. (Cruz, 2022, p. 139)

Sueli Carneiro, em *Mulher Negra*, produzido para a antologia *Cadernos Negros*, em 1993, discorreu sobre esse lugar no ontem e no hoje, contrastando e demonstrando como o processo apenas ganhou outras formas de se materializar:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exportação. (Carneiro, 2003, p. 2)

Em *Solitária*, Eliana corporifica a vivência dessa mulher negra que vive em uma relação trabalhista análoga à escravidão, mas lida como empregada doméstica, o que corrobora com nossa assertiva de uma escrava moderna. Nesse cotejamento, Preta-Rara, em *Eu, empregada doméstica* (2019), a partir do subtítulo da obra, afirma que “[...] a senzala moderna é o quartinho de empregada”. Acerca disto, é possível compreender a relação entre ficção e realidade, pois no romance analisado, o quartinho de empregada ganha destaque, pois constitui-se como um espaço confinador e aliado à escravização do corpo negro, conforme o episódio da personagem Dadá “[...] que vivia sob cárcere privado, em condições similares à escravidão, por mais de vinte anos” (Cruz, 2022, p. 119) morando e sendo escravizada na casa de D. Imaculada, a síndica, desde os seus 10 anos de idade.

Nesse cenário escravista moderno, que ressoa principalmente nas mulheres negras, é crucial destacar as subalternidades presentes nas relações de empregadora e empregada, pois, tem-se que há muitas dinâmicas que tensionam a violência, a citar: o quartinho da empregada ao lado da cozinha, o banheirinho nesse quartinho, quando impossível de banhar dado seu tamanho, o elevador de serviço, a roupa específica e de cor branca para que seja sinalizada a condição de empregada doméstica, bem como ações violentas que buscam normatizar a relação de dominação entre patrão/patroa e empregada, como o “quase da família”, sentimento o qual

Eunice acreditava como verdadeiro, pois “[...] D. Lúcia dizia para todo mundo que eu era parte da família e por um tempo cheguei quase a acreditar nisso. Achava mais fácil e menos doloroso acreditar...” (Cruz, 2022, p. 108).

Assim como Eunice, que achava que fazia parte da família dos patrões, muitas empregadas domésticas se sentem pertencentes o que tal sentimento pode ser uma fenda para que casos de violências aconteçam, a exemplo dos assédios e abusos sexuais, tornando-as escravas sexuais de seus patrões, questão refletida e discutida por Lélia Gonzalez ao afirmar que, no período escravista, muitas mulheres trabalhadoras domésticas eram tratadas como mucamas, pois

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (Gonzalez, 1984, p. 230-231)

Essa relação sem direitos na prática, portanto, escancara o racismo estrutural, o qual, segundo Kilomba, exclui pessoas negras da maioria das estruturas sociais e políticas, de maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. (Kilomba, 2019, p. 77). Ainda, Silvio Luiz de Almeida em *Racismo Estrutural* (2019), afirma que “[...] mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência” (Almeida, 2019, p. 43). Assim, conforme disposto pelo autor, sob o jugo racista e preconceito de muitos indivíduos é que diversas mulheres negras tendem a ocupar poucos espaços, que são seus de direitos, haja vista a perspectiva de inferiorização proposta por uma sociedade que ainda ressoa um colonialismo moderno.

Nesse ínterim, a subalternidade presente na categoria empregada doméstica revela, também, em como as minorias têm dificuldades de ascensão social, e, nesse viés, Almeida afirma que

A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” – aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital. –, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas “universais” de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo. (Almeida, 2019, p. 114)

Essa divisão de classes, detalhada por Almeida (2019), evidencia as condições precárias e a subalternidade das mulheres negras no mercado de trabalho, bem como se reflete, também, em exemplos contemporâneos de racismo estrutural. A fala de Paulo Guedes, ex-Ministro da Economia, ao afirmar que o dólar mais alto seria positivo porque restringiria que “todo mundo”, inclusive a “empregada doméstica”, fosse à Disney (Guedes, 2020), ilustra como indivíduos que ocupam posições de poder naturalizam e reproduzem desigualdades de raça, gênero e classe. Assim, ao articular a análise estrutural de Almeida com acontecimentos recentes, torna-se evidente que a subalternidade das mulheres negras permanece enraizada nas instituições e nos discursos sociais, retratando a continuidade histórica da exclusão e da marginalização.

A essa questão de que as pessoas pretas não podem galgar espaços que, erroneamente, são “pertencentes” aos brancos é que nos retoma a reflexão de Grada Kilomba quando

[...] só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma – norma *branca*. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação. (Kilomba, 2019, p. 75)

Nesse processo de discriminação social, a partir da branquitude de que se enxerga como superior, é que as empregadas domésticas, em muitos contextos, são subalternizadas em suas relações. Cita-se, aqui para a discussão, os termos “como se fosse da família”, “quase parte da família”, discurso ouvido em muitas casas que tinham suas empregadas domésticas residentes, mas, que o problema dessas contradições é que traduzir essas relações de trabalho em afetividade mascara relações de poder e desigualdades. (Teixeira, 2021, p. 41)

A partir da possibilidade de obra literária plasmar o meio social, como já discutido anteriormente, em *Solitária* escancara-se o “quase da família”, pois *Eunice*, empregada doméstica, tem um amor maternal por *Camilinha*, a criança branca que ela viu nascer, crescer e cuidou como uma exímia babá, uma espécie de “empregada babá-chefe” (Cruz, 2022, p. 47). A partir desse amor maternal é que se discute a permissividade de ações de poder e o

escancaramento da desigualdade entre as personagens da narrativa, pois, para *Eunice, Camila* não era essa pessoa ruim:

Eu sei que ela sempre sentiu ciúme da Camila. Mas ela não entende que a menina também é minha filha! Nunca que vou gostar menos dela e mais da outra. É só que a gente se apega a uma criança quando vê nascer, acompanha os primeiros passinhos, vê o primeiro dente cair... essas coisas. Quem não se comove com um sorriso de bebê tem pedra no lugar do coração. Ela não é má pessoa, e sempre foi carinhosa comigo. Quando era novinha, tinha umas manhas. Coisa de criança... Mas eu não conseguia enxergar esse demônio que Mabel pintava, e não conseguia me ver sentada na frente de um delegado para depor contra a mãe da Camila. D. Lúcia, chorando muito, me jurou que foi sem querer... Mas, na voz de Mabel, ecoava a da minha mãe, que me advertiu desde o dia em que comecei a trabalhar naquela casa. (Cruz, 2022, p. 76)

No caso de *Eunice*, percebemos que surge o afeto maternal à filha branca dos patrões, o que, esse sentimento proporcionou a possibilidade de silenciar diante de um crime cometido por uma “filha”. Nessa acepção, conforme Teixeira (2021, p. 43), a submissão velada em “quase da família” evidencia, ainda, como o espaço doméstico é confinador, visto que há uma falta de acesso à educação que intensifica tal vínculo, o que pode, diversas vezes, gerar uma dependência psicológica em relação à família dos patrões, ocasionando a continuidade da condição de trabalhadoras domésticas e, muitas vezes, a perpetuação dessas relações subalternas.

Portanto, observa-se, então, que Eunice nutria esse sentimento de cuidado e afeição, mas, que não se relaciona à uma troca afetiva mútua, mas sim de uma representação das estruturas de poder e de subalternidade que regem o trabalho doméstico no Brasil. Assim, o afeto, nesse espaço, não é um ato de emancipar a relação de Eunice, por exemplo, mas sim, uma oportunidade para controlar essa mulher trabalhadora doméstica a fim de resultar, inclusive, no silenciamento a partir desse afeto.

Assim, essa naturalização da condição de “quase da família” é uma possibilidade para mascarar sentimentos, logo, resultando nas ações de controle e de subordinação de Eunice no ambiente doméstico, tensionando essa dinâmica que desumaniza o trabalho doméstico e torna o sujeito submisso a essa falsa sensação de pertencimento, favorecendo, assim, a reprodução das desigualdades históricas baseadas em classe, raça e gênero.

3.5 O espaço doméstico e o confinamento social

A profissão empregada doméstica no Brasil, como já problematizamos, tende a ser uma espécie de continuidade do período escravista, pois poucas são as condições trabalhistas, a falta

de valorização profissional e também o fato de que, via de regra, essas mulheres desenvolvem funções não previstas no ofício do trabalho, o que é potencializado com o excesso de carga horária e até sem o devido pagamento salarial, muitas vezes recebendo menos de um salário mínimo vigente, sem direito a férias, décimo-terceiro salário, entre outros direitos conquistados.

O espaço doméstico, esse *apartamento dos patrões*, e suas ramificações, como o elevador de serviço, pode ser lido como um espaço de confinamento social, visto como um local de silenciamento e de apagamento dos corpos negros em contradição ao que pontua Gaston Bachelard em *A poética do Espaço* (1993), que a casa é um lugar de afeto, de memória e de abrigo. Assim, compreendemos que a romantização dos espaços vale apenas para os que o corpo branco ocupa, os do corpo negro serão sempre os desvios, as favelas, os quintais, os subúrbios, nunca as salas, o quarto grande, a cobertura de um prédio etc. Ainda, Bachelard afirma que “a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem” (1993, p. 201). No entanto, em narrativas como a de *Solitária* e tantas outras discussões sobre o espaço doméstico, entende-se que essa casa não é vista dessa forma para as personagens negras, especialmente, mulheres, sendo, muitas vezes um ambiente de aprisionamento.

Para Bachelard, a casa é um lugar de abrigo, mas, só será devidamente efetivada como tal para um sujeito branco, haja vista que, para pessoas negras, como Eunice, por exemplo, o espaço é visto apenas na condição de serviço. Nesse viés, além de Eunice, sua filha Mabel, que precisava *morar* com a mãe no espaço doméstico, também vivencia o confinamento desse espaço e não o vê como um lugar feliz, conforme se verifica na cena em que Eunice precisou deixar Mabel quieta no seu quarto, sem fazer barulho nenhum para não incomodar os patrões, conforme vemos a partir da ótica da própria criança negra:

Quando a porta se abriu, ouvi em tom baixo: “Não saia daí até eu voltar!”. E ela se fechou, me deixando ali, no escuro. Um pavor me dominou. Não era solidão nem medo do escuro. Era algo maior. O que senti sentada na cama estreita daquele quarto ainda não tem nome. (Cruz, 2022, p. 16)

Nesse recorte, observamos que Mabel relembra o momento em que fora deixada pela mãe em um quatinho escuro e silencioso, a qual ela também deveria silenciar. Nesse momento, a personagem atua como agente questionadora, postura essa de uma crítica que se volta ao passado para problematiza-lo, buscando nele indícios de opressão que foram capazes por definir seus corpos a partir de uma lógica opressora num espaço confinador onde sujeitos não teriam outra alternativa se não aceitar. Assim, observa-se que, nesses espaços, que deveriam ser de

pertencimento e de um certo abrigo, de afeto, se torna um espaço desumanizador que é proporcionado por essas relações de poder.

Nesse ato de não ter acesso à casa, de permanecer em silêncio em seu *quartinho* escuro, traz à tona um olhar sobre o período escravocrata, pois essas dinâmicas ainda são mantidas, a considerar que é uma divisão hierárquica dos espaços da casa e, que, embora as empregadas pudessem ter acesso a todos os ambientes para trabalhar, esse acesso era restrito a determinados horários (Teixeira, 2021, p. 40). Nessa divisão hierárquica também se discute o espaço destinado às empregadas, pois

Em geral, seus quartos, pequenos, se encontravam próximos à cozinha. Quarto e banheiro se conjugavam no que se chamou de dependência de empregada – os famosos *quartinhos* –, algo ainda muito presente nas plantas de apartamentos e casas pelo Brasil, e nem sempre conformes às próprias normativas legais de salubridade. (Teixeira, 2021, p. 40)

Conforme exposto, esses *quartinhos* são espaços físicos construídos para as empregadas domésticas e, que, na narrativa, Eliana apresenta esse uso também no diminutivo, *quartinho*, *banheirinho*, em uma tentativa de reproduzir na escrita a nuance de ser invisível e, de a mulher negra, na função de empregada doméstica, viver às escondidas, numa clara tentativa de apagamento social, sempre submetidas aos interesses e às vontades dos patrões. Para ratificar esse sentimento de se sentir invisível socialmente e no seu ambiente de trabalho, *Eunice*, narradora homodiegética da segunda parte da obra literária, expõe essa sensação:

Hoje fico com pena do sacrifício que era se tornar invisível. Além dos espaços apertados que ocupávamos, o silêncio era um companheiro. Era preciso estar presente sem estar. Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é a filha dessa mulher também deve ser. Ela não pode rir como uma criança, não pode pular ou fazer travessuras como uma criança. Ela não é uma criança. É um incômodo, alguém apenas tolerado... [...] No final eles já estavam acostumados. Já tinham o “dom da invisibilidade”. Já sabiam como estar sem deixar ninguém se aperceber de que estavam. (Cruz, 2022, p. 97)

A partir do fragmento, é possível compreender o momento em que *Eunice* se enxerga como serviçal silenciosa, logo, sua filha criança também deveria ser, apresentando *Mabel* como uma criança que não podia ser criança, precisava silenciar. Analisando esse *lar* em que *Eunice*, *Mabel* e comum a tantas personagens negras e empregadas domésticas, envolve-nos às discussões de bell hooks ao tensioná-lo, pois, segundo a autora, é importante refletir esse espaço, como um espaço de resistência e de luta pela libertação. (hooks, 2019)

Para *Eunice*, o apartamento que a abrigava no Golden Plate, é um lugar de opressão, mas também um lugar de sobrevivência, de dor, de resistência. Ela rezava em silêncio:

Ela tirou o lenço, lavou o rosto e as mãos na piazinha do banheiro do quarto. Fez um sinal da cruz para seus santinhos numa cabeceira improvisada. Até os santos eram pequenos! A gente rezava para eles toda noite. “Com Deus me deito, com Deus me levanto, Nossa Senhora nos cubra com seu manto.” (Cruz, 2022, p. 19)

O espaço destinado a Eunice e sua filha não era visto como um lugar de afeto, mas sim um *não-lugar*, pois elas não faziam parte daquela família, não eram consideradas parte daquele ambiente. O quarto era para elas apenas um local de descanso, vigiado, sempre com a permanência de servir, como uma espécie de apagamento de suas individualidades e confinador de seus corpos. Nesse viés, Bachelard (1993, p. 202) corrobora acerca desse espaço que, “A topoanálise seria então o estudo psicológico sistemático dos lugares físicos de nossa vida íntima”, como um espelho da alma que guarda a subjetividade dos seus habitantes.

No bojo das discussões sobre a subjetividade presente nos espaços, observa-se, em uma das cenas, que a criança negra Mabel escuta a discussão dos padrões de sua mãe na qual falam sobre seus problemas pessoais. Ao se depararem com a criança, que saíra para brincar, olham para ela de cima para baixo e de baixo para cima: “Mas... quem é esta criança?” (Cruz, 2022, p. 23). Esse espanto reforça que Mabel não havia sido pensada para aquele espaço, era uma intrusa, embora criança e filha da empregada. *Solitária*, por sua vez, também dá voz à Mabel, que, naquele lar, como citado por bell hooks, oportuniza um espaço de resistência, que transcende o confinamento imposto a elas, mas que usa de sua opressão para resistir. De fato, a casa, que é um lugar de afeto, de abrigo, de memória, de pertencimento, conforme Bachelard, surge nesse romance como um campo de conflito, de apagamento, mas também de memória e de reconstrução de subjetividades negras, um lugar de onde mãe e filha resistem.

Portanto, a narrativa *Solitária* demonstra que o espaço doméstico, entendido como um local de refúgio, pode ser também um lugar de hierarquia e exclusão. Ainda assim, é nesse mesmo espaço que Mabel e a sua mãe Eunice encontram meios de resistência e de afirmação de suas subjetividades enquanto mulheres negras vivenciando aquele contexto de confinamento. A exemplo dessa resistência e da afirmação de suas subjetividades naquele espaço confinador, Mabel oportuniza leituras à Eunice e, dentre tantas, ela escolhe justamente *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, passagem em que Eunice se entende também como uma mulher negra que vive no ambiente confinador do espaço doméstico:

Eunice leu em voz alta para Mabel um trecho que me deixou constrangido: “... 2 de novembro. A coisa que eu tenho pavor é de entrar no quarto onde

durmo, porque é muito apertado. Para varrer o quarto preciso desarmar a cama...”. Elas pararam a leitura do dia nesse ponto porque Eunice molhou as páginas daquele livro, Quarto de despejo, com seu pranto. (Cruz, 2022, p. 142)

Dessa forma, entende-se que o romance revela como esses laços afetivos e as memórias que as duas construíram no lar podem se tornar instrumentos de resistência frente às opressões de raça e classe, reafirmando essa perspectiva da experiência negra na construção de identidade e pertencimento, que a obra literária presentifica em suas narrativas.

3.6 Morte social ou *não-humanidade* no exercício do trabalho doméstico

Na esfera do social, que atravessa as relações entre poder, política e seus cargos e funções, o corpo negro sempre fora visto como alheio a eles, histórico esse que nos tem encaminhado a uma discussão acerca da morte social ou a *não-humanidade* de negros e negras, sobretudo, no âmbito do trabalho doméstico, foco desta discussão. Assim, é certo que, apesar dos avanços temporais, legislativos e “sociais”, há que se considerar os dados alarmantes em casos de homicídios, “balas perdidas” que encontram corpos negros, como poeticamente registrado no conto *Zaita esqueceu de guardar os brinquedos*⁷, assim como a falta de oportunidades desses indivíduos como detentor de direitos.

Nessa conjuntura, Florestan Fernandes, em *O Negro no mundo dos brancos* (1972) afirmou exatamente que o negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual” (1972, p. 15). Essa afirmativa é comprovada, logo mais, por Abdias Nascimento, em *Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), o qual fez duras críticas ao sistema, sobretudo, aos órgãos do poder que são usados para destruir o negro como pessoa, e como criador e condutor de uma cultura própria (2016, p. 112), considerando, nesse escopo, que genocídio significa destruição total ou parcial de um grupo étnico, de uma raça ou religião através de métodos cruéis. Ainda, o genocídio do negro brasileira se deu/dá, como em diversas outras partes do mundo, de forma física e simbólica.

Para Abdias Nascimento:

O processo de assimilação ou/e aculturação não se relaciona apenas à concessão aos negros, individualmente, de *status* social, mas restringe sua mobilidade vertical na sociedade como um grupo; invade o negro e o mulato até à intimidade mesma do ser negro e do seu modo de auto-avaliar-se, de sua autoestima. (Nascimento, 2016, p. 112)

⁷ Conto *Zaita esqueceu de guardar os brinquedos*, presente na obra literária *Olhos D’água* de Conceição Evaristo, em que a criança negra, moradora da favela, é vítima de uma bala perdida ao estar brincando na porta de casa.

Assim, Nascimento não fala somente desse processo de aculturação, mas de um apagamento de suas identidades ou de se reconhecer enquanto negro e de ter sua vida/vivência considerada nos mais diversos âmbitos da vida. No entanto, ainda nos dias de hoje, homens e mulheres negras, por conta desse histórico de apagamentos e invisibilizações, da classe social e da ausência de *status* social, e total desemprego, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco. (Nascimento, 2016)

A esse respeito, há diversos casos reais e atuais que exemplificam a morte social ou *não-humanidade* das trabalhadoras domésticas no exercício de suas profissões e, para isso, refletiremos sobre casos análogos à escravidão divulgados pelos meios de comunicação a partir de um lapso temporal de 2020 a 2025, considerando que, esses casos, que escancaram o racismo estrutural e atemporal a partir de um viés escravista, são corriqueiros na sociedade, a citar o genocídio ao negro na contemporaneidade, ou seja, esse apagamento que tende a silenciar vozes e espaços sociais que lhe são de direitos.

Iniciamos, portanto, com o período da pandemia de Covid-19, uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Em março de 2020, a referida doença chegou ao solo brasileiro e, nessa vinda, fez a primeira vítima no país, sendo, portanto, uma empregada doméstica, de 63 anos, a qual fora infectada por sua patroa que chegara de viagem da Itália. Cleonice Gonçalves trabalhava desde os 13 anos de vida como empregada doméstica, residia a mais de 120km de distância da casa dos patrões, no Leblon e, durante a semana, residia na casa dos patrões.⁸

Nesse sentido, é possível compreender o que Cida Bento denomina como Pacto da Branquitude, um acordo silencioso entre pessoas brancas para preservar seus privilégios, mesmo às custas da exclusão e da violência simbólica e física contra pessoas negras. Assim, o pacto

É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. (Bento, 2022, p. 13)

A morte de Cleonice Gonçalves, empregada doméstica contaminada pela patroa durante a pandemia, é exemplo concreto desse pacto, haja vista que, enquanto sua empregadora pôde se isolar em casa, Cleonice seguiu exposta, sem acesso à proteção ou à cuidados médicos

⁸ GOVERNO do RJ confirma a primeira morte por coronavírus. **G1**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em]: 17 jul. 2025.

adequados. Dessa forma, a estrutura social naturaliza essa desigualdade, pois é sustentada por um sistema que nega a humanidade dessas mulheres negras e as confina a um papel de subserviência herdado da lógica escravocrata. O pacto da branquitude, portanto, atua para manter a branquitude em posição de conforto, protegida e distante das consequências da precarização da vida negra.

Na imagem a seguir, de Cleonice Gonçalves, retrata não apenas o seu fenótipo, sua raça, mas sua existência, ela, que se internou em um hospital público do município de Miguel Pereira, 2 horas do local de trabalho, tivera sua vida interrompida, enquanto sua empregadora se mantinha em quarentena, se cuidando de possíveis consequências da Covid-19, sorte e direito que Cleonice não tivera.

Figura 1 – Cleonice Gonçalves, empregada doméstica (1ª morte no Brasil por Covid-19)



Fonte: CLEONICE Gonçalves: primeira vítima da Covid-19 no Brasil simboliza impacto desproporcional da pandemia sobre a população negra. **Mundo Negro**, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/cleonice-goncalves-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-simboliza-impacto-desproporcional-da-pandemia-sobre-a-populacao-negra/>. Acesso em: 3 set. 2025.

Nessa situação, reflete-se sobre quem pode viver e quem pode morrer? Tensionamentos que são feitos a partir do conceito de *Necropolítica*, trazido por *Achille Mbembe*, o qual cita que há “[...] formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’”, (Mbembe, 2018, p. 71). Nesse sentido, *Cleonice*, antes da Covid-19, era considerada inexistente do ponto de vista do status, mas, a partir de sua morte, passou a ser registrada como a primeira mulher, negra, empregada doméstica, inscrita nas estatísticas da pandemia que vitimou milhares de

peessoas. Portanto, aliada aos processos de desumanização e objetificação dos corpos negros, a necropolítica se renova no contemporâneo, por isso, no contexto da pandemia, percebemos a cronificação da atuação necropolítica do Estado, produzindo mortes, mas não qualquer morte. (Navarro *et al*, 2020)

E é nessa perspectiva que discutiremos, agora, ainda no período pandêmico da Covid-19, o caso da criança negra Miguel, filho da empregada doméstica Mirtes Renata, uma mulher negra que dedicava sua vida a cuidar dos patrões brancos. Para a referida análise, usaremos como *corpus* de pesquisa a Sentença Judicial proferida no dia 31 de maio de 2022, a qual consta todo o relatório do acontecido com a criança que estava na casa dos patrões com a mãe. Na situação em questão, Mirtes levava seu filho Miguel, de apenas 5 anos, para a casa dos patrões, pois, não havia ninguém que pudesse cuidar dele durante aquele período de pandemia no Brasil.

Nesse ambiente da casa dos patrões brancos, sendo, portanto, Sari Corte Real, cujo seu esposo Sérgio Hacker, à época, era o Prefeito da cidade de Tamandaré (PE), configurando, assim, um casal rico e brancos moradores de um condomínio de luxo, chamado “Torres Gêmeas”, em um bairro nobre de Recife. Mirtes desenvolvia funções de empregada doméstica, embora exercesse outras funções alheias, como o que ocorrera no dia da morte de Miguel, pois, Mirtes passeava com o animal de estimação da patroa no momento em que Miguel ficou sob a guarda da patroa que, de forma negligente, permitiu que a criança entrasse sozinha no elevador. Sem supervisão, Miguel acionou diversos botões, alcançou o nono andar e caiu de uma sacada de 33 metros, fato que resultou em sua morte.

O crime aconteceu no dia 02 de junho de 2020, o qual completou, então, 5 anos e que ainda permanece impune.⁹ Mais uma vez, o alegado pela patroa de Mirtes é que a relação era de ‘afeto’, de ‘quase da família’, pois Miguel brincava com as crianças da família, inclusive, sentava à mesa com todos, mas, sob os olhos do Judiciário, tais atitudes foram formas de controlar a família da vítima, pois

[...] também lhes permitia sentarem à mesa da família, de modo à acusada controlar a família da vítima, a acusada não imaginou que o seu gesto de abandonar a vítima esta viesse a morrer, ou algo muito grave lhe ocorresse, mas ela controlava a família de MIGUEL, e MIGUEL pouco lhe importava, era só o filho da trabalhadora doméstica beneficiária das vantagens extras. MIGUEL, nas circunstâncias do crime, não lhe era importava tanto quanto a acusada mostra em seu depoimento, os benefícios acaso dados a ele eram uma forma de controlar sua família [...] (BRASIL, 2022)

⁹ ATO marca 5 anos da morte do menino Miguel e pede resolução do caso ao TJPE: ‘Se fosse o contrário, caso já estaria resolvido’, diz mãe. **G1**, Pernambuco, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2025/06/02/ato-marca-5-anos-da-morte-do-menino-miguel.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Observa-se, então, o quanto a vida de Miguel não era importante para a Sari, patroa branca acusada pelo crime. Assim, o fato de este crime ainda permanecer impune e patroa viver a sua liberdade escancara privilégios brancos, corroborando para um pacto proporcionado a partir da branquitude¹⁰, pois, a sociedade patriarcal e branca silencia acerca desse crime, o que corrobora para a não aplicabilidade da pena, a exemplo, do Judiciário, da sociedade e das camadas sociais que banalizam a vida de Miguel que fora perdida por negligência e pela indiferença social, racial da patroa branca, assim, na Figura 2, a seguir, observamos uma família negra que tivera seus corpos invisibilizados nesse contexto de *não-humanidade*.

Figura 2 – Mirtes Renata e seu filho Miguel de 5 anos.



Fonte: LACERDA, Victor; FERREIRA, Lenne (edição). Entrevista: Mirtes transforma luto por morte de Miguel em luta. **Alma Preta Jornalismo**, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/mirtes-transforma-luto-por-morte-de-miguel-em-luta/>. Acesso em: 3 set. 2025.

Após a tragédia, a mãe de Miguel, Mirtes, cita que faz de seu luto uma luta para minimizar os impactos do poder e da desigualdade que objetivem a desumanização de pessoas negras. Assim, em meio a sua luta, Mirtes iniciou o Curso de Direito, concluindo-o em 2025, cujo tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) fora: “Trabalho Escravo Contemporâneo e Direitos Fundamentais: uma análise da proteção constitucional com foco nas trabalhadoras domésticas”. A sua luta, inclusive, com o desenvolvimento jurídico, sempre tivera o ímpeto de buscar por justiça pela morte de seu filho. Essa iniciativa reverbera autores, como Joice Berth, em sua obra *Empoderamento* (2020), que afirma que o Empoderamento individual transcende para o coletivo a partir de um pensamento crítico sobre sua realidade, resultando também em

¹⁰ Cida Bento narra, em *Pacto da Branquitude* (2022), que as instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. (p. 14)

uma voz que brada ao silenciamento opressor que opera neste país. (Berth, 2020). Ainda, como agente questionadora, tal como postula Maldonado-Torres (2018).

Quanto ao trabalho doméstico análogo à escravidão, o portal G1, em 20 de novembro de 2023, divulgou uma notícia em que uma empregada doméstica fora mantida em condições análogas à escravidão por 3 gerações, em Minas Gerais. Na ocasião, a vítima de 63 anos relatou que era chamada de ‘Vó Preta’ e o seu patrão disse que a trabalhadora teria sido um ‘presente de casamento’ da família da esposa.¹¹ Durante a leitura jornalística, é possível encontrar informações que a relação se iniciou entre 23 de janeiro de 1982 a 10 de março de 2022, quando a trabalhadora doméstica se encontrava com 10 anos de idade.

Assim, discute-se, também, a perspectiva da infância da criança negra que é, muitas vezes, roubada, especialmente se for mulher, haja vista que tais crianças tendem a reproduzir essa atividade doméstica das mães, tias, avós, ainda na infância, ingressando na situação de empregada doméstica. Acerca disso, Lélia Gonzalez afirma que “nossas crianças aderem à força de trabalho muito cedo, devido às condições de pobreza e miséria em que a grande maioria da população negra vive. Seu trabalho, que se inicia na idade de oito a nove anos, contribui para os baixos rendimentos familiares” (2020, p. 146)

Essa relação de trabalho infantil da criança negra no espaço doméstico da casa dos patrões evidencia a hereditariedade do trabalho doméstico no Brasil, assim, a relação de trabalho doméstico, atrelado ao trabalho infantil, expõe as crianças a uma condição maior de vulnerabilidade, portanto, observa-se que, na infância, muitas meninas negras foram escravizadas, assim como narrado em *Solitária*, pois, há a discussão de crianças como Irene, trazida do interior para ser babá, apesar de que os patrões tinham conhecimento de que se tratava de uma criança, pois

Na casa de seu Tiago e d. Lúcia, um debate. Ele gritava para a esposa que d. Helena tinha apenas “esquecido” que a babá que contratou ainda era menor de idade e, apesar dos “essa gente não tem responsabilidade”, “não querem nada com o trabalho”, “não se pode confiar neles”, “na hora de beijar na boca ninguém é criança”, algum jornal destacou o fato de que Irene não passava de uma criança cuidando de outra. (Cruz, 2022, p. 33)

A narrativa, portanto, demonstra que os patrões, mesmo conscientes de que se tratava de uma criança, deram a ela a função de babá em sua casa, ou seja, criança cuidando de outra

¹¹ CHAMADA de ‘Vó Preta’, doméstica foi mantida em condições análogas à escravidão por 3 gerações em MG; patrões terão que pagar R\$ 2 milhões em indenização. G1, Juiz de Fora, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/11/20/chamada-de-vo-preta-domestica-foi-mantida-em-condicoes-analogas-a-escravidao-por-3-geracoes-em-mg-patroes-terao-que-pagar-r-2-milhoes-em-indenizacao.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.

criança, conforme ratificado por Lélia Gonzalez ao dizer que haja vista que, muitas vezes, a infante negra é “quase tão criança quanto as crianças de quem cuidava, seu primeiro emprego foi uma aventura deliciosa. A madame era muito boa e suas crianças tão alegriinhas que dava gosto brincar com elas” (González, 2020, p. 158)

No tocante ao não-lugar que a mulher negra ocupa no exercício de profissões, cabe ressaltar a dimensão arquetípica da empregada negra ou da mãe preta:

A “mãe preta” representa o esperado da mulher negra pela sociedade branca e classe média: resignação, passividade diante das situações de violência e opressão. A figura simpática, amorosa e inofensiva da mãe preta realiza a aceitação sem resistência do poder instituído, da escravidão, dissimulando, inclusive, os horrores do período escravista para as mulheres negras escravizadas e/ou libertas. A função desse estereótipo reside em negar o agenciamento das mulheres negras, ou seja, a sua existência histórica. (Cardoso, 2012, p. 127)

Diante dessa acepção, recorremos a Lélia Gonzalez (1984), que enfatizou sobre a permissividade da mulher negra a esse papel de “mãe preta”, trazendo a perspectiva da resistência, haja vista que essa “mãe preta” atua como um sujeito político, que contribuiu para a formação da cultura brasileira, ou seja, “[...] Conscientemente ou não, ela passou para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas de que era representante. Foi por aí que ela africanizou o português falado no Brasil (transformando-o em ‘pretuguês’) e, conseqüentemente, a cultura brasileira” (Gonzalez, 2009, p. 199)

Para além dos avanços de resistência e do processo de construção da cultura brasileira defendidos por Gonzalez, o que se discute, ainda, é a escravização de negros por brancos sob o julgo de que foram e continuando sendo, em menor proporção, objetos, o que se apropria, ainda, da dimensão afetiva para mascarar a desigualdade e o poder sobre esses corpos, através de afirmativas “quase da família” e, tantas vezes, com a expressão de “mãe preta.

Nesse cotejamento, Kilomba acrescenta que

Essa imagem da mulher *negra* como “mãe” vem servindo como um controle de “raça”, gênero e sexualidade. É uma imagem controladora que confina mulheres *negras* à função de serventes maternos, justificando sua subordinação e exploração econômica. A “mãe negra” representa a relação ideal de mulheres *negras* com a branquitude: como amorosa, carinhosa, obediente e serva dedicada, que é amada pela família *branca*. (Kilomba, 2019, p. 142)

Em *Solitária*, a autora narra exemplos de como as empregadas domésticas vivenciam essas mortes sociais ou não humanidades, como nas vivências das personagens Eunice, Dadá, Hilda, Irene e Luzia. No tocante a essa acepção, Mirian dos Santos afirma a importância de

narrativas protagonizadas pelo corpo negro, pois, “[...] trazer o corpo negro para a literatura brasileira enquanto proposta política requer de forma crítica histórias das diferenças e das desigualdades, a exemplo da representação [...]” (Santos, 2018, p. 125).

Por isso mesmo, as personagens *Dadá*, *Hilda*, *Luzia* e *Gilberto* podem figurar nessas representações, a iniciar pela vivência de *Dadá*, empregada doméstica de D. Imaculada, síndica do Golden Plate. É importante enfatizar que essa personagem estava morando com a patroa desde os dez anos, ou seja, uma criança que teve sua infância tomada pelo trabalho análogo à escravidão, como se percebe no fragmento abaixo:

Várias bonequinhas costuradas por ela estavam recostadas na cama e sobre um armário baixo, onde também havia retalhos, linhas e agulhas. Aquelas bonecas eram bem-feitas e bonitinhas, mas me davam medo. Lembrei do Sérgio, pois sua toca embaixo do viaduto me parecia mais digna.

— *Dadá*, quantos anos você tem? — perguntei.

— Quarenta... acho.

— Está com d. Imaculada desde quando?

— Desde os dez.

Sim, era um filme, mas de terror. (Cruz, 2022, p. 122)

Dadá, claramente, não existia, era uma espécie de “morta-viva”, ou uma “criada-muda” para a patroa branca. Sob outra perspectiva, surge a personagem *Hilda*, também empregada doméstica, mas ocupando um status de cuidadora do general Feitosa, que, durante uma doença repentina, fora

O primeiro corpo a tombar no Golden Plate estava entre aqueles que sempre são atingidos antes dos demais. *Hilda* começou a apresentar tosse ininterrupta e febre, sintomas que seu empregador imediatamente “diagnosticou” como uma gripe comum, já que ele também tinha os sintomas. Os dois passaram a tomar toda sorte de medicamentos ineficazes, até que ambos estavam no limite das forças. Ela, desesperada, pediu auxílio a uma filha, que no mesmo instante acionou um serviço de saúde. *Hilda* foi internada com os pulmões bastante comprometidos. O general também. *Hilda* não resistiu. Algumas semanas de internação depois, a família do militar culpou a cuidadora, que precisava se deslocar de tempos em tempos, pelo falecimento do general Feitosa. A família de *Hilda* culpou a família do general. (Cruz, 2022, p. 151)

Hilda, portanto, faleceu devido a uma gripe inicial que atingiu a todos, em uma clara referência a um caso real, sendo o primeiro corpo a “tombar”. Por fim, nessa encruzilhada de ficção em uma tentativa de representar o real, *Solitária* apresenta, ainda, *Luzia* e seu filho *Gilberto* que, dentro da mansão dos patrões, no mesmo Golden Plate, tiveram seus corpos mortos socialmente a partir de uma noção de *não-humanidade* de pessoas brancas que minimizaram suas existências, pois *Luzia*, enquanto se ausentou do edifício, perdera seu filho

Gilberto que caíra do 10º andar do Edifício Golden Plate pela indiferença de Camila, filha dos patrões, que não vigiou a criança por alguns minutos.

— Luzia, aconteceu um acidente...

Ela olhou por cima do meu ombro e só aí viu o carro dos bombeiros. Meu olhar entregou que era algo com Gilberto. Luzia começou a gritar, chamando a atenção das pessoas na rua. Tentei abraçá-la, mas ela se soltou de mim e correu para o edifício. A policial nos deixou passar quando eu disse que Luzia era a mãe do menino e que eu estava no apartamento. (Cruz, 2022, p. 133)

A partir do fragmento se compreende a intenção de representar o cotidiano vivido pelos negros(as), especificamente, as empregadas domésticas, através de certa intervenção na realidade social (Santos, 2018). Assim, questões que envolvem o racismo cotidiano, os traumas e as vivências de mulheres negras incutidas nessas posições de subalternidade, se tornam motivo da produção literária negro-brasileira.

Portanto, a narrativa de *Solitária* ratifica que a escrita literária negro-brasileira se articula com o cotidiano de opressão vivido por mulheres negras, especialmente, no contexto de empregadas domésticas, revelando traumas, perdas e a desumanização inerente às relações de subalternidade. Logo, a referida obra literária, produzida por uma autora negra, com narrativas de experiências de pessoas negras, cria um espaço de memória e resistência, evidenciando que a literatura atua como instrumento de afirmação identitária e de denúncia social, tornando visíveis experiências muitas vezes invisibilizadas pela sociedade, a exemplo dos casos em destaque em que as discussões transcenderam a ficção com o fito de narrativas reais condizentes à atos de *não-humanidade* a corpos negros no Brasil.

3.7 A literatura negra importa a quem?

Iniciamos a discussão a partir do que Octavio Ianni discorreu em *Literatura e Consciência* (1988), acerca do processo de entendimento sobre a literatura negra:

A literatura negra não surge de um momento para o outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. É um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo; movimentando-se sob a influência dos dilemas do negro e das invenções literárias. Com tema e sistema, ela se desloca aos poucos da história social e cultural brasileira, adquirindo fisionomia própria. Desencanta-se da história do povo brasileiro e da história da literatura brasileira. Descola-se e desencanta-se pela originalidade e força do movimento social do negro. (Ianni, 1988, p. 97-98)

No bojo das questões apontadas pelo autor, outros teóricos se juntam às acepções postas como, por exemplo, Eduardo de Assis Duarte, Fernanda Miranda, Rafael Balseiro Zin, Régia Agostinho, Mirian dos Santos, Djaimilia Pereira de Almeida entre outros(as), que tendem a afirmar que, com o avanço da sociedade, o papel do negro deixou de ser narrado somente sob o olhar do branco, o qual, via de regra, em suas narrativas representava-os tão somente de escravos, domésticas, donas de casa etc., ou seja, sempre na perspectiva da subserviência, o que evidenciou que nos séculos XIX e XX a literatura brasileira, quando apresentava a personagem negra, nunca fora com a presença positivada.

Com o ímpeto de conhecer a quem a literatura negra importa, busca-se embasamento teórico nas discussões entre a obra *Direito à Literatura* (2004), de Antonio Candido, e o *Direito à Literatura Afro-brasileira*, de Rafael Balseiro Zin (2019), o qual discute, a partir de uma crítica à obra de Candido, que a literatura é um direito fundamental de todos. Contudo, ratifica critérios que valoram e classificam as criações humanas, por vezes, em “modalidades”, ou seja, certas obras literárias tendem a ser classificadas como qualificadas e superiores (Zin, 2019).

A partir dessa perspectiva crítica, é importante tensionar que ela tende a naturalizar o lugar social destinado a essas personagens como meros objetos da enunciação, causando impactos profundos na vida real (Zin, 2019, p. 28), haja vista que Candido proporciona uma noção de literatura de qualidade, alta, definida a partir dos clássicos em contraposição a literaturas de qualidade modesta, ou seja, compreendendo-a como produção dos grupos minoritários. Assim, essas noções se determinariam a partir de critérios “esteticamente válidos”, “níveis culturais” ou “certos níveis de uma sociedade” (Zin, 2019, p. 29), o que desqualifica as produções literárias de grupos marginalizados, como a literatura negra, limitando o entendimento de seu impacto na vida real e o lugar de suas personagens sempre em posições subalternas ou silenciadas.

Nesse cotejamento, é importante citar os impactos que a leitura literária causa em seus leitores, atuando em diversas direções, desde a identificação com as personagens à uma reflexão mais profunda que coloca em questão ideologias que se perpetuavam como intocáveis. Nesse sentido de abertura de caminhos, justamente por causa do avanço de produções literárias, ainda que a passos tímidos, Zin afirma que:

A literatura negra ou afro-brasileira, finalmente, uma vertente da literatura brasileira, será aquela que representa as autorias negras expondo suas subjetividades, a partir da vivência de ser negro no Brasil, reelaborando histórias, atualizando experiências e discursos, nos quais a violência do cativo e do pós-abolição, por muito tempo, as impediram de vir à tona. (Zin, 2022, p. 20)

Historicamente, a literatura negro-brasileira se gestava nas margens e no silenciamento, conforme se verifica em Maria Firmina dos Reis, com *Úrsula* (1859), pois, segundo Fernanda Miranda, “Maria Firmina dos Reis navegou pela ordem discursiva e nos legou um arquivo composto pela memória da travessia atlântica. Um arquivo que elabora, pela primeira vez na ficção, a experiência histórica do sujeito negro na diáspora forçada (Miranda, 2019, p. 73)”.

Maria Firmina dos Reis, nascida em São Luís, em 11 de março de 1822, fora considerada a primeira romancista brasileira, além do que também fora reconhecida como pioneira da literatura afro-brasileira e por ter inaugurado um novo gênero literário, o romance antiescravista (Marinho, Sousa e Ferreira, 2024). Assim, seu protagonismo para a literatura negro-brasileira é imprescindível, pois “como mulher negra e livre, Maria Firmina dos Reis buscou romper com os meios possíveis para quebrar esse ciclo vicioso de manter a população afrodescendente amordaçada, aos vieses do servilismo” (p. 540)

Nessa conjuntura do protagonismo literário negro, destacam-se obras extremamente essenciais para a escrita negra e abolicionista. Assim, exemplificamos essas obras a citar: *Úrsula* (1859), *Gupeva: romance brasiliense* (1861-1862), *Poemas em: Parnaso maranhense* (1861), *A escrava* (1887), *Cantos à beira-mar* (1871) e *Hino da Libertação dos Escravos* (1888).

Assim, protagonismo de Maria Firmina dos Reis transcende sua posição como a primeira romancista negra do Brasil, pois sua obra inaugura um gesto radical de subversão narrativa dentro de uma tradição literária que silenciava as vozes negras e femininas. Portanto, acerca dessa perspectiva de abertura e da oportunidade de voz, é que Fernanda Miranda (2019) ratifica sobre os escritos de Maria Firmina dos Reis, pois

Sua escrita instaura um signo novo e disruptivo no mundo de significações da razão colonial, pois inscreve o negro enquanto *sujeito* de uma experiência histórica anterior à escravização, com vínculos afetivos, pertencimentos territoriais e ética de existência coletiva. E principalmente, falando por si mesmo. Na obra, do homem negro brota a medida do humano, e da mulher negra emerge um arquivo de memória cuja narração fratura o ordenamento colonial que organizava a sociedade. (Miranda, 2019, p. 83)

Sob outra perspectiva, Ruth Guimarães, autora de *Água funda* (1949), também foi uma grande pioneira na escrita literária negro-feminina, assim,

[...] como água correndo entre pedras, Ruth Guimarães abriu caminhos no seu tempo, criou trilhas onde pouca estrada existia. Foi (senão a) uma das primeiras escritoras negras a ocupar espaço nacional no cenário da literatura

brasileira, isto é, a torna-se visível no mundo público de circulação de discursos enquanto autora de literatura. (Miranda, 2019, p. 115)

Ruth Guimarães conseguiu projeção nacional, afirmando-se como uma das primeiras mulheres negras a ganhar destaque no cenário literário, enfrentando a ordem social racista e machista na medida em que alcançou lugares historicamente negados às mulheres negras, especificamente no mundo da escrita, o qual ela se estabeleceu (Miranda, 2019). Assim, Ruth publicou diversas obras literárias, as quais se destacam: *Água Funda* (1949), *Os filhos do medo* (1950), *Contos de cidadezinha* (1996), *Lendas e fábulas do Brasil* (1972), *Calidoscópio* (2006), *Histórias de onça* (2008), *Compadre Jabu* (2008), etc.

Nessa conjuntura, Ruth Guimarães, com o conhecimento de sua ascensão e de seus escritos, sempre buscara conquistar seu espaço, assim, Miranda (2019) afirma que a autora negra sempre tivera as características da altivez, da autoconfiança, da ousadia, além de um projeto literário definido. Assim, Mário Augusto Medeiros da Silva afirma que:

A própria autora pontua passagens muito interessantes a respeito de sua vida, onde as memórias da infância, dos poucos anos vividos na fazenda, jogaram um papel fundamental. São eles que vão construindo uma narrativa que, naquele momento, permitiria explicar o percurso da escritora negra, bem como seus anseios e conquista de lugar num mundo que, muitas vezes, parecia-lhes interdito como órfã, interiorana, negra, pobre e mulher. (Silva, 2022, p. 9)

Dessa maneira, Ruth Guimarães não apenas rompeu barreiras estruturais impostas às mulheres negras, como também construiu uma obra literária marcada por um olhar atento às raízes populares brasileiras, à cultura oral e à experiência de quem habita as margens. Sua escrita é, portanto, resistência e afirmação de “alguém que sabia o que queria e teve coragem para seguir suas escolhas, rompendo qualquer limite pré-estabelecido que lhe quisessem impor por ser mulher, negra, caipira – como ela dizia” (Miranda, 2019, p. 121).

Refletindo e aumentando a discussão acerca das autoras negras, é que se discute, também, Carolina Maria de Jesus, nascida em 14 de março de 1914, filha de negros que migraram para a cidade no início das atividades pecuárias na região. Carolina mudou-se para São Paulo em 1937, residindo, então na favela do Canindé juntamente com seus três filhos. Dentre as suas principais obras, encontram-se: *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Pedaços de fome* (1963), *Provérbios* (1963) e, também, há publicações póstumas, como *Diário de Bitita* (1986) e outros.

Assim, Carolina Maria de Jesus, com *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), surgiu em sua “própria condição autoral – forjada na intersecção de gênero, raça e classe

– que gerava surpresa, susto, e principalmente reação: não havendo uma imaginação social que concebesse a mulher negra como produtora de conhecimento” (Miranda, 2019, p. 162).

A partir dos escritos de Carolina, é possível confirmar sua importância por meio de diversos estudos que destacam a potência expressiva da escrita da autora, marcada por sua vivência concreta e pelas estruturas de opressão que a atravessam. Assim, segundo Vanessa Campos (2021):

O estilo que Carolina Maria de Jesus utilizava em sua escrita apresenta marcas de sua realidade, bem como suas lembranças de opressão e submissão refletem a sociedade da época. A autora se torna dona da história apresentada, e, em suas obras, busca uma forma de autorrepresentação, expondo seu eu enunciativo em um contexto de pobreza e desolação. (Campos, 2021, p. 26)

Desse modo, a escrita de Carolina Maria de Jesus não apenas denuncia as estruturas opressoras que atravessam sua existência como mulher negra e pobre, mas também se constitui como um ato de resistência e afirmação de sua subjetividade. Ao narrar o cotidiano da favela com um olhar crítico e sensível, Carolina rompe com os estereótipos impostos à mulher negra, dito isso, sua obra inaugura uma escrita que parte da margem, mas que ecoa no centro das discussões literárias, sociais e políticas, propondo, muitas vezes, uma construção de uma memória coletiva que inclui vozes historicamente silenciadas.

No contexto contemporâneo, autoras como Conceição Evaristo ampliam o legado de Carolina Maria de Jesus, reafirmando a importância da escrita como espaço de memória, denúncia e resistência. Portanto, Conceição Evaristo, amplamente discutida nessa pesquisa, mas que, a partir do conceito de escrevivência utilizando para narrar personagens, como *Maria*¹², *Natalina*¹³, *Ditinha*¹⁴ e tantas outras, tende a oportunizar um impacto nos leitores, um reconhecimento de si e desse outro excluído. Além de Evaristo, há que se relatar autoras negras como Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Alzira Rufino, Elisa Lucinda, Bianca Santana, Mel Duarte que têm contribuído para a escrita de autoria negro-feminina. Assim, é inegável que a discussão dessas autoras negras é importante, pois, para o leitor, essas autoras tem impacto de se reconhecer enquanto sujeito e, “[...] ser sujeito da própria história implica pensar num

¹² Conto *Maria*, presente na obra literária *Olhos D’água*, de Conceição Evaristo, personagem em que Evaristo narra a vivência de uma mulher negra, pobre e empregada doméstica que tem sua vida ceifada pela violência física e o linchamento.

¹³ Conto *Quantos filhos Natalina teve?*, presente na obra literária *Olhos D’água*, de Conceição Evaristo, em que narra uma mulher negra que, desde a infância, tem sua vida em torno da maternidade que não escolheu viver. Além disso, na fase adulta, é uma mulher negra, que na função de empregada doméstica dos patrões brancos, tem o seu corpo usado como escrava permitida a gerar o filho da patroa.

¹⁴ *Ditinha*, personagem na obra literária *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo, em que a personagem negra, que é empregada doméstica, mãe solteira, que vive no barraco de uma favela enfrentando a invisibilidade de uma sociedade que silencia e segrega.

protagonismo social negro em face das adversidades da nova ordem na cidade em transformação” (Silva, 2022, p. 272).

Miriam Alves, em *Mulher Mat(r)iz* (2011), apresenta a narrativa de diversos tipos de violências que atravessam corpos negros na contemporaneidade (Santos, 2018, p. 40), em uma clara discussão da tentativa de representar a realidade, haja vista as violências que geralmente encontram corpos negros, como as já citadas aqui, no âmbito do físico, do sexual, do psicológico, do patrimonial, de classe e de violências em um claro racismo cotidiano. Cristiane Sobral¹⁵, por sua vez, com seus poemas, “[...] tem trazido para a discussão um assunto bastante caro à mulher negra: a autoviolência física e mental devida à filiação a padrões estéticos eurocêntricos para uma aceitação nos meios sociais” (Santos, 2018, p. 160).

Assim, em diversas obras, Sobral tem essa perspectiva de quebrar imposições sociais acerca dos padrões eurocêntricos e, diante disso, sua obra *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz* (2014) Cristiane se propõe a destruir esse ciclo por meio de uma poesia que incentiva a autovalorização e reivindica o empoderamento das mulheres crespas e cacheadas (Araújo e Mendes, 2025, p. 125). Portanto, a poética da referida autora não apenas denuncia as marcas de um sistema opressor, que atravessa o corpo e a subjetividade da mulher negra, mas também propõe caminhos de ressignificação identitária, pois, problematizar esses fenômenos sociais a partir do viés do corpo negro feminino possibilita refletir sobre o caráter violento da desigualdade racial na sociedade. (Santos, 2018, p. 181)

Nesse sentido, embora Eliana Alves Cruz seja uma autora negra, é fundamental conhecer, também, outras contribuições trazidas ela. Segundo Eurídice Figueiredo acerca de *Água de barrela* (2016):

Em *Água de barrela*, assim como em *Um defeito de cor* e *Maréia*, está subsumida uma postura de defesa da população negra e, em especial, das mulheres negras, que sofreram todo tipo de violência, inclusive sexual, ao longo da história, tiveram de ser fortes e lutar em defesa de sua prole. (Figueiredo, 2022, p. 258)

Portanto, observa-se que a literatura negra tem a perspectiva de abrir fendas nos cânones, e é nesse viés que Cuti (2010) afirma que o cânone literário predominante no Brasil é de estofado europeu, e que, para rompê-lo, é necessário “pagar o preço pela ousadia de tentar

¹⁵ Cristiane Sobral nasceu na zona oeste do Rio de Janeiro, no bairro Coqueiros, em 1974 e hoje mora em Brasília. Dentre suas obras literárias, encontram-se: *Uma boneca no lixo* (1998), *Dra. Sida* (2000), *Não vou mais lavar os pratos* (2010; 2022), *Espelhos, miradouros, dialéticas da percepção* (2011), *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz* (2014), *O tapete voador* (2016), *Terra negra* (2018), *Dona dos ventos* (2019), *Amar antes que amanheça* (2021) e *Caixa preta* (2023).

propor a mudança de hábitos de escrita cristalizados e pagar o preço pelo conteúdo não desejado pelas instâncias de poder estabelecidas na área” (p. 22).

Assim, diversas obras de autorias negras têm contribuído para esse rompimento. Em 2020, por exemplo, uma pesquisa realizada pela Revista *Veja*¹⁶, constatou que, entre os 20 livros mais vendidos no país, sete eram de autoria de pessoas negras, o que sinaliza um avanço em espaços de leitura que historicamente privilegiaram produções brancas.

É essencial, portanto, refletir como obras de autorias negras são importantes e devem ser lidas, dialogadas, discutidas em ambientes que são formadores de opiniões, como a escola, o espaço acadêmico etc., haja vista que esse processo de conhecimento e de leitura, muitas vezes, é contribuinte para um processo de descolonização que ainda precisa ocorrer na atualidade. Segundo Sousa (2023):

[...] as epistemologias decoloniais, que são resultados das razões subalternas, propõem um exercício analítico e crítico das realidades, num movimento contrário ao proposto pela matriz ocidentocêntrica que anulou todas as demais formas de produzir e validar o conhecimento [...] (Sousa, 2023, p. 257-258)

A produção de conhecimento feita pelos grupos minoritários, muitas vezes, é a porta-voz de leitores, alunos, professores e cidadãos que se veem representados nessas narrativas literárias. Regina Dalcastagnè, em *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado* (2012), afirma que, nesse campo da escrita literária, “[...] o representante, no sentido político da palavra, assume a função de porta-voz – é aquele que fala em nome de outros na esfera pública –, o escritor faz outros, suas criaturas, ganharem voz por meio de sua obra” (Dalcastagnè, 2012, p. 27).

Nessa conjuntura de porta-voz, tem-se que, “[...] para mim, pessoalmente, importante não é ser a primeira. É abrir perspectiva”. É com esse discurso potente de Conceição Evaristo, concedido a uma entrevista acerca do seu ingresso ou não na Academia Brasileira de Letras (ABL), que se ilustra como o ingresso de autoras negras em instituições literárias canônicas não é um fim em si mesmo, mas parte de um movimento coletivo para abrir caminhos e muito necessário. No sentido de abertura de caminhos e de fendas nos espaços lidos como canônicos, Ana Maria Gonçalves, que, dentre tantas obras, consagrou-se com *Um Defeito de Cor* (2006), que

¹⁶ PIRES, Denise. Dos 20 livros mais vendidos do país, sete são de autoria de pessoas negras. **Casa um**, São Paulo, 14 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.casaum.org/dos-20-livros-mais-vendidos-do-pais-sete-sao-de-autoria-de-pessoas-negras/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

[...] composto por dez capítulos e quase mil páginas de texto, *Um defeito de cor* é resultado de uma pesquisa profunda acerca da sociedade brasileira escravista do século XIX, indo, sobretudo, em direção às pessoas negras que foram forçadas a vir para o Brasil e aqui construíram novos enredos. (Miranda, 2019, p. 296)

Ana Maria Gonçalves, em 2025, foi eleita para ingressar na Academia Brasileira de Letras (ABL), sendo, então, a 1ª autora negra a compor esse espaço que, em 128 anos de história, nunca tivera uma mulher negra como escritora. A importância desse ingresso é fundamental para uma revisitação nas nossas obras literárias e a conquista de uma multiculturalidade no Brasil, assim, essa conquista é um olhar para o passado, reavaliar o presente e, especialmente, buscar um futuro de diminuição das desigualdades raciais a partir da literatura, ou seja, ao assumir o papel de sujeito da escrita, acredita poder dar voz a seus ancestrais negros, pobres e invisíveis na sociedade racista em que vivemos; esperando fazer as pazes com o passado a fim de enfrentar o presente e o futuro. (Figueiredo, 2022, p. 220)

No dia da votação, Ana Maria Gonçalves afirma, em entrevista ao *Jornal Nacional*: “[...] eu acho que eu não venho sozinha, eu venho a partir de uma tradição em que a gente louva, respeita e traz junto toda uma ancestralidade, que é uma honra e uma responsabilidade, e é uma alegria estar lá junto com todo mundo que vem junto comigo”. (Gonçalves, 2025). Portanto, esse ato de inscrição importa para que, assim como Maria Firmina dos Reis e tantas outras que vieram após, sejam lidas, relidas e discutidas em todos os ambientes, especificamente nos escolares.

A disseminação de obras negro-brasileiras e a ampliação de suas ofertas nos nichos virtuais, possibilita, ainda, que algumas escolhas acabem por reforçar suas publicizações, como é o caso da obra *Cantos à beira-mar*, de Maria Firmina dos Reis, que é leitura obrigatória no PAES 2026¹⁷ da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ou seja, autorias negras estão sendo lidas e trazidas a partir dessas iniciativas educacionais. Cabe lembrar que no PAES 2024¹⁸, por exemplo, a obra obrigatória fora *Olhos D’água*, de Conceição Evaristo, o que demonstra que tais escritas e práticas educacionais tornam explícita a importância da literatura negra, sobretudo, a negro-feminina, haja vista as possibilidades de diálogo com o cotidiano de seus leitores e seu viés de humanização.

Nesse bojo, apresentamos trechos de uma entrevista de Eliana Alves Cruz para a *Istoé*, em que ela afirma:

¹⁷ As obras literárias de leitura obrigatória para o PAES 2026 são: *Cantos à beira-mar* (Maria Firmina dos Reis), *As meninas* (Lygia Fagundes Telles) e *Entre a espada e a rosa* (Marina Colasanti).

¹⁸ As obras literárias de leitura obrigatórias no PAES 2024 foram: *Olhos D’água* (Conceição Evaristo), *Mar Morto* (Jorge Amado) e *Primeiros Cantos* (Gonçalves Dias).

[...] a gente conspira para um futuro em que a nossa história seja vista com relevância, em que a gente possa realmente influenciar as novas gerações na sua autoestima, na sua construção imagética, então, a gente conspira um futuro melhor quando a gente escreve e fabula o nosso passado, e o nosso futuro. (Cruz, 2023)

O olhar para o passado é essencial para que, no presente, possamos sustentar discussões como a proposta nesta pesquisa, utilizando um giro decolonial que permite abrir fendas históricas, conquistar espaços e ingressar em ambientes canônicos, outrora destinados à raça branca. Assim, essa perspectiva possibilita que a literatura negro-brasileira seja compreendida de forma mais completa e crítica, valorizando a experiência negra e suas contribuições para a realidade social e cultural brasileira.

Portanto, entende-se que a literatura negro-brasileira, quando analisada a partir de uma perspectiva decolonial, revela-se não apenas como registro histórico, mas como espaço crítico de resistência e afirmação cultural. Logo, este capítulo evidencia que valorizar a experiência negra na literatura é fundamental para compreender, de forma mais completa, a realidade social brasileira e ampliar a inclusão de vozes historicamente marginalizadas nos ambientes culturais e acadêmicos exatamente por essa conquista de espaço, que é um direito, que vem em ascensão nos últimos anos.

4 *SOLITÁRIA*, SOB A ÓTICA DA DECOLONIALIDADE

A partir do entrelaçamento crítico contemporâneo que considera tanto a obra quanto a autoria, e em se tratando da literatura negro-brasileira, é fundamental conhecer a trajetória literária da autora, a qual consolida sua voz literária a partir da memória social, cultural e política da população negra, haja vista que a composição de seus romances articula ficção, história e ancestralidade numa perspectiva de crítica interdisciplinar a partir de um viés oriundo da categoria *escrevivência*. Nesse contexto, o percurso autoral de Eliana Alves Cruz se inicia com o romance *Água de barrela* (2016), obra a qual fora vencedora do Prêmio Oliveira Silveira, cuja narrativa se centra no cotidiano de subalternização de mulheres negras que se encontram no lavar, passar, enxaguar e quorar das roupas das patroas e sinhás brancas, fazendo dessas funções e destino modo de sobrevivência que se perpetua por quase trezentos anos. Já em *O crime do cais do Valongo* (2018), temos um romance histórico-policia que revisita o passado escravocrata do Rio de Janeiro a partir de um olhar crítico sobre as questões que envolvem raça, poder e violência estrutural, lida, contemporaneamente, como racismo estrutural e seus amálgamas.

A escritora também amplia seu repertório estético ao transitar pela literatura infantil e juvenil com *A copa frondosa da árvore* (2019) e *O desenho do mundo* (2022), reafirmando o compromisso com uma pedagogia antirracista disponível à leitura desde a infância. *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020) é o terceiro romance histórico de Eliana, ambientado no século XVIII e que se aproxima muito da realidade representada contemporaneamente, aprofundando temas como identidade, racismo, transexualidade etc. A coletânea de contos intitulada *A vestida*, publicado em 2021, se constitui a partir de um forte teor de crítica social, trazendo referências à ancestralidade africana, além de retomar uma característica da autora – personagens negras em espaços de invisibilidade, mas comprometidos com a vida e com o *modus operandi* que desenvolveram para resistir.

Em 2025, Eliana apresenta seu mais recente romance - *Meridiana*, cuja narrativa se centra na ascensão social de uma família negra encabeçada por Aurora e Ernesto, que a partir de uma ancestralidade de três gerações negras, demonstram que é possível construir e participar de mundo em que tenham qualidade de vida e possam participar de círculos sociais antes jamais cogitados. Na tessitura de uma poética negra engajada e, historicamente, situada, a autora, em 2022, publica *Solitária*, romance que traz à baila questões sociais e racializadas a partir da vivência de personagens que vivem em contextos subalternos, invisíveis e que se veem

confinadas em situações e atividades para tão somente a manutenção do bem estar das famílias brancas, o que ratifica a perspectiva de desnudar o racismo e as sequelas de uma colonialidade que marginaliza corpos negros e os aprisiona em atividades análogas à escravidão, como o trabalho doméstico, por exemplo.

Solitária, ao ser publicada, recebeu apontamentos positivos do meio literário, ou seja, tivera uma recepção crítica positiva. Nesse cotejamento, cabe salientar o discurso de Conceição Evaristo: “Eliana narra com a maestria da linguagem de alguém que sabe lidar com as palavras” (Companhia das Letras, 2022). Itamar Vieira Junior, autor de obras célebres no viés negro-brasileiro, como *Torto Arado* (2019), acrescenta que “Em *Solitária*, Eliana desponta como uma das mais importantes vozes de nossa literatura contemporânea” (Companhia das Letras, 2022). A partir dessa confluência de perspectivas, compreende-se a importância do romance e sua recepção por outras autorias e intelectualidades negro-brasileiras.

A partir de um crivo epistemológico oriundo do pensamento decolonial, é importante relacionar o protagonismo de empregadas domésticas em *Solitária*, pois, historicamente, essas personagens foram e continuam sendo representadas a partir de uma perspectiva naturalizada e subordinada, frequentemente associada à manutenção da ordem social herdada do período escravocrata. Em contraponto a essa tradição, Alves propõe uma narrativa que tensiona e subverte tais representações, ao conferir centralidade às experiências de mulheres negras vinculadas ao trabalho doméstico, deslocando o olhar da *casa-grande* para os corpos avizinados e que são invisíveis dadas às circunstâncias e importância atrelada naquele espaço pelos donos, via de regra, brancos. Nessa acepção, se percebe que a ambientação transforma o espaço doméstico em território contestado, tanto por uma ótica crítica política quanto pela memória e as formas de resistência que se intensificam a partir da ascensão de personagens como a de Mabel.

No que concerne à divisão, Eliana divide o romance em três partes, sendo elas, “Primeira parte: Mabel”, oportunidade em que o eu-lírico é uma criança negra, filha de Eunice, a empregada, e que moram no quartinho, no apartamento dos patrões, o apartamento de luxo de D. Lúcia e Sr. Tiago. A “Segunda parte: Eunice”, se centra na empregada doméstica e em seus dilemas, cuja narração é a partir de sua própria ótica, onde seu olhar retoma as vivências passadas e atuais, sobretudo em como (re)existe naquele espaço confinador. Por fim, a “Terceira parte: Solitárias”, Eliana se utiliza de uma figura de linguagem, que é a personificação, para dar voz aos cômodos - há quatro capítulos destinados aos quartos: de empregada, de porteiro, de hospital e de descanso, cuja significação é atrelada às vidas que se confinaram neles.

Para atender às demandas de uma análise literária crítica, intentou-se, neste capítulo, construir um diálogo entre as vivências das personagens, com foco nas questões trazidas por Dona Codinha, Eunice, Mabel, Irene, Dadá, Hilda e Luzia, e a subversão de algumas dessas mulheres negras confinadas ao trabalho doméstico, o que se diversifica e, ao mesmo tempo, ressoa o racismo estrutural e a ausência de políticas públicas voltadas à ascensão de negros e negras. Por fim, é importante refletir, também, sobre os espaços, tendo como centralidade o apartamento dos patrões, o quarto de empregada, o lar de Eunice, entre outros.

4.1 Confluências entre representação e crítica às personagens

Ao analisar as personagens do romance *Solitária*, o intuito é refletir sobre a representação das mulheres negras em um contexto, muitas vezes, análogo à escravidão sob o viés da cortina da Modernidade/Colonialidade, conforme tensiona Aníbal Quijano, que se utiliza de várias formas e discursos para mascarar a engrenagem operante da Colonialidade sobre os corpos marginalizados, dentre elas, os das empregadas domésticas, foco de nossa discussão. Ademais, no intuito de ampliar tal discussão, buscamos compreender as confluências, a partir do que há de comum nas vivências representadas no romance, assim como no processo de construção das personagens.

Na tessitura de uma narrativa realista, cabe salientar que Eliana Alves, ao retratar a realidade de todos os personagens da obra, demonstra desigualdades que não se limitam ao âmbito individual, mas que são atravessadas por marcadores de raça, classe e gênero. Ao produzir um enredo que narra experiências distintas, como é o caso de Eunice e de Mabel, que vivenciam o mesmo espaço opressor, mas subvertem de maneira diferente, Alves utiliza de um recurso que contrapõe a estrutura em meio à colonialidade que regula a existência dessas mulheres.

A construção dos demais personagens, como Hilda, Dadá, Luzia, Dona Codinha, Jurandir e os filhos, também revela que esses núcleos são atravessados por marcadores sociais que tendem a evidenciar desigualdades no contexto brasileiro. A obra literária, portanto, configura um panorama coletivo em que a colonialidade do poder se manifesta nas relações cotidianas, nos espaços ocupados e nas oportunidades negadas. Ao evidenciar essas camadas estruturais, o romance tensiona a naturalização dessas desigualdades e inscreve suas personagens negras como sujeitos históricos que resistem, ainda que em diferentes graus, às engrenagens que insistem em mantê-las à margem.

Nessa acepção, Mariana Filgueiras de Souza, em “*As Quirinas: a trabalhadora doméstica como protagonista na Literatura Brasileira contemporânea*”, afirma que:

A dialética é o motor do romance. A indignação de Mabel se contrapõe ao conformismo de Eunice; a riqueza dos patrões contrasta com a austeridade da realidade das empregadas; a família branca explora as trabalhadoras negras; Mabel é educada e Camila é mimada; Mabel estuda Medicina, Eunice mal sabe ler; Sergio trata Eunice com violência, enquanto Jurandir a trata com delicadeza, entre outros exemplos. Desde o início, o romance põe de um lado de maneira muito clara o núcleo pobre e negro – Eunice, Mabel, o porteiro Jurandir e seus filhos Cacao e João Pedro – em oposição ao núcleo rico e branco – os patrões Lúcia, Tiago e a filha, Camila, além de outros moradores abastados do prédio. Eles estão o tempo todo em disputa: disputam direitos e deveres na relação trabalhista; disputam o espaço físico do condomínio; disputam o direito ao estudo; disputam dignidades básicas, e, ao final, disputam a versão de um crime. (Souza, 2024, p. 188)

A reflexão crítica apontada por Souza (2024) é ratificada como um princípio organizador da narrativa, haja vista que a autora explicita os contrastes sociais que sustentam a exploração do trabalho doméstico e a hierarquização racial dos corpos negros. Assim, o romance, ao articular esses polos em constante tensão, evidencia que tais conflitos não são episódicos, mas estruturais, atravessando a vida das personagens em diferentes momentos e gerações.

Portanto, ao estruturar a narrativa a partir de núcleos sociais em permanente tensão, a autora denuncia desigualdades históricas e expõe o funcionamento contínuo da colonialidade do poder no interior das relações interpessoais e empregatícias. *Solitária*, então, inscreve-se como uma obra que, sob a ótica decolonial, desestabiliza hierarquias naturalizadas e reconfigura o espaço doméstico como território de disputa, memória e reinscrição identitária.

4.1.1 Dona Codinha

A personagem Dona Codinha, mãe de Eunice, é uma senhora negra que também vem de uma geração de empregada doméstica, a qual vivenciara muitas situações de apagamento e de subordinação ao atuar nessa função empregatícia. Representando uma geração anterior à protagonista e sua filha, Eunice e Mabel, respectivamente, Dona Codinha tem sua vida dedicada ao trabalho doméstico e suas dores são muitas, o que a fez se sentir contrariada quando Eunice anunciou que iria trabalhar na casa de patrões ricos:

[...] preferia mil vezes capinar, plantar, fazer o duro trabalho da terra, a ir para dentro da casa de rico. Ela lamentava, e eu dizia com um tom meio ofendido que não era para tanto, que o trabalho era digno e iria garantir nosso sustento honestamente. Nunca vou esquecer o que ela me falou.

D. Codinha disse que sabia que era um serviço honesto, digno, mas mesmo assim se entristecia, porque olhava para mim e lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas-grandes. (Cruz, 2022, p. 79)

Nessa cena, é possível compreender que a trajetória de Dona Codinha revela as marcas de um passado que insiste em permanecer, ao passo que possibilita refletir sobre a constituição da personagem ao retomar a memória como elemento fundamental para o entendimento da colonialidade presentificada na narrativa. Assim, ratificando as discussões de Halbwachs (2003), que para ele, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, o que corrobora com o momento em que Eunice se insere no trabalho doméstico, fazendo com que sua mãe, imersa nessa realidade, sofra ao rememorar as mazelas que a mulher negra e periférica vive quando submetida a esse confinamento, nos moldes de como ele foi e continua sendo circunscrito.

A partir do lamento de Dona Codinha sobre a filha continuar no âmbito do trabalho doméstico, é possível observar que ela está inserida em um grupo social e racial que a faz construir e participar dessa memória, pois as “[...] lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30). Mesmo que as lembranças individuais de Dona Codinha não se reproduzam literalmente com a vivência da filha Eunice, há esse processo de rememorar as vivências na Casa Grande e sentir-se triste por visualizar o mesmo destino e situações para a filha, compreendendo que o ciclo de apagamento continua operante e exitoso, mesmo que ela soubesse que “[...] era um serviço honesto, digno, mas mesmo assim se entristecia, porque olhava para mim e lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas-grandes. Eu achava tudo um exagero enorme.” (Cruz, 2022, p. 79)

A mãe de Eunice pode ser lida a partir de um viés ancestral a partir de sua relação com as plantas, cuja relação intrínseca entre religiosidade e fé evidencia a tradição repassada de suas ancestrais até os dias atuais, especialmente acerca da importância e do uso de plantas medicinais que trazem cura ao corpo e ao espírito, herança africana essa que se intensificou quando do contato com a indígena.

Para Helena Theodoro de Oiá:

Falar da tradição do povo preto é falar do princípio dos saberes fundamentais da humanidade, já que tudo começou lá atrás, há dez mil anos no Egito, na Etiópia. Com base nesses conhecimentos da vida em diferentes territórios, o povo preto chegou à compreensão do que sejam as energias da natureza e o comportamento humano. O que temos em nossas comunidades terreiros de candomblé e de umbanda trazem para nós essa memória ancestral, esse

conhecimento que veio, vamos dizer assim, nos tumbeiros - nos navios negreiros, que tem que ser entendido não apenas por uma chegada aqui, mas pelo conhecimento que vem de lá, das culturas africanas. Temos, assim, um conhecimento muito grande em cada um de nós, oriundo do território de origem, de nossa ancestralidade africana. (Theodoro, 2024)

Conforme exposto por Helena Theodoro, os saberes do povo preto não se restringem a práticas isoladas, mas constituem um sistema epistemológico ancestral, construído historicamente a partir da relação com a natureza, com o sagrado e com a coletividade. Ao afirmar que esses conhecimentos atravessaram o Atlântico nos tumbeiros e permanecem vivos nas comunidades de terreiro, a pesquisadora reforça que a ancestralidade não é apenas memória do passado, mas prática viva de resistência cultural e espiritual.

Corroborando a referida pesquisadora, a personagem negra e idosa, Dona Codinha, respeitava e valorizava a ancestralidade de suas origens, pois, Eunice narrava que “[...] Mamãe cultivava pinhão-roxo, vence-demanda, arruda e um monte de outras plantas num canteiro que muita gente acharia inacreditável. Lá, cada coisa tinha utilidade para alguma cura” (Cruz, 2022, p. 101-102).

A partir da citação exposta, observa-se que construção de Dona Codinha dialoga com a reflexão de Theodoro, pois a personagem é uma guardiã de saberes que não se originam apenas da experiência individual, mas de uma tradição ancestral que atravessa gerações. Ao cultivar plantas medicinais e transmitir seus usos à filha e à neta, a personagem encarna essa memória coletiva afro-diaspórica que resistiu ao processo de escravização e à colonialidade do saber.

Dona Codinha reconhecia a importância de sua própria trajetória e de sua ancestralidade, o que pode ser evidenciada em uma cena com a neta Mabel, que sonhava em cursar Medicina. A avó lembra a Mabel da importância de não se esquecer dos saberes ancestrais que lhe foram transmitidos, de não se branquear e tirar os pés do chão ancestral de onde nasceu, pois trata-se de um conhecimento herdado, especialmente por meio das gerações anteriores e repassados apenas aos familiares, como uma memória que não se compartilha com todo mundo, apenas com as especiais, fazendo desse movimento um laço entre diversas gerações.

[...] — Mabel, no dia que você entrar naquela faculdade, vai esquecer que lhe ensinei a curar dor de cabeça com chá de folha de louro e casca de cebola? — questionou d. Codinha.

— E que leite de inhame cura dor de estômago? — perguntei.

— E que chá de quebra-pedra faz bem pros rins e cidreira acalma. Não tem nada que me tire essas certezas, d. Codinha — Mabel respondeu. (Cruz, 2022, p. 103)

Esse diálogo entre avó e neta revela que o ingresso de Mabel na universidade não é percebido por Dona Codinha não apenas como conquista, mas como um possível ponto de ruptura com os saberes ancestrais transmitidos no âmbito familiar. A preocupação da avó revela o temor de que a ascensão acadêmica produza um distanciamento das práticas de cura e dos ensinamentos herdados de suas antepassadas. Ao reafirmar que “nada” lhe tiraria tais certezas, Mabel sugere uma articulação entre formação científica e memória ancestral, configurando uma postura que tensiona a colonialidade do saber ao recusar o apagamento de epistemologias negras no processo de escolarização, valorizando o conhecimento ancestral repassado entre gerações.

Em “*A terra dá, a terra quer*” (2023), Nego Bispo narra exatamente a vivência dos povos tradicionais no viés da contracolônização, explicitando a moradia, os valores, os costumes, assim como o modo de viver de quilombolas da região do Piauí na preservação dos saberes ancestrais e nos modos de viver distintos dos privilegiados pela Colonialidade, o que se demonstra quando esse autor discorre sobre a Caatinga:

[...] Se vejo uma árvore que não está em bom estado, vou cuidar dela e ela vai servir tanto para mim como para os demais seres. Existe uma árvore na Caatinga chamada jacurutu. A jacurutu é uma árvore espinhosa, frondosa, que cresce muito. Ela é medicinal, mas não dá frutos para nós. [...] A Caatinga é um ambiente riquíssimo, muito vivo. Todas as plantas da Caatinga são alimentícias, medicinais e forrageiras. [...] (Santos, 2023, p. 21; 50)

As contribuições de autores decoloniais como Nego Bispo, tanto do ponto de vista das vivências quanto da discursividade, dialogam profundamente com a trajetória de Dona Codinha, sobretudo no que concerne à relação ética, simbólica e ancestral com a terra e com as plantas, pois assim como o autor quilombola compreende a natureza como um organismo vivo, relacional e dotado de saberes próprios, Dona Codinha estabelece com as plantas uma convivência que ultrapassa a dimensão utilitária, configurando-se como um legado ancestral transmitido entre gerações e que deve ser preservado para a manutenção da vida simbólica e cotidiana de seus povos.

Krenak e Bispo discutem a relação e o cultivo de ervas medicinais, não se restringindo apenas à cura do corpo, mas a preservação e saberes que resiste à lógica colonial de apagamento desses conhecimentos em prol do adoecimento isquêmico pela indústria farmacêutica, que cura uma dor e abre outras três piores. Para Krenak, a medicina tradicional indígena está profundamente ligada à natureza, ao sagrado e à sabedoria ancestral que foi transmitida de geração em geração. Ele tem enfatizado extensivamente que a medicina natural não se limita a tratar doenças, mas envolve um entendimento holístico do ser humano, onde o corpo, a mente

e o espírito estão interligados. A cura, muitas, vezes depende de restabelecer o equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente, reconhecendo a interdependência entre todos os seres vivos.

Dona Codinha se configura como uma personagem central para a compreensão das dinâmicas da memória, da ancestralidade e da resistência em *Solitária*. Nessa conjuntura, sua trajetória evidencia como o trabalho doméstico, embora marcado por violências estruturais, não foi capaz de apagar seus vínculos com os saberes ancestrais herdados de suas antepassadas, pois ao articular memória individual e coletiva, conforme propõe Halbwachs, e ao sustentar práticas de cura e ensinamentos transmitidos pela oralidade, ela reafirma a potência das epistemologias negras. Desse modo, sua presença não apenas tensiona as heranças da colonialidade, mas aponta para formas de reexistências que se constroem na continuidade e no cuidado com a ancestralidade, na relação com a terra e na transmissão de saberes como gesto político de resistência e permanência.

4.1.2 Eunice

Eunice é uma empregada doméstica, mãe de Mabel e filha de Dona Codinha, ambas mulheres e negras. Ela é a protagonista responsável por intersectar raça, gênero e classe social a partir de uma analogia à “escrava moderna”, a qual está inserida em um espaço de exploração contemporânea, bem como vivencia a continuidade de práticas coloniais que ainda violentam corpos racializados e marginalizados, como o de sua mãe, Dona Codinha.

Como dito anteriormente, há um vínculo experiencial para além da dimensão consanguínea e afetiva – o trabalho doméstico. Eunice é uma mulher negra, moradora do subúrbio, que reside há uma distância longinquamente do apartamento dos patrões, D. Lúcia e Sr. Tiago, os quais vivem em uma cobertura de luxo, no Condomínio Golden Plate, no bairro mais nobre da cidade. Assim, tanto pela distância quanto pelo fato de “[...] a Lúcia não sabe viver sem empregada [...]” (Cruz, 2022, p. 27), Eunice tinha que ‘morar’ no apartamento dos patrões, no quatinho, como sua filha Mabel, uma criança que cresceu no quatinho de empregada ao lado da mãe, tendo que se esconder, muitas vezes, para não ser vista pelos patrões.

No primeiro capítulo do romance, embora a narradora seja a menina Mabel, filha de Eunice, é possível observar a postura subserviente de sua mãe, pois ao tentar romper com a submissão aos patrões, na tentativa de fazer a mãe falar acerca do crime que ocorrera no apartamento, Eunice demonstra tal submissão.

Mabel, sob uma perspectiva crítica, observava o comportamento da mãe e como ela estava confinada naquele espaço, fazendo dos afazeres uma forma de domar suas emoções e bloquear possíveis ações:

[...] a forma paciente como se curvava para pegar as roupas. Era como se, ao estirar os lençóis, as fronhas e as toalhas nos fios longos que formavam uma espécie de teia de uma ponta a outra no nosso quintal, ela fosse também alongando as lembranças e os pensamentos. Ela sempre fazia isso de usar o trabalho doméstico para domar as emoções em ebulição. (Cruz, 2022, p. 12)

No avançar da narrativa, Eunice demonstra que é no trabalho doméstico, na rotina cansativa e exaustiva que ela minimiza suas dores e se sente importante e útil. Nesse cotejamento, retomamos Lélia González, ao enfatizar que a mulher negra, devido à falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas, se volta para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca (González, 2020).

A análise de González reforça a ideia de subordinação de Eunice aos patrões, evidenciada pelo processo de apagamento ao qual ela é submetida. Com uma filha pequena e a responsabilidade de cuidar de sua mãe doente, Eunice sentia a necessidade de se dedicar ao máximo no seu trabalho. Isso fica claro quando, logo após os patrões descobrirem que ela havia levado Mabel para o apartamento deles, ocorre sua demissão.

Mamãe entrou numa agência bancária e trocou o cheque por um maço magro de dinheiro. Continuamos caminhando devagar. Ela devia estar pensando no que ia fazer desempregada, com minha avó doente, comigo ainda pequena, com meu pai gastando o pouco que ganhava em bebida e com a violência que crescia nele quando se via sem dinheiro. (Cruz, 2022, p. 28-29)

Eunice estava, mais uma vez, confinada a uma situação que parecia não ter saída, pois além do pouco dinheiro e da rotina exaustiva, também enfrentava a violência física do pai de Mabel, Sérgio, que a agredia quando estava bêbado e, muitas vezes, utilizava do pouco dinheiro que possuíam para manter o vício. Em uma das interações entre ela e o porteiro do condomínio, Jurandir, esse observou que os óculos “[...] não protegiam apenas da luz solar, mas dos olhares que podiam julgar a mancha que permanecia arroxeadada, apesar da maquiagem para tentar disfarçar” (Cruz, 2022, p. 32).

Sobre a mulher negra recai diversas violências, entre elas, a agressão física por parte dos companheiros. O fato de Eunice, além de sofrer o racismo estrutural que a direcionou para o trabalho doméstico, a reflexão da violência física e verbal sofrida por seu parceiro Sérgio, remete-nos ao posicionamento já discutido por María Lugones acerca das sociedades pós-

colonialistas. Ao afirmar que as categorias mulher e raça não podem ser dissociadas, a autora afirma que:

Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”, “hispânica”, “asiática”, “nativo-americana”, “chicana”; as categorias invisibilizam as mulheres de cor. (Lugones, 2020, p. 12)

Observa-se, a partir do entrelaçamento entre teoria e texto literário, que o enredo que envolve Eunice demonstra uma mulher que escancara as marcas de ser e de estar negra em uma sociedade em que, ainda, se perpetua as marcas do patriarcalismo e da colonialidade, que tendem a silenciar e violentar corpos negros, sobretudo, de mulheres negras. Nesse viés, Lélia González convocou-nos, desde as décadas de 1970 e 1980, a refletir criticamente a situação, antevendo muitas questões que só agora ganham maior notoriedade:

A situação da mulher negra, hoje, não é muito diferente de seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima do alcoolismo. Mas seu espírito de quilombola não a deixa soçobrar. (González, 2020, p. 181)

Na direção do que discorre González, no romance é perceptível que Eunice não se deixa vencer por essa sociedade patriarcal e racista, o que se comprova no contexto do trabalho doméstico. Eunice, em seu primeiro dia de trabalho no apartamento dos patrões, vivencia um “teste” de honestidade, pois, ao limpar a sala, encontra uma carteira com um valor exorbitante:

[...] Assim que trancaram a porta, entrei na enorme sala de estar esvaziando os cinzeiros, recolhendo copos de água, espanando e passando pano em tudo com muito cuidado, quando vi uma carteira entre as almofadas do sofá. Era certo que estava no bolso ou na bolsa de alguém que não percebeu que caiu quando se levantou.

Abri e contei o dinheiro... Para elas podia não ser grande coisa, mas para mim era muito. Aquela quantia resolvia as infiltrações na cozinha e comprava roupas novas pra Mabel, que estava crescendo e perdendo tudo... garantia também alguns remédios da minha mãe... E alguém ali tinha aquilo tudo no bolso! (Cruz, 2022, p. 79)

O episódio narra a relação patrão-empregado e suas várias tensões, pois, os empregadores tendem a ter o pré-julgamento de que as trabalhadoras domésticas são ladras e

desonestas, por isso, colocam à prova a honestidade com esses testes. A partir dessa situação, Eunice começou a compreender exatamente o que sua mãe quis dizer ao pedir que ela fosse empregada doméstica. Em seguida, ao encontrar a patroa, Eunice informou que havia guardado a carteira,

Puxei a gaveta de um armário encostado na parede. Ela pegou a carteira, contou nota por nota e me olhou com um sorriso enigmático. As palavras de mamãe não me saíam da cabeça, e se antes havia coisas que eu achava difícil compreender, naquele primeiro dia comecei a entender tudo. (Cruz, 2022, p. 80)

Após a entrega da carteira, observa-se que estava com dinheiro e tinha sido deixada propositalmente, confirmando a ideia de um teste de honestidade. Esse episódio evidencia a humilhação que Eunice enfrentou logo no início de sua jornada trabalhista e perdurou durante todos os anos que permaneceu desenvolvendo suas atividades laborais, a exemplo de privações de espaços, como o quartinho, com um banheirinho, uma piazinha, exatamente com tudo no diminutivo, “até os santos eram pequenos!” (Cruz, 2022, p. 19) numa escolha de palavras que tensionam esse ambiente invisível e de pouco espaço vivenciado por ela.

A vida de Eunice se constitui de muitos acontecimentos, como a separação de Sérgio, que resolve ir embora de casa, além disso, sepultou a sua mãe, Dona Codinha, mesmo sob a relutância de D. Lúcia em deixar que sua empregada saísse do trabalho para cuidar de sua mãe que estava doente. Do ponto de vista de uma maternagem negra coletiva, Eunice acalentou Irene quando do episódio de afogamento de Bruninho, em que a criança-babá não tivera culpa e, inclusive, numa prática de fortalecimento de si e de seu povo, Eunice manteve contato com Irene e contribuía financeiramente com seus estudos. Em seguida, sua vida segue acontecendo e, mesmo relutante, se apaixona por Jurandir, porteiro do condomínio de luxo onde trabalhava, constituindo, assim, uma família com Jurandir e os filhos, João Pedro e Cacau, e ela com Mabel.

Quanto à filha, Mabel, Eunice sempre pedira que não importunasse, não incomodasse os patrões, no entanto, buscou oferecer oportunidade de estudo, mesmo sem saber ler nem escrever, a mãe buscava outro futuro para a sua filha. Eunice não tivera tempo de cuidar de sua filha, nem de sua casa, o que corrobora com as discussões de Angela Davis ao problematizar que:

Devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar a sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças. Enquanto

empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mãe e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas. (Davis, 2016, p. 239)

A relação de Eunice com os patrões corrobora o que afirma Davis, pois, a empregada doméstica se afastava da sua função como mãe de Mabel e também de sua casa para se dedicar ao apartamento dos patrões. Essa imersão à cobertura de luxo e aos cuidados com Camila, em que Eunice exercia a função de babá, resultou em uma falta de diálogo entre Mabel e Eunice, desencadeando em um afastamento entre elas.

Esse afastamento entre mãe e filha foi evidenciando no fato de que Eunice não percebeu que a sua filha, com catorze anos, estava se envolvendo com João Pedro, resultando em uma gravidez na adolescência. Mabel, ao engravidar na adolescência, direciona a discussão para essa temática tão recorrente na juventude de diversas mulheres e também torna possível a reflexão acerca do aborto o que, muitas vezes, clandestinamente ou caseiro, vitimiza especificamente as mulheres negras.

A gravidez na adolescência, além de configurar uma questão social complexa, articula-se diretamente com desigualdades estruturais de raça, classe e gênero no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional de Aborto (PNA 2016, 2019 e 2021), analisados por Debora Diniz *et al.* (2023), evidenciam que o aborto é uma experiência mais recorrente entre mulheres negras do que entre mulheres brancas, pois, nas três edições da pesquisa, a probabilidade de mulheres negras terem realizado ao menos um aborto é de 11,03%, enquanto entre mulheres brancas é de 7,55%, o que representa uma chance 46% maior para as negras.

Esses dados revelam que o aborto, frequentemente realizado em condições clandestinas devido à criminalização, atinge de forma desproporcional mulheres negras, que também enfrentam maiores barreiras no acesso aos serviços de saúde e maior risco de complicações e óbitos. Na narrativa literária, a experiência de Mabel expõe uma realidade estatisticamente comprovada, em que juventude, raça e vulnerabilidade social se entrecruzam.

Com o apoio de D. Lúcia, o caso da gravidez de Mabel fora resolvido com um aborto clandestino, feito silenciosamente no banheiro do quarto, com o uso de medicações ilegais compradas pela patroa. Eunice não soube à época, mas, na primeira oportunidade de felicidade extrema da família, D. Lúcia fez questão de contar, é como se eles não pudessem ter a oportunidade de serem felizes, afirmando, então: “— Eu sabia que você era muito jovem para interromper a vida daquela forma. Agora, vejam só, vai ser médica!” (Cruz, 2022, p. 109).

O momento de felicidade pela aprovação em medicina não foi apagado, resistiram ao que D. Lúcia tentou fazer. A partir daquele momento, Eunice entendeu que era o momento de sair daquela casa. A autora, a partir de uma escrita racializada e feminina, coloca as mulheres

em tensionamento e protagonismo, fazendo com que despertem para um mundo em que são assujeitadas e passem a ter voz e vez sobre seus corpos, é o que acontece com Eunice, “[...] de certa forma, fui criada-muda. Não seria mais” (Cruz, 2022, p. 117). Assim, na cena de despedida de D. Lúcia com Eunice, D. Lúcia cita a ingratidão da trabalhadora doméstica, mas Eunice resiste:

— Já vai...? — ela perguntou com voz cansada.
 — E não volto — respondi.
 — Já imaginava, depois do showzinho que a sua filha deu ontem. É sempre assim com gente como vocês. Uma hora não adianta, a ingratidão chega...
 — Como é, d. Lúcia?
 Ela então pareceu despertar. Começou a falar de todo o bem que nos tinha feito, de toda a generosidade de sua família em nos acolher, num discurso que não acabava mais.
 — D. Lúcia... não quero discutir com a senhora. Eu era sua empregada. A senhora não me fez “caridade”. Só quero minhas contas, como qualquer pessoa que decide sair do emprego. (Cruz, 2022, p. 117)

Com o avançar da narrativa, percebemos a criticidade de Eunice renascer em suas ações e falas. Entretanto, as ações e os mecanismos de silenciamento estão em constantes atualizações, valendo-se de um discurso de solidariedade e caridade no intuito de fazer o sujeito oprimido se curvar ao colonizador. Nesse contexto, a patroa se utiliza da vulnerabilidade social de Eunice para tentar coagi-la a permanecer como sua empregada. O romance desponta para tensionar essa personagem que enxerga a submissão, resiste e enfrenta o sistema, pois, mesmo com as investidas de D. Lúcia acrescidos dos pedidos de silêncio, Eunice depõe à autoridade policial e narra sobre a negligência de Camila com Gilberto, o que foi o motivo pelo falecimento da criança, pois:

D. Lúcia havia combinado sua história com todo mundo, menos com a nova Eunice. A dona da cobertura do Golden Plate não imaginava ter de lidar com aquela mulher renovada, livre do sentimento de servidão e gratidão por receber muito menos do que merecia durante anos de dedicação e trabalho incessante. Não sabia que Eunice estava finalmente seguindo o conselho de d. Codinha e cuidando da própria vida, completando os estudos e recomeçando. (Cruz, 2022, p. 160)

A família quis tanto que Eunice e sua filha fossem pessoas invisíveis que fora justamente Eunice que testemunhou, que presenciou a negligência que culminou no crime contra a criança negra Gilberto, filho de Luzia, pois, a invisibilidade que lhe foi imposta não a impediu de ver as violências estruturais que ocorreram no apartamento de luxo. No romance, cansada de abrir e fechar as portas do quatinho, do elevador de serviço, do quarto da bebê-porcelana Camilinha,

Eunice acumula o peso simbólico de uma vida confinada a limites materiais e sociais rigidamente demarcados.

O gesto final de Eunice não é apenas físico, mas político, pois, “Eunice finalmente fechou a porta da solitária, deixando-a para sempre, e abriu a minha, a porta do consultório da dra. Mabel Pereira da Silva.” (Cruz, 2022, p. 160-161) Portanto, fechar a porta da solitária significa romper com o espaço de subalternização e abrir a porta do consultório da sua filha, agora, médica, representa a travessia para um lugar novo de existência e reconhecimento, reafirmando a reinscrição de corpos negros em lugares historicamente negados.

4.1.3 *Mabel*

A filha de Eunice, protagonista do romance, Mabel, é uma criança negra que é levada, ainda criança, o apartamento dos patrões, D. Lúcia e Sr. Tiago e, à medida que vai crescendo, os patrões enxergam nela a continuidade de Eunice. Para eles, ela não era uma criança, mas uma extensão da mãe, exercendo, às vezes, a função de babá para a filha do casal, Camilinha:

Eu vivia ali e já estava, como dizia todo mundo, “grandinha”. Óbvio que sobrou para mim ajudar nos cuidados com aquela bebê, pois a casa era gigante e a supereficiente d. Eunice deixava os patrões acharem que não precisavam de mais ninguém. Se pensarmos direitinho, eles estavam certos. Para que gastar com mais empregadas se tinham uma que valia por duas e vinha com uma ajudante grátis? (Cruz, 2022, p. 44)

A situação de subserviência de Eunice e, automaticamente, da filha, Mabel, reiterava aos patrões o poder que detinham sobre aqueles corpos negros. Entretanto, não contavam com a insubmissão de Mabel que, distintamente da mãe, não naturalizava aquelas situações, tampouco se conformava, pois ela crescia e vivenciava muitos episódios racistas no ambiente confinador dos patrões. Destarte, ainda no ambiente confinador de mãe e filha, Mabel iniciou uma relação amorosa com João Pedro, filho do Jurandir, e, então, engravidou. O estar grávida fez florescer nela uma reflexão sobre todas as esferas da vida e pontuar no que ela não desejaria viver, a exemplo do que a mãe enfrentava e suportava para dar um sustento para ela:

Eu não queria limpar uma casa que não fosse a minha. Não queria ter de levar uma criança para o trabalho na casa de ninguém. Essa era a minha história, e eu não desejava repeti-la com meus filhos. Aliás, eu não queria filhos! Não queria outra d. Lúcia como patroa nem outra Camilinha para trocar fraldas, dar comida, amor e tempo, e um dia vê-la sujar coisas de propósito, com o consentimento dos pais, só para me ver limpar. Não queria ficar uma semana inteira longe do meu próprio lar para deixar a casa dos outros mais aconchegante e confortável. (Cruz, 2022, p. 56)

A gravidez na adolescência de uma mulher negra é mais comum do que se possa imaginar, não pela falta de cuidado, mas por uma conjuntura que corrobora para tal questão. No Brasil, cabe salientar, conforme o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), de 2015 a 2023, a gravidez entre crianças e adolescentes negras de 10 a 14 anos é quatro vezes mais frequente que entre brancas. Diante desses dados, existe um agravante, enquanto a gravidez na adolescência diminuiu no Brasil, considerando o período de 2018 a 2020, houve uma redução em 10% para crianças e adolescentes brancas enquanto para negras foi apenas de 3,55%, dados esses que demonstram o abismo e a vulnerabilidade na qual se veem inscritas as mulheres negras desde o começo da vida à velhice.

Nessa acepção, retomando à narrativa, Mabel tem uma consciência crítica e não quer perpetuar os amálgamas do trabalho doméstico, pois já compreendia que jamais queria para si a relação submissa que a mãe enfrentava diariamente. Assim, é perceptível uma mudança significativa de compreensão e uma chave de leitura a partir de Mabel, pois se apresenta uma reflexão que surge de uma nova geração de negros e negras que vem para romper com a máquina colonial moderna, propondo novas formas de viver e estar no mundo que não na condição de subalternos ou inferiorizados, embora o trabalho doméstico, no Brasil, seja, juridicamente, assegurado como um trabalho de direitos, deveres e garantias.

Sob os olhos dos donos da Casa Grande, em analogia ao centro do poder patriarcal e à figura do senhor de engenho, na narrativa corporificada em D. Lúcia, essa observou o corpo de Mabel diferente, constatando que ela estava grávida. Logo resolveu comprar os remédios para que Mabel pudesse abortar e, assim, fizera. Após o acontecido, Mabel contou para João Pedro que, diante de uma dor não somente pelo aborto, mas por ter entendido, de uma maneira muito dolorosa, que D. Lúcia não fizera porquê gostava de Mabel, pois,

— A gente não tinha a menor condição, Mabel... nem de grana, nem de cabeça. Você tem catorze anos e eu, dezesseis. Somos pobres demais... Nisso ela tava certa, mas... Olha, esses barões aqui não querem nunca perder duas empregadas pelo preço de uma! Ela não fez isso por você.

As mãos dele se crisparam, a voz embargou, o rosto enrugou. João envelheceu ali, na minha frente, em segundos, aos dezesseis anos. Chorou copiosamente como eu nunca tinha visto antes. Ele, sempre tão respondão, tão arrogante, chorava de soluçar, e eu não sabia o que fazer. Meu coração se dilacerou ainda mais. Por fim, quando consegui se controlar, beijou meus lábios com suavidade, pegou minhas mãos e me olhou fundo, de um jeito terno.

— Então, gatinha, olho vivo pra não ficar presa nesse alívio e nessa gratidão. Nossos pais, por outros motivos, já estão. (Cruz, 2022, p. 68-69)

João Pedro, ouvindo Mabel narrar o acontecido, se entristece, chora e chama a atenção dela para que não se confine àquele ambiente por gratidão ao que a patroa fez. Assim, se percebe que esses personagens de uma nova geração têm um letramento racial e questionam as ações dos brancos em situação de poder como formas de mantê-los reféns a situações e episódios que, segundo suas próprias lógicas, nenhuma outra pessoa seria tão caridosa e boa a ponto de fazer o mesmo por eles.

Eunice, ao descobrir sobre o aborto, tenta internalizar em Mabel que sua atitude fora criminosa, no entanto, a filha responde:

— A Dadá tinha dez anos quando foi para a casa da d. Imaculada. Quantos anos eu tinha quando entrei pela primeira vez na casa da d. Lúcia? A senhora vai receber seu pagamento segunda-feira. Vai receber o meu também? Crime é não ter saída, mãe... (Cruz, 2022, p. 123)

A fala consciente de Mabel denuncia que o condomínio de luxo era um espaço permissivo para invisibilizar corpos à margem, sobretudo, corpos de mulheres negras, ao citar que Dadá, ainda criança, fora levada e escravizada por d. Imaculada e, a partir de uma analogia, trouxe uma reflexão sobre a sua própria vida. Mabel questiona acerca de uma necessidade de pagamento para ela também, haja vista que desenvolveu diversas atividades laborais no apartamento dos patrões de sua mãe, o que confirma o discurso reproduzido pela sociedade patriarcal de que mulheres negras, sobretudo os seus filhos, devem ser a continuidade dessa mão de obra barata como serviçais, o que se confirma a partir de Beatriz Nascimento (2021, p. 58) ao afirmar que: “A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos [...]”.

Diante do diálogo de Eunice e Mabel, que apresentou fatos ocorridos no condomínio e apartamento de luxo, a mãe, então, refletiu, pois,

Agora eu é que estava contra a parede. Era verdade. Não enxerguei sua pouca idade, seu isolamento, suas dúvidas e seus desejos. Sei lá... Jurandir tinha me dito para colocar na frente de qualquer coisa o amor que sentia por ela. Tem horas que é muito difícil fazer isso, mesmo quando são nossos filhos, filhas, pais... não importa. É muito difícil derrubar tudo em que fomos ensinadas a acreditar. (Cruz, 2022, p. 123-124)

Essa situação da gravidez e do aborto de Mabel despertou em Eunice o sentimento de culpa diante de uma mãe ausente em detrimento da sobrecarga de trabalho doméstico dedicado aos patrões. Portanto, mesmo com relutância, Eunice compreendeu e não julgou a escolha de

Mabel, pois, ao pressionar feridas de suas ancestrais, ela compreendia que a filha buscava romper as amarras de uma senzala moderna que se comparava com o quartinho de empregada onde se via confinada com a filha.

Diante dos acontecimentos, Mabel reflete o espaço doméstico como um local de resistência e luta pela libertação, sempre buscando, em todas as oportunidades, o estudo para que possa, enfim, ascender e contribuir com a libertação de sua mãe daquele espaço. No avançar da vida de Mabel, observamos que ela mantém viva e sempre retoma a memória de suas ancestrais e faz com que a sua mãe também faça isso. Nesse viés, segundo bell hooks, em *Olhares negros: raça e representação* (2019):

A memória sustenta um espírito de resistência. Muitas pessoas negras e indígenas vivem num estado de esquecimento, adotando uma mente colonizada para que possam ser melhor assimilados no mundo branco. Em tal estado, cultivar a solidariedade uns com os outros já não é valorizado. (hooks, 2019, p. 281)

A partir do que discute hooks, denota-se que Mabel se utiliza dessa especificidade, da memória como resistência, em diversos momentos, tanto que ela ensina a sua mãe a ler e, em uma cena, Eunice lê um trecho da obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, o que a faz chorar: “... 2 de novembro. A coisa que eu tenho pavor é de entrar no quartinho onde durmo, porque é muito apertado. Para varrer o quarto preciso desarmar a cama...”. (Cruz, 2022, p. 142). Além de Carolina, Mabel faz leituras de Conceição Evaristo, lendo, também, *Cartas a uma negra*, de Françoise Ega, que se impulsionou na escrita a partir da leitura de Carolina, do outro lado do Atlântico: “[...] abriu o livro mais recente em que estava mergulhada, *Cartas a uma negra*, e leu em voz alta: “O problema da faxina é o cheiro da vida dos outros”.” (Cruz, 2022, p. 161)

A presença das leituras de autoras negras no romance evidencia um processo de intertextualidade literária que articula memória, experiência e representação dentro do espaço narrativo. A inserção dessas obras não se limita a uma referência literária, mas configura-se como um gesto político de reinscrição de vivências negras historicamente subalternizadas, especialmente no que diz respeito ao trabalho doméstico, à precariedade espacial e às formas cotidianas de dor e resistência. Ao se reconhecer nas narrativas que tematizam tais experiências, Eunice estabelece um processo de identificação simbólica, uma vez que a leitura literária passa a funcionar como um espelho de sua própria condição social e existencial.

Mabel sempre buscou manter sua ancestralidade viva, além de proporcionar a mãe o conhecimento acerca da racialidade e de uma vida subalterna, com o fito de incentivá-la a

romper com essa mordaca do silêncio, da subserviência e do apagamento dentro do ambiente confinador que é o espaço doméstico. Durante sua vida, Mabel sempre manteve o foco nos estudos, com a ajuda de Cacau, que, futuramente, tornou-se seu companheiro; os dois sempre priorizaram os estudos silenciosos para não incomodar os patrões nem a filha deles, tornando-os invisíveis, mas cravando um futuro que seria responsável por tirá-los daquela condição.

Na contramão do que os patrões de Eunice pensavam e queriam, Mabel nutria o sonho de cursar Medicina, curso historicamente ocupado por homens e brancos, como se essa profissão não tivesse espaço para pessoas negras, assim, Sr. Tiago reproduziu esse discurso colonizador com a sua atitude de rir do sonho de Mabel, o que é interpretado como um pensamento e atitude racista e reforça estereótipos de que “negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro” etc. (González, 2020, p. 41), ou mesmo o pensamento de que Mabel seria uma nova Eunice, mantendo a perpetuação de sua família ao trabalho doméstico.

Um dia antes do vestibular de Mabel e Cacau, a filha dos patrões organizou uma festa no apartamento, esse gesto escancara que os objetivos dos jovens filhos dos empregados não eram importantes para eles, nem para os patrões nem para Camilinha, pois “[...] mesmo que quisessem, d. Lúcia e seu Tiago não tinham o menor controle sobre ela — e, bom, eles nem queriam. Eles não queriam que existisse paz para que Mabel fizesse uma boa prova. Hoje consigo ver. A bagunça era de propósito.” (Cruz, 2022, p. 106). No entanto, mesmo com todos os esforços para que o contrário acontecesse, Mabel consegue ingressar na universidade e no curso dos seus sonhos, Medicina. Essa aprovação apresenta outras possibilidades para negros, rompendo com a cultura racista de que negros só podem ocupar lugar marginais e inferiorizados, jamais lugares de prestígio social.

Sobre essa dimensão, segundo Cuti (2010):

A população negra no Brasil é pouco representada fora dos quadros da pobreza, pois seu processo de ascensão social é invisibilizado pela ideologia racista. Se este for constatado, ficam abalados os preconceitos que fazem crer em inferioridade racial. Assim, a busca de verossimilhança pode, enveredando pelo preconceito racial, focar tão somente negros entre os pobres e só entre eles conceber a possibilidade de representação literária, como se a mobilidade social não existisse ou significasse o desaparecimento do negro enquanto tal. Daí o leque socioestamental para a literatura negro-brasileira ser amplo e não reducionista. Negros há em todas as camadas sociais e assim devem ser representados. (Cuti, 2010, p. 38)

Na acepção do que discute Cuti, Eliana Cruz, ao narrar a vida de Mabel como uma criança negra que ascende por meio da profissão dos sonhos, corrobora com a discussão desse

autor ao trazer a perspectiva de que personagens negros devem estar representados em todas as camadas sociais, contrariando os estereótipos de que Mabel, por ser negra, deveria morrer, em virtude da Necropolítica, ou se vincular ao trabalho doméstico. Entretanto, a autora apresenta uma personagem que rompe barreiras raciais, sociais e misóginas, tensionando a ocupação de espaços e o lugar onde negros e negros podem e devem ocupar, se quiserem.

No avançar da narrativa, mesmo com Mabel na faculdade de Medicina, as disparidades socioeconômicas escancaravam, pois, segundo González (2020, p. 31): “[...] no grupo branco, a relação entre educação e renda é praticamente linear, enquanto no grupo negro o incremento educacional não é acompanhado por um aumento proporcional de renda.” Dessa forma, Mabel e Eunice enfrentavam dificuldades financeiras, pois, o curso exigia muita dedicação e investimentos em livros. Mabel, como qualquer pessoal de situação precária, precisou buscar um emprego e reiterou que se tratava de um emprego com as garantias trabalhistas, diferentemente do que vivera sua mãe, pois, ao explicar para a mãe, fez questão de pontuar:

— O que foi? Minha bronca é com aquele tipo de trabalho doméstico lá do Golden Plate, mãe. Procurei uma agência e é um trabalho com hora, com função certinha. Sem essa de “família” dentro da família, de acúmulo de função. Tra-ba-lho como outro qualquer. E é temporário também, d. Eunice. Só pra juntar mais grana. Tenho que pagar cursos, material, livros... tudo uma fortuna. Sem isso não passo nas próximas provas! Tenho um objetivo e a senhora sabe qual é. (Cruz, 2022, p. 124)

Ingressar na faculdade não é garantia de concluir o curso, esse pensamento ficou muito nítido para Mabel. Contudo, se percebe que a interseccionalidade de classe e raça estavam presentes e operantes, pois ser negra em uma sala de maioria branca, ter dificuldades financeiras, dividir seu tempo em estudar e trabalhar, era uma realidade contrária a maioria dos colegas de turma, que se dedicavam apenas aos estudos. Mabel tornou-se médica para orgulhar uma mãe que “[...] mal sabia ler e escrever.” (Cruz, 2022, p. 77).

No decorrer do curso de Medicina, ocorre o crime no apartamento dos patrões em que Camila negligenciou Gilberto, filho de Luzia, e, então, a criança caiu do 10º andar e faleceu. Na ocasião, Mabel não aceita nem se submete mais aos ex-patrões de sua mãe, pois, da portaria do condomínio, rompe e afronta D. Lúcia:

— Quando vai ser hora de dizer o que essa mulher precisa ouvir, Jurandir?
 — Por favor, filha...
 — “Por favor” digo eu, mamãe! Uma mãe acaba de perder seu filho por conta da negligência e da arrogância dessa família, mas sou eu quem tem de ser razoável? (Cruz, 2022, p. 149)

Mabel, a partir de um letramento racial e de uma crítica às situações que conhecia de perto, entende que alguém precisa explicar as ações e práticas negligentes de D. Lúcia, pois, por causa de Camila, que crescera um espelho de seus pais, agora, Luzia chorava a dor de perder um filho. Após o confronto, Mabel segue incentivando a mãe a depor a fim de que rompa com o silêncio que a fez submissa por tantos anos: “— O que faço com essa gente toda? A senhora precisa denunciar, precisa falar... A senhora não é escra... — Ela me encarou com fúria. Na distância em que estávamos senti seu olhar como um tapa na cara.” (Cruz, 2022, p. 12).

Mabel entendia perfeitamente o cenário que se aproximava, o silêncio de Eunice era a chave permissiva aos ex-patrões para que continuassem aprisionando corpos negros em sua gaiola dourada do Golden Plate. Após a insistência da filha, Eunice tivera coragem de denunciar e de contribuir para que D. Lúcia, Sr. Tiago e Camila pudessem ser responsabilizados pelo crime de Gilberto e também pelos processos trabalhistas que tantas vezes foram renegados.

A construção de uma consciência crítica sobre si e seu entorno, contribuiu para que Eunice rompesse com as amarras de uma vida de “gratidão” aos ex-patrões. Mabel, após formada, está em seu consultório e inicia a produção de um chá de cidreira, relembrando de sua avó, Dona Codinha:

“Quando você entrar na faculdade, vai lembrar que lhe ensinei que cidreira acalma?” “Não tem nada que me tire essas certezas, d. Codinha.” O odor do chá tomou conta do ambiente. O quarto de descanso é todo aquele que tem o cheiro da nossa própria vida. (Cruz, 2022, p. 161)

Nesse gesto de lembrar de sua avó, de fazer um chá de cidreira conforme ela havia ensinado, é a recordação do que Dona Codinha sempre pedira, que Eunice cuidasse de sua própria vida e que, ao incentivar Mabel a ingressar no curso de Medicina, jamais esquecesse sua ancestralidade, cuja memória é atravessada de geração em geração.

Em *Solitária*, Mabel se configura como a personagem que materializa a ruptura geracional com a lógica colonial que, historicamente, aprisionou mulheres negras de sua família ao trabalho doméstico e à servidão afetiva. Ao contrário de Eunice, personagem que não tivera escolhas, Mabel parte de uma consciência racial, social e política que a impede de naturalizar a subalternização vivenciada por sua mãe.

A recusa em repetir a história do trabalho doméstico, uma crítica à lógica da gratidão imposta pelos patrões, bem como na insistência na educação como projeto de libertação, revelam uma personagem que compreende o racismo estrutural não apenas como opressão individual, mas como um sistema que organiza espaços, afetos e destinos. Mabel tensiona uma subjetividade negra insurgente, rompendo com o ciclo da exploração ao reivindicar para si e

para sua mãe o direito à escolha, à palavra e à ocupação de espaços historicamente negados. Ela compreende, desde muito cedo, que a emancipação não se dá pelo apagamento da ancestralidade, mas, ao contrário, pela reinscrição da memória como força de resistência. Ao ensinar Eunice a ler a partir de autoras negras, resgata saberes ancestrais, e possibilita a reconstrução de um vínculo entre passado e presente, que se opõe à lógica colonial do esquecimento.

Portanto, o deslocamento simbólico do quartinho de empregada para o consultório médico não representa apenas a ascensão social, mas a reconfiguração do espaço doméstico como lugar de consciência, luta e transformação. Mabel encerra o romance como a personagem que articula memória, educação e denúncia, demonstrando que romper com os espaços confinadores do trabalho doméstico implica, também, romper com o silêncio, com a gratidão compulsória e com a naturalização da desigualdade racial.

4.1.4 Irene

Durante a infância, aos onze anos, Irene, uma criança negra de família humilde, saíra do interior do estado para trabalhar como babá na capital. Assim, para situar a discussão, é importante compreender que, historicamente, a infância só foi entendida como tal a partir do século XVIII, no âmbito da modernidade, quando se voltou aos ‘pequenos adultos’ para atrelar-lhes educação e um tratamento adequado à faixa etária, pois anterior a esse giro, elas eram tidas como mini-adultos, devendo, inclusive, trabalhar.

No Brasil, o processo de formação do Estado foi marcado pela construção de marcos legais que, desde a primeira Constituição, já reservava um lugar específico para crianças e adolescentes na estrutura social e jurídica do país. Entretanto, cabe mencionar que foi apenas em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, doravante ECA, que se garantiu proteção ampla e políticas mais assertivas para crianças e adolescentes. A exemplo desse avanço legislativo, tem-se o art. 3º, do referido Estatuto (Lei n. 8.069/1990), o qual preceitua:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição

peçoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990)

À luz do art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, observa-se a consolidação do princípio da proteção integral, ao assegurar que crianças e adolescentes gozem de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, em condições de liberdade, dignidade e pleno desenvolvimento. Tal dispositivo legal representa uma ruptura com concepções anteriores de caráter assistencialista, ao reconhecer a infância e a adolescência como sujeitos de direitos, independentemente de sua condição social, econômica ou familiar.

Ao explicitar a não discriminação quanto à origem, raça, condição econômica e local de moradia, o Estatuto evidencia a preocupação em contemplar as múltiplas vulnerabilidades que atravessam a realidade de crianças em contextos de desigualdade estrutural, a exemplo da personagem Irene, criança negra que ingressa no espaço doméstico como babá. Nesse sentido, embora o marco normativo estabeleça garantias amplas e mecanismos de proteção, a efetivação desses direitos ainda encontra limites nas dinâmicas sociais marcadas pela pobreza, pela desigualdade e pela naturalização de práticas como o trabalho infantil, o que tensiona a distância entre o amparo legal e a realidade vivenciada por muitas crianças brasileiras.

No que diz respeito à personagem Irene e ao trabalho infantil, temática presentificada no romance analisado, a menina representa uma realidade mais comum do que se imagina, embora se tenha avançado na proteção e no combate ao trabalho infantil. Irene buscou ascensão social por meio do trabalho doméstico, acreditou que caminhando rumo à capital poderia oportunizar a ela novas chances sociais diante de um contexto familiar de pobreza. Essa escolha de Irene não surge de maneira voluntária, mas a partir de uma luta pela sobrevivência que, significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento. Assim, um dos caminhos que restavam para a criança Irene fora exatamente o “[...] trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia” (González, 2020, p. 41).

Nessa perspectiva, Irene surge na trama como babá do Bruninho, criança branca filha de D. Helena, irmã de D. Lúcia. Um dos episódios centrais da vivência de Irene como babá está no episódio em que ela, aos treze anos, já trabalhando há 2 anos como babá daquela criança, em um dia de festa na casa de D. Lúcia, precisou se ausentar, silenciosamente, para ir ao banheiro de serviço. Ao se afastar, aconteceu a tragédia do afogamento de Bruninho e a reação dos pais da criança fora responsabilizar Irene pelo ocorrido, culpa que ela carregou durante toda sua vida.

Após o afogamento, Irene, que estava se sentindo culpada, fora confortada por Eunice, que reiterou que ela não tivera culpa alguma e fez tentativas que Irene acreditasse nisso para, então, se acalmar e minimizar o choro compulsivo daquela criança. Nessa cena, Mabel, também criança, testemunhou e narrou afirmando que

Hoje penso por quantos séculos uma mulher mais velha como minha mãe teve que consolar outra mais nova por prantos parecidos e naquele mesmo espaço, a cozinha, dizendo aquelas mesmas palavras.

— Você não teve culpa. Calma, minha criança. Calma, minha menina...

Ela sabia que as crianças como eu — como ela foi e, antes dela, a sua mãe, e a mãe de sua mãe até a minha décima avó — não entendiam muito bem o que era isso de ser criança. A gente sempre foi miniatura de adulto. Irene era mais uma na lista. (Cruz, 2002, p. 26)

Irene, uma criança que cuidava de outra criança, foi responsabilizada pelo que não detinha controle. O sentimento de culpa, de dor e de tristeza diante do que acontecera com Bruninho, apesar de a Eunice afirmar que ela não tivera culpa, corroboraram com a assertiva de inutilidade que os brancos atrelam aos negros para diminuí-los e assassiná-los simbolicamente no plano da subjetividade. Após o episódio do afogamento, D. Helena agride Irene, cena testemunhada e narrada por Mabel:

As únicas coisas de que me lembro nitidamente são a imagem de d. Helena diante da mocinha de branco e o tapa ruidoso que deu no rosto dela antes de bater em retirada com os paramédicos e a festa inteira. Aquilo foi mais alto que o grito agudo da menina. (Cruz, 2022, p. 23)

A criança negra tivera sua vida inteira marcada por um episódio que ela não tivera culpa, mas carregou toda a dor e, além disso, fora “[...] “devolvida” por d. Helena à cidade natal no interior, ganhou uma surra do pai e teve de trabalhar na roça com a família.” (Cruz, 2022, p. 156). A partir da vivência de Irene na Casa Grande, se desnuda marcas de um racismo que ainda impõe às crianças negras a necessidade de contribuir com a renda da família, o que tende a direcioná-las para o trabalho infantil, e no caso das meninas, para o trabalho doméstico, como discute González (2020, p. 146) “[...] nossas crianças aderem à força de trabalho muito cedo, devido às condições de pobreza e miséria em que a grande maioria da população negra vive”.

Assim, diferentemente das crianças brancas de *Solitária*, a exemplo de Camilinha e Bruninho, Irene não pudera viver uma infância. Para ela, existia tão apenas o apagamento de sua infância, logo, era vista como uma não-criança, entendida como uma miniadulta no ambiente de trabalho, assumindo responsabilidades, residindo no apartamento dos patrões, com a promessa de um futuro melhor, na contramão do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8064/1990) a qual assegura que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990)

Observa-se que a trama da personagem Irene é, também, uma denúncia à sociedade que ainda silencia e apaga corpos de crianças negras, pois, embora haja a positividade legislativa que assegura uma infância saudável e protegida, independentemente de categorias, como raça, ainda há relatos de crianças negras que não vivem sua infância com dignidade, haja vista que as marcas da colonialidade tendem a impor nessas crianças o trabalho doméstico não como uma escolha individual, mas como um destino imposto.

A não-infância de crianças negras tem sido retratada na literatura negro-brasileira, a citar obras literárias, como *Olhos D'água* (2014), de Conceição Evaristo, a qual denuncia a vivência dessas crianças, por exemplo, a personagem criança do conto inicial, que sente saudade da mãe, além da narrativa de Zaíta, criança negra que morre em uma comunidade por causa de uma bala perdida. Há, também, outras crianças que compõem narrativas, como os filhos de Maria, que vivem não infâncias, já órfãos de mãe e diante de uma miséria que não lhe permite experimentar a etapa infantil. Natalina ainda criança engravida e sofre diversos contextos de apagamento social. Portanto, a Literatura Negra tem trazido discussões sociais e raciais da categoria infância, o que também é retratado na obra *Solitária*, pois, a autora propõe refletir essa criança que exerce função empregatícia de babá e que não detém direitos, mas é explorada e responsabilizada por algo que não tivera culpa.

Na tensão criada por Eliana, a personagem Irene rompe os estereótipos impostos pela sociedade a aquela criança e, em alguns momentos, por seus familiares, o que se evidencia uma ascensão estudantil e profissional, pois ela

[...] Conseguiu então se matricular numa escola comunitária, onde se preparou a duras penas para o Enem. Ninguém em sua família acreditou que ela chegaria lá. Na verdade, nem ela mesma. Sua história é a de muita gente. Conseguiu a vaga para estudar na capital, morou numa república e cursou a universidade com a ajuda da única pessoa que lhe dera alento no triste episódio do afogamento: Eunice. (Cruz, 2022, p. 156)

Na narrativa, nota-se que Irene ascendeu socialmente a duras penas, contrariando, inclusive, as imposições familiares e sociais, então, torna-se enfermeira. Embora tenha ascendido socialmente por meio estudantil e profissional, Irene ainda enfrentou episódio de racismo no seu ambiente de trabalho, pois, em mais um dia de plantão no hospital em que trabalhava, aconteceu um fato criminoso que ratifica o preconceito racial que ainda desumaniza pessoas:

Por vezes nem mesmo eu, tão habituado à dor e à morte, consigo me acostumar com as coisas que atestam a falência da humanidade. A alguns leitos de distância, um paciente se recusava a receber a medicação das mãos de uma enfermeira negra. A mulher saiu de perto com passos firmes e cabeça baixa. Um pequeno tumulto se formou até que acalmassem o homem e outra profissional substituísse a enfermeira rejeitada por alguém que precisava mais dela do que o contrário. (Cruz, 2022, p. 154)

Irene ascende profissionalmente, no entanto, os corpos negros continuam submetidos à deslegitimação epistemológica. Ainda que Irene ocupe um espaço institucional de saber e cuidado, seu conhecimento não é reconhecido como legítimo, uma vez que a lógica colonial insiste em hierarquizar quem pode ou não ter autoridade intelectual e científica, e mesmo o outro estando em situação de vulnerabilidade, o recorte racial, através do racismo, fala mais alto.

Nesse percurso narrativo, nota-se que o paciente reproduz estereótipos marcados pela sociedade eurocêntrica, de que os saberes advêm das estruturas dominantes, ou seja, demonstrando a colonialidade do saber e poder (Maldonado-Torres, 2007), no intuito de silenciar e decidir quem deve estar em determinados lugares de visibilidade e, conseqüentemente, ascensão, logo, o saber de Irene, uma enfermeira negra, não fora validado pelo paciente, pois ele se opôs à medicação administrada por ela exatamente pela sua identidade racial, o que ratifica as discussões do racismo estrutural.

Assim, a trajetória de Irene, desde a infância marcada pelo trabalho doméstico até sua formação como enfermeira, revelando as múltiplas camadas de violência impostas às mulheres negras ao longo da vida. Ainda criança, seu corpo é atravessado pela responsabilização precoce, pela culpa e, mais uma vez, pela punição, mesmo diante de um evento do qual não foi culpada. Na vida adulta, embora tenha rompido parcialmente com o destino social que lhe fora imposto, Irene segue enfrentando o racismo estrutural que insiste em deslegitimar seus saberes e sua humanidade, na tentativa de invalidá-la.

Na fase adulta, Irene reencontra Bruninho no hospital. Na ocasião, ocorre uma espécie de “perdão”, embora Irene nunca tivera culpa alguma, é como se ela somente fosse se sentir

liberta após o perdão de Bruninho, o que se deu após a internação dele devido à Covid-19, conforme se observa no fragmento:

Cento e sessenta dias de internação, muitos deles no limiar da morte. Foram tempos bastante difíceis, com as mais diversas complicações, das quais pensei que ele jamais sairia vivo. Bruno, mais uma vez, tinha voltado à superfície. E naquele momento não só deixava o hospital, como também devolvia a Irene a capacidade de voltar a respirar.
— De você só ouvi a história do dia do acidente na piscina... Vou viver bem, Irene. Nós vamos. (Cruz, 2022, p. 156)

Portanto, a partir do diálogo das personagens, observamos que Irene necessitava desse encontro para, então, seguir sua caminhada liberta de uma culpa que ela carregava há muitos anos. Assim, compreende-se que a narrativa de Irene amplia a crítica social proposta por Eliana Cruz ao denunciar que o racismo não se encerra com a conquista de espaços institucionais, mas se reinventa em práticas cotidianas de exclusão e silenciamento. Nesse escopo, o envolvimento de Irene contribui para a compreensão da obra como um romance que expõe as permanências da colonialidade nas relações sociais brasileiras, apesar de uma certa ascensão, questão corroborada por Cuti (2010, p.7), ao citar que “a literatura é um fazer humano”.

4.1.5 *Dadá*

Dadá surge na narrativa como a empregada doméstica da síndica do condomínio de luxo Golden Plate, Dona Imaculada. Dadá é a personagem que materializa a dimensão mais brutal do trabalho doméstico racializado, pois, quando criança, especificamente aos dez anos, foi trazida para a casa da patroa e, desde então, foi confinada e interdita no apartamento da síndica, não tendo direitos, tampouco visibilidade, ocupando o lugar de não-humanidade, onde se perpetua a lógica colonial do período escravista sob uma roupagem moderna.

A narrativa evidencia que a condição de Dadá ultrapassa a exploração laboral, configurando-se como uma forma de aprisionamento social e afetivo. Sua presença no condomínio Golden Plate é invisibilizada, denunciando uma ordem racial que naturaliza a servidão doméstica. Assim, ela cresce confinada a um espaço que reproduz a lógica colonial da Casa-Grande, sendo apenas um corpo negro obrigado a servir os brancos, questão discutida e ampliada por González (2020) quando afirma que a empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da inferioridade, da subordinação., a exemplo da trajetória de Dadá a qual revela não apenas a exploração material de sua força de

trabalho, mas também a incorporação subjetiva de uma posição social subalternizada no interior do espaço doméstico.

Na direção de ampliar a discussão de Dadá como uma representação de uma não-criança, o romance aborda que esse apagamento pode ter resultado em traumas, tornando-a em uma eterna criança. A narrativa literária apresenta Dadá com uma personalidade ainda infantil, com gestos de criança, além de portar objetivos que remontam à etapa da infância, como bonecas de retalhos. Essa representação de uma mulher negra, empregada doméstica, com vieses voltados ao período escravista, mas, que ainda brinca com bonecas de retalhos, direciona a discussão para uma possível deficiência a partir desses traumas. Além disso, reflete-se, também, a possibilidade de Dadá manter-se na infância como um refúgio aos episódios do racismo cotidiano que enfrenta na casa de dona Imaculada.

A narrativa de Dadá, sempre portando uma boneca em seus braços, é descrita da seguinte forma:

De repente, a porta se abriu e uma pessoa inusitada apareceu. Dadá, a empregada da síndica, segurava uma bonequinha feita de retalhos que ela mesma costurava e me sorriu seu sorriso inocente de criança velha. Com uma expressão desolada, penalizada, ela me estendeu a mão e a bonequinha, como quem dá um presente muito caro. Saímos do elevador e nos sentamos num dos degraus da escada do andar. Dadá não disse nada. Ela pôs minha cabeça em seu colo e acariciou meu cabelo como se eu fosse a criança que ela mesma era, mas que eu não poderia mais ser. (Cruz, 2022, p. 66-67)

Dadá se mantinha silenciosa, cheia de mistérios e pouco falava, nessa cena é possível confirmar o carinho que ela sentia pela criança Mabel. Nessa relação, é possível observar um afeto silencioso que ultrapassa o cuidado cotidiano, assumindo contornos de identificação simbólica entre as personagens naquele espaço de hierarquia social e racial. O olhar de Dadá sobre Mabel sugere uma projeção intergeracional de ruptura, como se ela idealizasse em Mabel uma oportunidade de romper com aquela lógica de subalternidade imposta pelo trabalho doméstico.

Os filhos de Jurandir, Cacau e João Pedro, observaram as atitudes de Dadá, o quanto ela se tornava misteriosa no dia a dia e nas raras aparições pelo condomínio, sempre acompanhada com uma boneca de pano, o que pode ser notado como uma analogia ao desejo de vivenciar experiências de criança, e, então, no dia de São Cosme e Damião, Cacau conseguiu abstrair algumas informações de Dadá, ocorrendo, assim:

Cacau encontrou a oportunidade perfeita num dia 27 de setembro. Era dia de São Cosme e Damião, e, embora os ricos não ligassem, mesmo naquele bairro metido a besta tinha gente distribuindo doces para as crianças que

encontravam na rua. Dadá estava no parapeito do pátio, olhando na rua um carro que parou e distribuiu uns saquinhos para um grupo de crianças que logo fez uma fila na calçada. Cacau ia chegando no edifício e viu o rosto miúdo de Dadá lá em cima, cheio de vontade de entrar na farra. (Cruz, 2022, p. 120)

Nesse dia, Cacau conseguiu muito mais do que envolver Dadá em um diálogo, mas obteve confissões sobre a vida dela, descobrindo que ela demonstrava uma gratidão à patroa, inclusive, chamando-a de “mãezinha”. Essas informações foram fundamentais para que o jovem denunciasse a fim de que essa situação de trabalho análogo à escravidão pudesse ser cessada.

Quanto ao diálogo entre Cacau e Dadá, tem-se que:

— Toma, Dadá. Peguei pra você.

A felicidade dela foi tanta que ele, entre um saquinho de pipoca e outro, abrindo um embrulho de bala ou dando uma mordida num doce naquele piquenique improvisado, conseguiu saber o suficiente. Cacau e sua habilidade para arrancar dos outros o que não querem ou não podem dizer.

— Olha, come esse chocolate aqui. É bom de verdade! O carro estava bem aqui na frente, Dadá! Era só descer... — Cacau abriu aquele sorriso bonito dele.

— Deus me livre, mocinho! Mãezinha Imaculada é capaz de me bater com o chinelo... — Bater...?

O menino então conversou com o irmão e decidiram fazer uma denúncia anônima. (Cruz, 2022, p. 120)

A confissão de Dadá utilizando o termo “Mãezinha” para chamar a sua, até então, patroa, é abordado por González (2020, p. 44) como “[...] passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão”, evidenciando a aceitação de Dadá para a sua situação de escravidão, inclusive, permitindo agressões, romantizando sua vivência com quem a explorava diariamente.

A narrativa de Dadá no romance direciona para o diálogo que há entre literatura e sociedade (Candido, 2023), haja vista que, no Brasil, no ano de 2023, o caso de Sônia Maria de Jesus ganhou notoriedade, ela que é uma mulher negra, deficiente auditiva, fora mantida, durante 37 anos, em condições análogas à escravidão na casa do Desembargador Jorge Luiz de Borba, do Tribunal de Santa Catarina (TJSC)¹⁹. Sônia trabalhou para a família desde a infância, sem receber salários, nem férias, sem acesso à educação nem ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), caso que evidencia a permanência de práticas de exploração

¹⁹ DESEMBARGADOR é suspeito de manter mulher surda que nunca aprendeu Libras em trabalho análogo à escravidão por 37 anos. **Fantástico G1**, 11 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/06/11/desembargador-e-suspeito-de-manter-mulher-surda-que-nunca-aprendeu-libras-em-trabalho-analogo-a-escravidao-por-37-anos.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2026.

doméstica marcadas por desigualdades estruturais de raça, classe e gênero, aproximando-se, em termos sociais e simbólicos, das formas contemporâneas de servidão que a própria narrativa literária expõe ao representar a condição de confinamento da personagem Dadá.

A libertação de Dadá ocorre quando os meninos, João Pedro e Cacau, denunciam que ela estava sob cárcere privado e em um trabalho análogo à escravidão, o que evidencia que as estruturas sociais, muitas vezes, são permissivas e falhas ao proteger indivíduos invisibilizados, pois, a denúncia parte de um olhar atento e ético de dois jovens negros que rompem com essa naturalização da violência e da escravização, diferentemente dos outros moradores do condomínio de luxo. No dia que a polícia chega ao apartamento de d. Imaculada, ela nega que Dadá estava em um ambiente insalubre e que era escravizada, no entanto, essa era a condição de vida dela, conforme narra Eunice:

Entramos no quartinho de Dadá. Já no limite da área de serviço, me senti como se estivesse naqueles filmes em que o personagem atravessa uma porta, entra num armário ou coisa parecida e sai em outro lugar, outro tempo. Um colchão duro em um estrado, coberto por uma colcha de chenile lavada muitas vezes, paredes amareladas que não viam pintura havia décadas, o banheirinho com uma tábua quebrada no vaso sanitário, roupas dobradas em uma cadeira. O ambiente não era sujo porque Dadá era caprichosa com o pouco que tinha. Várias bonequinhas costuradas por ela estavam recostadas na cama e sobre um armário baixo, onde também havia retalhos, linhas e agulhas. Aquelas bonecas eram bem-feitas e bonitinhas, mas me davam medo. Lembrei do Sérgio, pois sua toca embaixo do viaduto me parecia mais digna. (Cruz, 2022, p. 121-122)

A descrição das condições em que o quarto de Dadá fora encontrado, com um colchão duro em um estrado, coberto por uma colcha de chenile, paredes amareladas, banheirinho com uma tábua quebrada no vaso sanitário, roupas dobradas em uma cadeira, demonstra que, para a patroa, Dadá não era enxergada como um sujeito de direitos mínimos. Essa situação revela a não-humanidade imposta a ela, reproduzindo marcas de um racismo estrutural que naturaliza a precarização dos espaços ocupados por mulheres negras no trabalho doméstico.

A morte social de Dadá é uma exemplificação do período pós-escravista em que mulheres negras ainda são violentadas e têm sua humanidade diminuída é tanto que, quando Eunice compara o quartinho de Dadá com a estadia na rua, debaixo do viaduto em que Sérgio, seu ex-marido, estava morando, como um espaço mais digno do que o de Dada, é uma dura crítica, pois escancara que o espaço destinado à empregada doméstica é mais indigno do que a própria rua, o que desnuda uma forma de violência racial, social e de gênero no ambiente confinador, causando a morte social de Dadá.

Nessa conjuntura, a não humanidade de Dadá, escravizada e silenciada em um espaço muito inferior aos oferecidos às empregadas domésticas. Assim, Beatriz Nascimento (2020) corrobora que essa não humanidade reflete uma estrutura de dominação às mulheres, pois:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (Nascimento, 2020, p. 48).

A opressão vivenciada por mulheres negras, marcada pela articulação entre violência racial, desigualdade de gênero e questões de classe, incide de forma particularmente brutal sobre aquelas inseridas no trabalho doméstico, como é observado com a personagem Dadá, que habita em um “quartinho-masmorra” (Cruz, 2022, p. 134). Nesse cotejamento, sua trajetória evidencia como o racismo estrutura relações de submissão extremas, culminando na escravização de corpos negros femininos sob a aparência de vínculos domésticos naturalizados, como se fossem da família.

Nesse sentido, Tamis Porfírio (2021, p. 109) afirma que “muito do desvalor que cerca a profissão está baseado na concepção social de que as mulheres negras da classe trabalhadora não são dotadas de humanidade e nem são tão dignas de individualidades quanto os padrões da sociedade”, o que se manifesta, no romance, na completa negação da subjetividade de Dadá, reduzida à condição de corpo funcional e silenciado, haja vista que ela vivia “[...] pelas escadas e pelos cantos do edifício, seu quarto abafado, de paredes encardidas, com bonecas feitas de retalhos.” (Cruz, 2022, p. 160)

Ao construir a trajetória de Dadá, Eliana Cruz desestabiliza o imaginário de que a escravidão pertence apenas ao passado e evidencia suas permanências no presente, especialmente no cotidiano do trabalho doméstico exercido por mulheres negras. Dadá não é apenas uma personagem trágica, mas uma denúncia literária das continuidades coloniais que estruturam a sociedade brasileira, conforme se observa no episódio mencionado anteriormente, demonstrando a força da literatura negro-brasileira, pois, segundo Cuti (2010, p. 7) “[...] a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação.”. Assim, a personagem Dadá corporifica os subterfúgios de uma relação de opressão, morte simbólica e física, mascarada por uma relação afetiva, como se fosse da família, sendo aprisionada em um quartinho-masmorra, como se nada fosse.

4.1.6 Hilda

Hilda exercia a função de cuidadora do general Feitosa, também morador do Condomínio Golden Plate, na função, recebia um salário significativo pago pelos filhos do general, pois, “[...] O velho morava sozinho, e quem cuidava dele era a enfermeira Hilda, a quem os filhos pagavam um salário muito acima da média para que tivessem que conviver o mínimo possível com o pai.” (Cruz, 2022, p. 48). Hilda exercia a função de cuidadora, residindo na casa do patrão, o que ratifica as discussões já abordadas, como a extensão da carga horária de trabalho, a sobrecarga do trabalho e a obrigatoriedade de convivência permanente com o empregador, o que a torna refém de uma relação empregador/empregada marcada por assimetrias de poder que são tensionadas a partir do tempo de trabalho e tempo de descanso, pois, ela sempre estava ao lado de general Feitosa, cumprindo a função ininterrupta de cuidadora, empurrando a cadeira de rodas do empregador, a qualquer tempo e lugar.

Confinada, exclusivamente, aos cuidados do idoso, Hilda demonstrava conhecimento social, político e de classe, pois, em um momento de diálogo com Eunice acerca de uma gravidez indesejada de uma adolescente no condomínio e pela opção do aborto, Eunice reproduz que não é o correto e chama a adolescente de assassina, o que é prontamente repudiado por Hilda:

Naqueles dias, começou a correr uma fofoca no edifício de que a tal garota do apartamento 31 tinha engravidado e tirado a criança numa clínica, e sua vida seguia como se nada tivesse acontecido. Ouvi minha mãe e outras empregadas do prédio cochicharem num debate a meia-voz pelos corredores.

— Pra mim é assassina, sim! Não se tira uma vida inocente... a criança não tem culpa de nada!

— Assassina, Eunice? — protestou Hilda, a cuidadora do general. — O que você sabia da vida com a idade dela? Não diga isso, querida... Ainda não é uma vida formada.

— Não aceito, Hilda. Não consigo entender... pra mim é assassinato e acabou! Todo mundo tinha uma opinião a dar. A única que não vi falar — aliás, também não a vi mais por um bom tempo — era o alvo de toda aquela discussão. (Cruz, 2022, p. 55-56)

Hilda se posiciona de forma crítica, o que a faz recusar uma moralização punitiva que recai sobre corpos femininos, Hilda defende que a mulher pode ser dona de si, questão amplamente discutida por Sueli Carneiro (1993) que, em um discurso sobre identidade feminina, enfatiza que a mulher tem o direito de ter o controle sobre sua própria reprodução. Nesse contexto, a cuidadora entende que não há que se reproduzir um sistema que regula o

corpo e a sexualidade feminina, pois as mulheres têm e devem sempre procurar forças para romper com as engrenagens sexistas e patriarcais que tendem a recair sobre seus corpos, desejos e decisões.

A personagem aparece em poucos momentos na narrativa, a citar esse episódio de diálogo com a Eunice e outras empregadas domésticas acerca do aborto. Outras cenas significativas foram: no aniversário de Cacau, em que Hilda fizera coxinhas para contribuir com o aniversário; em outro momento, Hilda testemunhou a atitude mal educada de João Pedro, que, cansado dos constrangimentos e humilhações do general Feitosa, proferiu palavras de baixo calão ao general, o que fez Hilda ficar extremamente surpresa, mas silenciosa, como sempre esteve em qualquer situação envolvendo o patrão.

O silêncio de Hilda não pode ser lido como ausência de posicionamento, mas como estratégia de sobrevivência dentro de uma estrutura hierarquizada e racializada. Diferentemente do momento em que confronta Eunice no debate sobre o aborto, espaço coletivo e entre mulheres, diante do general Feitosa, homem branco e representante simbólico da autoridade militar e patriarcal, sua postura é marcada pela contenção. Esse silêncio evidencia a assimetria radical de poder que atravessa a relação trabalhista, pois qualquer enfrentamento direto poderia resultar em demissão, humilhação ou agravamento de sua condição de confinamento. Observa-se que silêncio da personagem opera como mecanismo ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que denuncia a opressão estrutural, revela as estratégias possíveis de resistência em contextos de extrema vulnerabilidade.

Hilda falece após apresentar uma tosse ininterrupta e febre, sintomas os quais foram diagnosticados como uma gripe comum. No entanto, ela foi internada com os pulmões bastante comprometidos, o que culminou em seu falecimento. Essa narrativa demonstra o que outrora já abordado por Mbembe (2018, p. 41) ao narrar que “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.”, reafirmando a necropolítica de corpos invisibilizados.

A morte de Hilda pode ser lida como uma metáfora da gestão desigual da vida durante a pandemia, na qual trabalhadores subalternizados, especialmente domésticos, não puderam aderir ao isolamento social e permaneceram expostos à contaminação para sustentar as estruturas de cuidado das classes privilegiadas. Tal cenário evidencia que a necropolítica opera não apenas pela violência direta, mas também pela negligência estrutural, que define quais vidas são protegidas e quais são consideradas sacrificáveis em nome da manutenção da ordem social.

A esse respeito, relaciona-se a morte de Hilda, que faleceu a partir de uma gripe repentina, ao contexto da pandemia da Covid-19, pois, os dados apresentados pelo Núcleo de

Operações e Inteligência em Saúde (NOIS, 2020) demonstraram que a Covid-19 causou mais mortes em pessoas pretas e pardas no Brasil, pois, o percentual de pacientes pretos e pardos que vieram à óbito (54.78%) foi maior do que os brancos (37.93%). Esse cenário evidencia que a pandemia não operou de maneira neutra, mas incidiu de forma desigual sobre corpos historicamente vulnerabilizados. Ao aproximar a morte de Hilda desse contexto, a narrativa literária explicita que determinadas vidas são mais expostas ao risco e à negligência institucional, sobretudo quando inseridas em posições subalternizadas no interior das relações sociais.

No apagamento dos corpos negros, quando o corpo já não responde às exigências do trabalho, a narrativa evidencia o descarte social a que essas mulheres estão submetidas. Por fim, a partir da noção de escrevivência, proposta por Evaristo (2018), pode-se afirmar que a presença de Hilda na narrativa rompe com a romantização da resistência, ao revelar que nem todos os corpos conseguem sobreviver às violências estruturais, como acontece com Mabel, por exemplo, pois, Hilda representa aquelas mulheres negras que adoecem, silenciam e desaparecem sem que suas histórias sejam contadas.

4.1.7 Luzia

Luzia é a última empregada doméstica que surge no romance *Solitária*, a qual, assim como Eunice, também inicia suas funções empregatícias no apartamento luxuoso de D. Lúcia e Sr. Tiago. As coincidências com Eunice aumentam quando o filho de Luzia, Gilberto, surge na narrativa. Gi, como conheciam, assim como Mabel, também acompanha a mãe no trabalho. Eunice o conheceu dessa forma:

Uma voz de criança chamou minha atenção. Por um minuto voltei no tempo e quase chamei pela Mabel, mas era Gilberto, ou simplesmente Gi, o filho de quatro anos de Luzia. Ele me olhou com seus olhinhos alegres e correu para me mostrar o carrinho com que estava brincando, um boneco de super-herói e alguns rabiscos feitos com giz de cera, que ele jurava que eram “a mamãe, a vovó e a titia” (Cruz, 2022, p. 129)

Eunice, tensiona um histórico compartilhado por mulheres negras, que têm seus filhos, ainda crianças, inseridos em um espaço que não lhe pertence, desnudando que esse apartamento dos patrões é uma extensão da colonialidade do trabalho, haja vista que a criança negra é tolerada nesse espaço apenas para manter a empregada sempre à disposição dos patrões e, muitas vezes, para que haja uma continuidade de trabalho exercido pela mãe e, conseqüentemente, pelo (a) filho (a) daquela empregada doméstica.

O retorno de Eunice ao espaço doméstico dos ex-patrões não se configura apenas como um gesto circunstancial, mas como uma reativação das memórias inscritas naquele ambiente. A pedido de Camila, Eunice volta ao apartamento de D. Lúcia e Sr. Tiago para que preparasse uma feijoada para a sua festa de despedida. Na ocasião, Eunice construiu diálogos e rememorou a sua vivência naquele espaço a partir da personagem Luzia e de seu filho Gilberto, que a acompanhava ainda criança.

No ato da preparação da feijoada, Eunice observa que, embora tenha feito a lista de ingredientes para a Camila e seus pais efetuarem a compra, ainda assim estava faltando itens. Na ocasião, Luzia prontamente se organizou para ir até ao supermercado próximo e, então, solicitou, timidamente, que Camila cuidasse de Gilberto durante a ida ao Supermercado, mesmo sentindo que, de alguma forma, aquilo era um grande afronte à Camila, filha de sua patroa, pois Eunice sentiu “[...] no tom de sua voz tão sumida o quanto ela achava aquilo errado. Ela deveria cuidar do menino, não podia pedir algo assim para a filha da patroa. Era o contrário: Luzia cuidava e recebia ordens, Camila era cuidada e ordenava” (Cruz, 2022, p. 130)

Esse sentimento de inferioridade e de afronta de Luzia ao pedir que Camila cuidasse de Gilberto reflete a naturalização da mulher negra como cuidadora por excelência, assim, Lélia González (2020, p. 184) afirma que a mãe preta foi modelo de aceitação da escravidão, mas, questiona: “e ela tinha outra escolha? Claro que não, pois era escrava e justamente por isso foi obrigada a cuidar dos filhos de seus senhores”. Assim, a culpa sentida de Luiza reside exatamente na internalização de quem deve cuidar e quem deve ser cuidado.

Após a saída de Luiza ao supermercado, as amigas de Camila chegam ao apartamento, em um momento que, claramente, a menina não tivera nenhum cuidado com Gilberto, negligenciando a sua vida, negando-a, pois não se preocupou em manter a criança sobre o seu olhar, ocasião em que Eunice sentira que algo de ruim poderia estar acontecendo, pois, “Fiapos verdes de couve saíam da lâmina da faca, até que um deles saiu vermelho. Senti uma ardência profunda. Só não era mais aguda que o barulho do vidro se estilhaçando” (Cruz, 2022, p. 131), o sangue de Eunice é um prenúncio da violência maior que se anuncia.

João estava fazendo um bico na portaria, chamou os bombeiros, mas a criança havia caído do 10º andar do apartamento e, infelizmente, faleceu após a queda. A tragédia já se iniciava antes da queda, as estruturas raciais que moldam as relações empregatícias no trabalho doméstico já haviam colocado Gilberto em uma posição de vulnerabilidade, ou seja, a criança negra é permitida no ambiente de trabalho, mas, desde que seja invisível, que não atrapalhe o lazer dos patrões, pois, para eles, essas crianças não habitavam, não existiam, não mereciam o

reconhecimento de humanidade, visto que “[...] são tratadas como invisíveis e dispensáveis.” (Cruz, 2022, p. 143)

Durante a investigação e a análise da responsabilidade sobre a negligência que culminou no falecimento de Gilberto, D. Lúcia, mãe de Camila, tenta assumir a culpa do crime, numa tentativa de, mais uma vez, retirar Camila de suas responsabilidades. A investigação policial e criminal em curso questiona Eunice sobre os fatos ocorridos no dia do crime e, em um primeiro momento, ela nega ter conhecimento se Luzia havia pedido ou não que alguém cuidasse de Gilberto:

Por fim, falou que não tinha condições de saber exatamente o que havia acontecido na sala e no quarto.

— Mas... Luzia pediu a alguém para tomar conta do menino? Foi a senhora? Eunice acusou o golpe. Deixou transparecer um instante de hesitação e, mais uma vez, se esquivou.

— Sim, ela pediu, mas não foi para mim. Não vi a quem, pois estava ocupada com as tarefas por aqui...

Os policiais se entreolharam. Eunice media cada vírgula que dizia. (Cruz, 2022, p. 145)

Esse ato de D. Lúcia fora completamente repudiado por João Pedro, que presenciou a entrada dela no apartamento apenas após a queda da criança. Ele entendeu que a mãe de Camila, por sua condição financeira e por sua influência, tentaria responsabilizar Luzia, por isso, João bradou: “— Eu vi quando d. Lúcia subiu. O menino já tinha caído! Ela quer esconder a filha. Vão tentar de tudo pra culpar a própria mãe do garoto. D. Eunice... isso não pode ser! Não pode!” (Cruz, 2022, p. 147).

João Pedro demonstrou um ato de revolta diante do que presenciava e um receio pela imunidade, assim, afirmou que não ia permitir que a culpa recaísse para Luzia, pois, essa era a intenção de D. Lúcia, a qual, inclusive, contava com outras pessoas influentes para confirmar o seu discurso de que jamais poderia acontecer alguma responsabilização criminal contra ela, ou contra a sua filha Camila, a exemplo do general Feitosa, pois:

— É isso, d. Lúcia, por isso não dá para abrir nossa casa para essas moças virem trabalhar com criança... É complicação na certa! A culpa não é de vocês e é um absurdo esse imbróglio todo. Imagine, vocês, pessoas tão distintas, numa delegacia! Contem comigo. Sou testemunha.

— A gente só queria ajudar a moça, sr. Feitosa, e agora estamos sendo acusados nem sei de quê... (Cruz, 2022, p. 149)

Além de general Feitosa, outros vizinhos do Golden Plate e também convidados para a feijoada concordavam que os patrões não tinham culpa de nada, reforçando o Pacto da Branquitude (Bento, 2022), que, conforme defendido pela autora, determinados grupos

europeus e seus descendentes no Brasil têm o interesse em se proteger e fortalecer exclusivamente os interesses dos seus. A narrativa discursiva dos personagens brancos expõe esse pacto narcísico, pois:

“Irresponsável é a mãe, que abandonou a criança. Ela era a responsável legal. Essa gente não pensa na hora de fazer filhos.” Lúcia repetia isso em todas as oportunidades, sem constrangimento. Os vizinhos no Golden Plate, os parentes, os amigos e os convidados da feijoada que terminou em tragédia concordavam com ela, evidentemente. (Cruz, 2022, p. 159)

Na tentativa de culpabilizar a mãe, também vítima, tais falas e discursos que tentam inocentar os verdadeiros responsáveis pela tragédia, causada por negligência de Camila, corroboram o que já fora discutido no âmbito dos pactos da branquitude (Bento, 2022):

[...] os brancos se unem em um projeto de poder e a sociedade se estrutura a partir de uma soberania branca, e isso faz com que não tenhamos direitos aos privilégios financeiros, profissionais e educacionais. É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. (Bento, 2022, p. 18)

A partir do exposto, compreendemos que os discursos reafirmam esse pacto, pois os brancos e ricos se apoiam, se protegem e se unem em oposição à dor de uma mãe negra que chora a partida precoce do filho exatamente porquê, para essas pessoas, a dor de uma pessoa negra não pode ser validada. De fato, D. Lúcia tinha certeza da impunidade, pois “[...] ela mesma não acreditava que Camila ou qualquer outra pessoa ali tivesse alguma responsabilidade. E mais: tinha certeza absoluta de que sairiam desse “desagradável incidente” sem maiores complicações.” (Cruz, 2022, p. 159)

No ato do interrogatório, Eunice depõe e afirma que Camila ficara responsável pelo Gilberto, mas o deixou sozinho, negligenciou a sua presença. Nesse contexto, a mudança de postura de Eunice tensiona a discussão acerca de quem é a pessoa que fala, pois, para os patrões, Eunice jamais falaria, jamais teria coragem, esperavam gratidão da ex-empregada com os patrões, pois “a dona da cobertura do Golden Plate não imaginava ter de lidar com aquela mulher renovada, livre do sentimento de servidão e gratidão por receber muito menos do que merecia durante anos de dedicação e trabalho incessante.” (Cruz, 2022, p. 160)

Para a surpresa dos ex-patrões, Eunice:

[...] respondeu a todas as perguntas do delegado sem gaguejar, sem hesitar, sem pensar em passado nenhum. Ela só olhava para a frente. Camila não era

mais criança e precisava saber disso. Eunice olhava para a frente acompanhada de todas as infâncias interrompidas que não puderam crescer. Via a figura enigmática de Dadá pelas escadas e pelos cantos do edifício, seu quarto abafado, de paredes encardidas, com bonecas feitas de retalhos. (Cruz, 2022, p. 160)

A atitude de Eunice em narrar ao delegado tudo o que presenciara foi uma forma de denunciar que a sua a vivência é profundamente atravessada pela experiência de Luzia, empregada doméstica que sofre a perda do filho no interior do espaço doméstico, o que desencadeia na protagonista um processo de reconfiguração subjetiva. Eliana demonstra que a colonialidade do trabalho doméstico ultrapassa a dimensão da exploração laboral, alcançando esferas íntimas como a maternidade, a infância e a constituição subjetiva de mulheres negras. O espaço do Golden Plate, portanto, não é apenas cenário, mas dispositivo de poder e silenciamento, no qual as trajetórias de empregadas e crianças negras são historicamente invisibilizadas no âmbito das relações empregatícias.

Nessa direção, observa-se que a dor de Luzia, silenciada e constantemente deslegitimada, evidencia que o espaço doméstico não comporta as vidas negras em sua integralidade, funcionando como um lugar de controle, hierarquização e interdição. Ao mobilizar as palavras de Conceição Evaristo (2020, p. 40), quando afirma que “nada que eu escrevo é inocente. É muito bem pensado”, compreende-se que o conceito de escrevivência, presente em sua produção literária e na de outras mulheres negras, configura-se como uma escrita marcada pela intencionalidade política e pela memória coletiva. Nesse sentido, a narrativa de Eliana Alves Cruz também se constrói como uma escrita potente, que tensiona feridas raciais, sociais e políticas, sobretudo ao dialogar com experiências historicamente reais, como o episódio envolvendo o menino Miguel e sua mãe, Mirtes Renata, já discutido nesta pesquisa.

A literatura, valendo-se da tentativa de representar a realidade e ao se utilizar da ficção para escancarar acontecimentos, como o caso de Miguel e Mirtes, serve como uma forma de denúncia, conforme corroborado por Cuti (2010, p. 7) ao afirmar que “certa mordaza em torno da questão racial brasileira vem sendo rasgada por seguidas gerações, mas sua fibra é forte, tecida nas instâncias do poder, e a literatura é um de seus fios que mais oferece resistência [...]”. Portanto, o romance *Solitária* contribui para rasgar essa fibra que ainda amordaça discussões raciais, especialmente pelo fato de que discute e escancara o racismo estrutural e no trabalho doméstico.

Luzia encerra o ciclo de personagens negras na condição de empregadas doméstica. Em Luzia, a autora transforma a maior dor para uma mãe preta, que é a de perder o filho, em um

manifesto racial, social e político, ao mesmo tempo que empodera Eunice e essa depõe a favor de Luzia, trazendo para essa mãe negra a esperança de punição a quem lhe causou dor e sofrimento. Nesse escopo, o romance finaliza com a culpabilização aos patrões, especialmente, a Camila, que “passaria a responder a um pesado processo criminal, e a família também seria processada por questões trabalhistas” (Cruz, 2002, p. 160). Portanto, diante de tantos atravessamentos e formas de opressão, o romance produz uma resposta a tantos crimes diários, como a exploração, a humilhação, a negação aos direitos trabalhistas ao silenciamento de vidas negras, tornando o momento da punição como uma abertura para que as mulheres negras tenham vez e voz, o que contribui para a conquista de espaço e visibilidade.

4.2 Os espaços como confinadores de corpos negros

Iniciaremos a discussão acerca dos espaços que as personagens negras ocupam no romance *Solitária*, compreendendo-os não como cenários neutros, mas como dispositivos simbólicos e físicos de confinamento racial e de classe. No romance em análise, o espaço doméstico é estruturado por uma lógica hierárquica que delimita acessos, silencia subjetividades e controla corpos negros, especialmente femininos.

Assim, retomando as discussões de Bachelard acerca do espaço, tem-se, que:

O exterior e o interior formam uma dialética de dissecação, e a geometria evidente dessa dialética nos cega desde o momento em que a fizemos aparecer nos domínios metafóricos. Ela tem a nitidez decisiva da dialética do sim e do não, que tudo decide. Fazemos de tal dialética, sem tomar maiores cuidados, uma base para as imagens que comandam todos os pensamentos do positivo e do negativo. (Bachelard, 1993, p. 335)

A dialética desse espaço do exterior e do interior evidencia que os ambientes não são apenas delimitações físicas, mas estruturas simbólicas que organizam pertencimentos, exclusões e formas de existência. Na narrativa literária escrita por Eliana, essa divisão espacial manifesta-se de maneira hierarquizada, uma vez que os espaços centrais do apartamento dos patrões são destinados à visibilidade e ao conforto da família branca, enquanto às personagens negras são reservados os espaços periféricos, como a área de serviço e o quartinho, configurando uma experiência de habitação marcada pelo não pertencimento.

Nessa perspectiva, buscaremos analisar o espaço doméstico, a exemplo do apartamento dos patrões e refletiremos os cômodos dessa casa, como banheiro, sala, área de serviço e o quartinho da empregada. Nesse escopo, voltaremos a análise também para os espaços que

trazem o sentimento de lar e de abrigo para Eunice, como a sua casa, com as goiabeiras, com as árvores, como intentam as lembranças quando recorda de Dona Codinha e Mabel.

Eunice trabalhou durante muitos anos no apartamento dos patrões e, durante esses longos anos, sua existência não era enxergada, assim como a infância das crianças negras foram invisibilizadas naquele espaço confinador. Bachelard, acerca dos espaços, afirma que “[...] do ponto de vista das expressões geométricas, a dialética do exterior e do interior está apoiada num geometrismo reforçado onde os limites são barreiras” (1993, p. 337), então, o quartinho era a barreira física de Eunice e Mabel, é tanto que Sr. Tiago jamais ultrapassou esse espaço, pois “[...] quem era proprietário da casa nunca me habitava. Nem mesmo passava do limiar da porta.” (Cruz, 2022, p. 140)

As barreiras arquitetônicas dos espaços do apartamento e do condomínio Golden Plate, limitavam e separavam as pessoas, ou seja, as trabalhadoras domésticas deveriam permanecer silenciosas, às escondidas, ou seja, só permitidas nesse condomínio de luxo à medida de suas utilidades. Dessa forma, entende-se o que Lélia González (2020) afirmou acerca das mucamas permitidas na atualidade, pois,

[...] a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo mucama com todas as letras [...] Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam “lidar com o público”? Ou seja, atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal? (González, 2020, p. 75-76)

Partindo da premissa de González acerca da figura da mucama, tensiona-se o espaço doméstico como um ambiente que reproduz, na contemporaneidade, a lógica da senzala moderna, configurando-se como um espaço confinador para as personagens negras. Nessa perspectiva, a obra literária evidencia que a organização espacial do apartamento dos patrões não é neutra, mas estruturada por hierarquias que delimitam pertencimentos e restringem circulações.

Ao dialogar com Gaston Bachelard, o qual preceitua que “a casa é nosso canto no mundo” (Bachelard, 1993, p. 200), observa-se que há uma ruptura simbólica no romance, uma vez que, para Eunice, Mabel e outras personagens negras, esses espaços domésticos não se constituem como lugares de reconhecimento ou acolhimento. Ao contrário, configuram-se como ambientes hierárquicos e racializados, nos quais a habitação física não implica

pertencimento simbólico, mas sim a permanência em estruturas espaciais marcadas pela colonialidade e pela (re)existência cotidiana em contextos de subalternização.

Os espaços apresentados no romance têm o fito de refletir corroborar com o apagamento simbólico que ocorre dentro de estruturais físicas e sociais, a exemplo do Apartamento dos patrões, o Quarto de empregada, o Lar da Eunice como um espaço de pertencimento e o Quarto de descanso como uma metáfora de uma nova fase na vida das personagens negras Eunice e Mabel.

4.2.1 Apartamento dos patrões

No romance *Solitária*, apesar de diversos capítulos com títulos que descrevem os espaços do apartamento dos patrões, não há um capítulo específico com esse título, mas, apesar disso, é importante que iniciemos a discussão de espaços confinadores por esse ambiente que, por muitos anos, foi o ambiente de trabalho e de aprisionamento de Eunice e Mabel, sua filha, que a acompanhou desde criança, o que, além de Eunice, outras empregadas domésticas surgiram nesse ambiente confinador, como Irene e Luzia.

Sobre o espaço físico da casa, Mabel narra da seguinte forma:

Passei pela área, pela cozinha, pela copa, pelo longo corredor, passei pelas portas entreabertas do escritório, do quarto de hóspedes, do quarto do casal... Que casa grande! [...] Entrei na sala devagarzinho, me esgueirando e me escondendo pelos cantos, atravessei a longa porta de vidro e finalmente... a imensidão azul sem nuvens sob o sol do verão! Sentei na escadinha da piscina. (Cruz, 2022, p. 21)

Diante de toda essa imensidão arquitetônica, sob o olhar da criança, esse espaço confinou corpos negros que estavam sempre obrigados a servir e a sobreviver viver mediante ao apagamento social, é tanto que não se podia utilizar a geladeira dos patrões, nem acessar o elevador social, somente o de serviço, além do que Mabel jamais poderia incomodar os patrões nem a sua filha, sendo obrigada a viver na invisibilidade daquele apartamento.

Logo no início da jornada trabalhista, Eunice já explorava o tamanho do apartamento, a citar o espaço da sala, pois “aquela sala... meu primeiro dia tinha sido quase todo concentrado nela. Nunca havia visto uma sala daquelas! Minha casa toda e talvez mais um pedaço da casa do vizinho cabiam ali.” (Cruz, 2022, p. 78) Observa-se a diferença social das personagens e a forma que D. Lúcia, patroa de Eunice, explora a limpeza e o cuidado com vasos e jarras preciosas, uma atitude que já demonstra o ato de exigir de Eunice a limpeza ideal e,

indiretamente, expõe valores de bens materiais a fim de já questionar acerca da honestidade de Eunice, afinal, “[...] os móveis pareciam ter olhos me vigiando.” (Cruz, 2022, p. 128)

Assim, Eunice não entendia a situação submissa que enfrentava, pois, em determinado momento, o seu sentimento era de aceitação, haja vista que ela acreditava que não galgaria outras oportunidades, pensamento que se confirma a partir do pedido de casamento de Jurandir, pois, Eunice pensou: “Acho que às vezes a gente está numa situação ruim, mas se acostuma com ela e não quer sair por que é ruim, mas é conhecido. Era assim que eu me sentia trabalhando na casa de d. Lúcia.” (Cruz, 2022, p. 114). Nesse escopo, cabe mencionar que o sentimento de aceitação vem, muitas vezes, de um passado colonial que moldou a sociedade a destinar corpos negros ao trabalho doméstico, assim, Lélia González afirma acerca desse estereótipo social trazido para a colonialidade moderna, assim:

[...] o estereótipo estabelece a relação: mulher negra = trabalhadora doméstica. O ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente [...] (González, 2020, p. 154)

Nessa perspectiva de continuidade e de aceitação, Eunice e Mabel permaneciam reféns daquele espaço luxuoso e imenso, assim Mabel refletia: “Eu e mamãe continuávamos ali, na gaiola dourada do edifício Golden Plate. Éramos pássaros dentro de um viveiro luxuoso, mas uma jaula deixa de ser a vilã da liberdade só por que é pintada de dourado?” (Cruz, 2022, p. 69) Mabel compreendia as amarras sociais, políticas e raciais dentro do condomínio luxuoso, observava que, além da invisibilidade da mãe, era uma imposição a ela também, uma criança que crescia e entendia que, por meio do estudo, conseguiria ascender e libertar sua mãe daquela situação escravista.

Essa invisibilidade, segundo Tamis Porfirio, “é acompanhada de exploração e servidão que são fatores que pesam muito sobre as trabalhadoras domésticas. É comum o sentimento de diminuição diante dos patrões e perante o ambiente social diferente, tido como superior” (2021, p. 109). E esse sentimento de diminuição fora repetido no dia da aprovação de Mabel em medicina, pois, os patrões não aceitavam que essa conquista fosse possível a Mabel, logo ela, a filha da empregada doméstica deles, assim,

— Parabéns, Mabel! Você se esforçou muito... mereceu. Estou muito feliz pela sua conquista, de verdade...
A voz de d. Lúcia cortou aquele momento de intimidade. Mabel agradeceu timidamente e me olhou meio de banda, sem saber se aceitava ou não o abraço que a patroa agora abria para ela. Eu não disse nada. Ela decidiu abraçar aquela

mulher que, mesmo sendo Mabel já crescida, ainda era bem alta comparada a ela. (Cruz, 2022, p. 109)

Nem mesmo diante de um momento de muita felicidade para Eunice e Mabel, a patroa não ficara feliz genuinamente, mas sim, utilizou desse momento para trazer à tona um episódio da vida de Mabel, o aborto, exatamente por esse sentimento de superioridade que estava intrínseco à d. Lúcia, ou seja, Mabel só estava vivendo aquele momento feliz pela “bondade” da patroa de sua mãe, assim, D. Lúcia falou: “— Eu sabia que você era muito jovem para interromper a vida daquela forma. Agora, vejam só, vai ser médica!” (Cruz, 2022, p. 109) e seguiu transformando em palavras o sentimento de superioridade, diminuindo, mais ainda, o início dessa nova fase, ao demonstrar o racismo e o preconceito à Mabel, lembrando Mabel de sua pobreza, pois, disse:

— Prepare-se porque mesmo numa universidade pública esse é um dos cursos mais caros do país... se não for o mais caro! Querida, outra vez, parabéns! — Ela bebeu um gole d’água fingindo não estar nos observando em nosso silêncio cheio de olhares. (Cruz, 2022, p. 109)

Mabel, sem se conformar com aquelas situações que saltavam seus olhos, não permitiu nem que D. Lúcia nem Sr. Tiago estragassem aquele momento de completa felicidade familiar, pois, (re)existindo naquele ambiente, Mabel disse:

— D. Lúcia, agradeço o seu apoio, mas eu não lhe devo nada, não. Entendi o que a senhora fez no passado. Eu não tinha como... mas também entendi o que senhora tentou fazer hoje mais cedo. Nada vai apagar nossa felicidade. Nada.

Os três e eu nos entreolhamos assustados, sem saber como reagir ao impulso da Mabel.

— Seu Tiago, lembra que o senhor riu debochado achando que eu nunca conseguiria passar no curso de medicina? Muito obrigada por me fazer lembrar desse sorriso todos os dias em que eu me sentava com o Cacau pra estudar em silêncio lá nos fundos, para não atrapalhar vocês, os donos deste palacete...

A família estava imóvel. Foi pega totalmente de surpresa pelo rancor de Mabel e, de alguma maneira, eu também.

— E você, Camila... é uma menina bonita, muito inteligente. O dia em que conseguir pensar em alguma coisa que não seja você mesma, pode se tornar uma grande mulher.

— Mas o que é isso, Mabel, nós... — seu Tiago tentou falar alguma coisa, mas Mabel não deixou.

— E olhem, minha mãe não tem nada com isso. Ela está a ui tão admirada quanto vocês. Tudo o que estou falando é opinião minha. Vou sair por aquela porta da frente e espero nunca mais ter que voltar aqui para encarar nenhum de vocês. (Cruz, 2022, p. 110)

Mabel discursou aos patrões de sua mãe e, ao afirmar que D. Lúcia jamais apagaria a felicidade daquele momento, demonstrou que sua fala não emerge apenas como reação impulsiva, mas como enunciação consciente de uma memória acumulada de humilhações e silenciamentos vivenciadas no interior daquele espaço doméstico. Ao agradecer e, simultaneamente, negar qualquer dívida simbólica à patroa, Mabel rompe com a lógica paternalista que estrutura as relações de trabalho doméstico, na qual benefícios pontuais são frequentemente mobilizados como forma de manutenção da subordinação.

Ao confrontar diretamente o riso debochado do Sr. Tiago, Mabel recupera episódios de violência simbólica que foram naturalizados no cotidiano, transformando a memória em instrumento de resistência discursiva. Esse gesto revela um deslocamento da posição subalterna para uma posição de sujeito que nomeia, denuncia e ressignifica as relações de poder que estruturavam sua presença naquela casa. Além disso, ao isentar a mãe de suas falas, Mabel evidencia a consciência das estruturas de dependência que mantêm trabalhadoras domésticas em relações de silêncio estratégico, ao mesmo tempo em que assume para si a voz do enfrentamento, rompendo com a herança de submissão imposta às gerações anteriores.

Assim, essa cena de Mabel confrontando os patrões de Eunice não se configura apenas como um desabafo individual, mas como um ato de (re)existência que explicita a ruptura com a ordem hierárquica racializada e classista do espaço doméstico, transformando a palavra em instrumento de emancipação simbólica e de reconfiguração identitária diante daqueles que, até então, ocupavam a posição de poder e legitimação social.

Após todo o discurso de Mabel, as duas saem da casa e têm o gesto simbólico de sair pela porta da frente, conforme narrado no fragmento: “Batemos a porta da frente.” (Cruz, 2022, p. 111) Assim, bater à porta da frente não é apenas sair fisicamente do apartamento dos patrões, mas subverter a lógica colonial que sempre destinou às empregadas domésticas as portas dos fundos, os corredores de serviço e os acessos invisíveis. O ato de Mabel e Eunice reinscreve seus corpos no espaço que sempre lhes foi negado, afirmando uma presença que não pede licença nem autorização, portanto, reflete um gesto que rompe com a arquitetura simbólica da servidão e reconfigura o lugar dessas personagens, transformando o apartamento dos patrões de espaço de confinamento em espaço definitivamente recusado.

Por fim, após esse ato insubmisso de Mabel, é o estopim para que Eunice decida definitivamente encerrar o ciclo como empregada doméstica de D. Lúcia e Sr. Tiago, uma atitude que significa romper com a servidão vivida há tantos anos. Assim, a saída de Eunice e Mabel não apaga as marcas da violência vivida naquele espaço, mas inaugura um gesto de reexistência que recusa a permanência no confinamento dourado. Portanto, Eliana Alves Cruz

reafirma, por meio da Escrivivência, que romper com a casa-grande, ainda que ela se apresente modernizada, verticalizada e luxuosa, é um ato político fundamental para a construção de outras possibilidades de existência para personagens negras historicamente silenciadas em ambientes confinadores, como o apartamento de patrões.

4.2.2 *Quarto de empregada*

Os espaços na narrativa *Solitária* são tensionados em todas as relações, sejam eles de maneira física, estrutural ou mesmo um espaço simbólico. Eunice e Mabel moraram, durante muitos anos, no quartinho de empregada no apartamento luxuoso dos patrões. Em todos os momentos que esse quartinho é descrito, as narradoras, ora Eunice, ora Mabel, tensionam o seu espaço minúsculo do quartinho e do banheirinho que mãe e filha viveram aprisionadas por tantos anos.

Para além das narradoras centrais do romance, a autora se utiliza de uma figura de linguagem, a personificação, para dar “voz” aos cômodos físicos, a exemplo do Quarto de Empregada. Nessa perspectiva, o quarto fala e sente, confirmando o que Bachelard (1993, p. 344) afirma acerca de que “o quarto é, em profundidade, nosso quarto, o quarto está em nós.” Dito isso, o quarto, intrínseco à vida das personagens, diante da presença de Eunice novamente no apartamento dos patrões, narra:

Levei um tremendo susto quando ouvi a voz de Eunice na cozinha. Quanto tempo! Minhas paredes tremeram, pois foram muitos anos velando o sono dela e de sua filha Mabel. Sei que eu, no fundo, não era um quarto. Eu era uma solitária. Exatamente. Uma prisão, um lugar destinado a apartar do mundo e do restante dos viventes. Sou tão pequeno... mas sei também que consegui abrigá-las como nenhum outro cômodo da casa. Por estar muito consciente disso, a voz de Eunice me encheu de alegria e saudade, mas igualmente de melancolia. (Cruz, 2022, p. 139)

O quarto de empregada, intimamente ligado à vida de Eunice e de Mabel, sentira que não se tratava de um cômodo com conforto, de um ambiente propício para uma vida com dignidade, mas sim, uma espécie de solitária, um ambiente confinador e descartável dentro daquela casa com tantos cômodos, com compartimentos extensos e cheios de luxo. De fato, “Eunice e Mabel moravam dentro de mim, mas não eram as donas da casa, e quem era proprietário da casa nunca me habitava. Nem mesmo passava do limiar da porta.” (Cruz, 2022, p. 140)

No capítulo destinado à voz do quarto de empregada, a autora evidencia que é esse espaço de silêncio, de apagamento e de invisibilidade, que testemunha os fatos ocorridos com os moradores dessa casa, ou seja, é exatamente no local descartado da casa que ocorre o testemunho de diversos acontecimentos, como a negligência de Camila que culminou com a morte do menino Gilberto; a ida de Irene, com cólicas, ao banheiro, ação que deu início ao acidente com Bruninho; além disso, acompanhou toda a dor de Mabel no dia do aborto, afirmando, inclusive, que, apesar das limitações, ele se sentia uma conforto para mãe e filha, haja vista que, “por falar em conforto e útero, acho que fui um para Mabel quando o dela se contraiu tanto, mas tanto, que impediu que ela fosse mãe-criança. Eu vi...” (Cruz, 2022, p. 141).

O quarto de empregada e o pequeno banheirinho testemunharam o ato de Mabel e, para melhor caracterizar o banheiro, a personagem narra “[...] descobri que tinha um microbanheiro atrás de outra porta branca: um vaso sanitário, um chuveiro que por pouco não estava sobre o vaso e, em frente aos dois, uma pia com um espelho na parede acima dela. Entre o espelho e a pia, uma prateleira com um pote, um tubo de pasta de dentes e uma escova dentro. Tudo no diminutivo.” (Cruz, 2022, p. 18) Observamos, então, o quão pequeno era o espaço em que mãe e filha deveriam suportar, escancarando a discrepância social e racial diante de um ambiente tão desumano no que diz respeito ao tamanho da casa, oportunidade que tensiona que esses corpos não podem ser vistos nem ocupar espaços dignos.

Eunice e Mabel viveram aprisionamentos não somente físicos, com um espaço pequeno, próximo à cozinha, mas, de forma metafórica, pois, “[...] existem prisões e prisões, mas existe uma que não tem nenhuma grade e nenhuma parede.” (Cruz, 2022, p. 142) E essa era a prisão delas, como se estivessem presas naquela solitária, suportando e silenciando diante de casos explícitos de racismo, de submissão e de invisibilidade, ainda que Mabel soubesse o que acontecia naquela relação empregador/empregada, Mabel seguia presa simbolicamente, mas, sempre buscara a sua carta de liberdade, que, para ela, seria a ascensão por meio do estudo, embora o caminho sempre fora mais estreito, pois:

É quase certo que sua caminhada tenha sido bem mais acidentada que a de Camila ou mesmo de Bruninho, com todas as suas limitações. Eu me orgulho de ter sido casa para aquela menina. Ela é muito tihosa! Quando quer uma coisa, traça um plano, uma reta. Eunice, do seu jeito, também. Acho que as duas erraram em se demorar tanto por a ui. Bem... é difícil julgar. A vida não é fácil para uma mulher como Eunice, sem qualificação e desempregada. O que faria? Poderia catar papéis, talvez. Ela se sentia muito interrompida e encarcerada. (Cruz, 2022, p. 141)

Desse modo, o quarto de empregada testemunhou cada fase de Eunice e Mabel, e, assim, construíram intimidades, pois, “a intimidade do quarto transforma-se na nossa própria intimidade” (Bachelard, 1993, p. 344). De fato, Eunice e o quarto construíram memórias, vivências que marcaram trajetórias e, a cada etapa da vida, que o quarto testemunhava, ele imprimia memórias, pois, “Sim, quartos se emocionam. Cômodos também se encantam e se escandalizam. Concreto imprime memórias.” (Cruz, 2022, p. 143)

Diante do acontecido com o filho da empregada doméstica Luzia, que não habitava integralmente o quarto de empregada, exatamente pela ausência de cumprimento das leis trabalhistas pelos patrões, fez com que Eunice não deixasse de sentir a dor daquela mãe, que, assim como ela que levou Gilberto para o trabalho, também precisou levar Mabel tantas vezes. Por isso, os espaços longe dos luxos, como os quartinhos, a cozinha, o corredor, “[...] que abrigamos a intimidade que julgamos não estar à vista de ninguém.” (Cruz, 2022, p. 143) sabiam o que havia acontecido com o Gilberto e foi exatamente esse quarto de empregada que fez Eunice sentir coragem para depor e relatar o que sabia sobre o caso da criança.

Após o episódio e a investigação policial questionar o conhecimento de Eunice sobre o caso, o quarto narra a seguinte cena:

Então o interfone tocou. Eunice atendeu e pediu licença para descer um instante. Tirando o lenço da cabeça e desamarrando o avental, ela passou pelo batente da minha porta. Sentou-se na cama por um segundo, olhando para o nada. Alguma coisa ainda mais grave acontecera e mudara nos olhos de Eunice. Eu vi, eu senti... E eu imprimi nas minhas paredes essa mudança. (Cruz, 2022, p. 145)

Observa-se, então, que as memórias, muitas vezes, a partir de traumas, foram fundamentais para que Eunice decidisse romper com o silêncio e com a submissão aos patrões, denunciando a fim de que o cumprimento da pena não fosse somente pelo crime contra Gilberto e sua mãe Luzia, mas, pelas tantas vidas que foram silenciadas em quartinhos iguais a aquele, como o próprio quarto reflete:

Ouvir a voz de Eunice fez minhas lembranças percorrerem todas as não crianças que passaram por aqui. João Pedro, Cacau, Mabel, Irene, Gilberto, Dadá. Pessoas que nunca tiveram a chance de ser inconsequentes na única fase da vida em que isso deveria ser natural. (Cruz, 2022, p. 144)

Nesse ínterim, a enumeração das chamadas “não crianças”, evocada pela memória do quarto de empregada, evidencia que as violências ali testemunhadas não se restringem a experiências individuais, mas compõem uma continuidade de apagamentos entre as gerações que ali viveram e entre outras personagens que também viveram em quartinhos. Nesse sentido,

o quarto não apenas guarda lembranças, mas funciona como arquivo sensível de uma história coletiva marcada pela repetição da dor e pela interdição do direito à inconsequência ou da fase de ser criança.

A configuração espacial desse quartinho não é neutra, pois, conforme discutido por Lima, Campos e Santos (2022), há uma hierarquia na construção arquitetônica desse espaço, portanto, segundo os referidos autores:

A hierarquia de poder expressa no modelo padrão de configuração dos espaços de serviço, principalmente em apartamentos, intensifica a sensação de inferioridade e subversão do empregado em relação aos empregadores. O espaço construído transmite a lógica de mundo daqueles que detém o poder nas esferas social e econômica, bem como da ordem capitalista, e que molda posturas, sem haver necessariamente uma verbalização, na medida em que são comunicados de forma simbólica e a todo tempo, que existem diferenças de poder entre os usuários da habitação. (Lima, Campos, Santos, 2022, p. 337)

A hierarquia arquitetônica de espaços, como o quartinho, é utilizada para reforçar corpos subalternizados às zonas invisibilizadas do apartamento, evidenciando que a própria organização espacial da casa opera como uma reatualização simbólica de estruturas coloniais. Desse modo, a conceituação acerca do racismo cotidiano, segundo Grada Kilomba (2019), compreende-se não como um evento isolado, mas como um acúmulo de episódios que repetem, no presente, os traumas de uma história colonial ainda vigente, pois

[...] o racismo cotidiano não é um evento isolado, mas sim um acumular de episódios que reproduzem o trauma de uma história colonial coletiva. O choque violento, portanto, resulta não somente da agressão racista, mas também da agressão de ser colocada (de volta) no cenário colonial. (Kilomba, 2019, p. 218)

A partir do que discute Kilomba (2019), o quarto de empregada pode ser compreendido como um espaço que reinscreve, no cotidiano doméstico, o cenário colonial, na medida em que mantém sujeitos negros constantemente posicionados em lugares de subalternidade, vigilância e silêncio, o que Mabel reflete exatamente isso, pois, compreendeu o seguinte acerca da casa de Jurandir e seus filhos: “Jura era viúvo. Eram só ele e dois filhos morando no apartamentinho perto da garagem. Reparei mais uma vez que, para quem não era patrão, tudo era “inho”: quartinho, apartamentinho, banheirinho...” (Cruz, 2022, p. 35).

Entende-se que esses espaços são relegados aos silêncios e à invisibilidade, portanto, o confinamento do quarto de empregada, vivido por Eunice e Mabel, não se dá apenas pela limitação física do espaço, mas pela repetição simbólica de um regime de controle que transforma a casa em território de dominação. Assim, o quarto de empregada materializa o

choque violento descrito por Kilomba (2019), haja vista que a agressão não está somente nos atos explícitos de racismo, mas na permanência forçada em um espaço que reafirma, diariamente, a condição de não pertencimento e de não humanidade plena.

O quarto de empregada consolida-se como um espaço narrativo de confinamento, testemunho e memória traumática em *Solitária*. Ao conceder voz a esse cômodo marginalizado no apartamento dos patrões brancos e ricos, a autora desloca o olhar do centro para a margem e evidencia que é justamente nos espaços relegados ao silêncio que se acumulam as marcas mais profundas da violência racial e de classe. Por fim, esse espaço arquitetônico construído em casas e apartamentos de luxo revela-se como um operador narrativo fundamental para compreender as dinâmicas de aprisionamento físico e simbólico que atravessam a vida das personagens negras no romance, tensionando o racismo estrutural que atravessa esses corpos há muitas décadas.

4.2.3 Lar da Eunice

O lar de Eunice, no romance *Solitária*, configura-se como um espaço simbólico fundamental para a compreensão de sua subjetividade, de suas memórias e de sua resistência frente às violências do trabalho doméstico. Diferentemente do apartamento dos patrões, marcado pela hierarquia, vigilância e controle, a casa de Eunice é narrada como um espaço de afeto, ancestralidade e pertencimento, ainda que atravessado por limitações materiais e sociais.

Para Bachelard (1993), no capítulo *O ninho*, de *A poética do espaço*, discute-se a imagem do ninho como uma metáfora da casa, ou seja, faz uma analogia de que a casa humana ideal é aquela que se aconchega exatamente como um ninho animal, pois, “O ninho, como toda imagem de descanso, de tranquilidade, associa-se imediatamente à imagem da casa simples. Da imagem do ninho à imagem da casa ou vice-versa, as passagens só se podem fazer sob o signo da simplicidade” (Bachelard, 1993, p. 261).

A partir da perspectiva teórica acerca da analogia entre ninho e casa, em que o homem se sente feliz no seu ninho, com a simplicidade, com a infância marcada por meio de memórias afetivas, é que se discute a moradia de Eunice, na sua casa, com a sua mãe, Dona Codinha, com as memórias que construíram e constroem em seu lar, bem como a partir da vivência de Mabel, que, apesar de estar no ninho-casa somente aos finais de semana, consegue sentir pertencimento, aconchego, lar, é como se um pássaro voltasse ao ninho.

Em contrapartida, embora o lar de Eunice fosse um ninho, o trabalho doméstico estava minimizando essa relação, ou seja, devido ao trabalho excessivo, à carga horária exaustiva,

Eunice e Mabel moravam, mas não habitavam no apartamento dos patrões, assim, Eunice, confusa pelo distanciamento físico da casa, questionava o seu pertencimento a ela, pois, segundo Eunice, “Nem sei se podia chamar mais aquele lugar de minha casa. Mamãe ficava lá, coitadinha, sob o olhar de uma vizinha que me ligava sempre para dar notícias e dizer se faltava alguma coisa” (Cruz, 2022, p. 98), percebe-se que o trabalho exigia de Eunice o distanciamento cada vez maior do seu ninho, impedindo-a de viver com os seus e de oferecer cuidados à sua mãe que estava doente, evidenciando que Eunice deixava de cuidar de sua vida para cuidar da vida dos patrões, servindo ainda, como babá da filha do casal.

A patroa, D. Lúcia, nutria por Eunice um sentimento de posse, que a impossibilitava de cuidar e de ter a sua vida junto aos seus, assim, essa narrativa corrobora com a época colonial em que famílias ricas e brancas tinham serviçais em suas casas quase que como um bem, desse modo, “a naturalização do fato de um indivíduo doar a maior parte de sua vida produtiva a uma família a ponto de não ter possibilidade de construir a sua própria, de construir uma individualidade, advém muito da concepção de posse em relação a essas empregada.” (Porfírio, 2021, p. 130).

Ao passo que o apartamento de luxo no Golden Plate tensionava esse sentimento de posse e esse aprisionamento de Eunice, a sua casa era um ninho, pois, ao narrar sobre o retorno à casa, Eunice afirma:

[...] fomos nos aproximando devagar do portão, conduzidas pelo cheiro crescente das frutas e flores que viviam em nosso pedaço de chão tão reduzido. Cada uma contava uma história. O limoeiro tinha vindo de uma muda que a mãe da vizinha nos dera. A goiabeira, as suculentas, a roseira, as margaridas e as outras flores haviam sido plantadas pelo Sérgio, ao lado de uma espada-de-são-jorge e um pé de mamona que simplesmente apareceram ali. Mamãe cultivava pinhão-roxo, vence-demanda, arruda e um monte de outras plantas num canteiro que muita gente acharia inacreditável. Lá, cada coisa tinha utilidade para alguma cura. (Cruz, 2022, p. 101-102)

Observamos, então, que a obra literária discute essa memória, esse sentimento de lar, de pertencimento entre os moradores daquela casa, inclusive, as benfeitorias de Sérgio para mantê-la aconchegante e com aspecto de ninho, como as plantações feitas por ele. Sérgio, ex-marido de Eunice e pai de Mabel, um exímio jardineiro, mas, a pequena casa e a realidade que eles viviam demonstrava uma espécie de confinamento para ele, pois, em breves considerações sobre Sérgio, temos

Sérgio era um rapaz direito, morava com os tios e trabalhava, então d. Codinha foi relaxando, e até gostava muito dele. Mabel era a luz dos olhos do pai. Lembro até hoje de quando ele plantou com ela uma goiabeira. As mãozinhas

dela, tão pequenas, abrindo a terra, e ele ensinando, falando que a terra era boa com quem era boa com ela... mas ele queria o mundo. Sérgio tinha uma coisa de querer conhecer coisas novas. Sonhava com viagens para lugares a que nunca teríamos condições de ir. (Cruz, 2022, p. 82)

Compreende-se, assim, que o ninho-casa era pequeno demais para Sérgio, ele era trabalhador, mas não conseguia ascender, ele sonhava, mas não conseguia realizar, sonhava com o mundo, com viagens para lugares dito impossíveis para eles, então, esse espaço era um ambiente de confinamento para Sérgio, que não se sentia pertencente, que não estava feliz, pois, “Papai sempre foi um homem que achava que o céu era um teto melhor que o das casas. A rua o atraía enormemente.” (Cruz, 2022, p. 41).

O lar de Eunice configura-se como um espaço ambíguo, ou seja, ninho e confinamento. Para Eunice e Mabel, a casa no subúrbio é o lugar do afeto, da memória compartilhada, da ancestralidade que se manifesta no cultivo das plantas, nos cheiros, nas histórias e na presença de Dona Codinha, o que reflete um espaço de pertencimento e resistência frente às violências do trabalho doméstico. No entanto, para Sérgio, esse mesmo espaço revela-se insuficiente para conter seus desejos de mobilidade, de mundo e de futuro, funcionando como um ambiente de aprisionamento simbólico.

Nesse sentido, a casa de Eunice, ainda que simbolizada como ninho à luz da poética bachelardiana, não pode ser compreendida fora das estruturas sociais que atravessam as vidas das personagens negras e pobres, conforme barreiras estruturais e arquitetônica, por exemplo, “No quintal da nossa pequena casa, [...]” (Cruz, 2022, p. 11), além de “Tínhamos asas condicionadas que vez ou outra nos levavam para outros pousos: nossa casinha no subúrbio distante [...]” (Cruz, 2022, p. 69). Dito isso, o trabalho doméstico, a exploração do tempo, a distância imposta entre o cuidar de si e o cuidar do outro, bem como os limites materiais e simbólicos da moradia, revelam que esse lar também é tensionado por dinâmicas de confinamento, pois, ao mesmo tempo em que acolhe, o lar de Eunice também evidencia as fronteiras impostas pela raça, pela classe e pelo gênero.

Portanto, valendo-se da categoria ninho-casa, Eunice compreende que, apesar da estrutura reduzida, das dificuldades financeiras e das dificuldades de classe, em sua casa, existia bens de valores inestimáveis, pois, “Depois de passar cinco anos apenas na minha própria casa, observei que lá, ao contrário do apartamento da d. Lúcia e do seu Tiago, as coisas que tinham história eram outras.” (Cruz, 2022, p. 127), o que confirma a compreensão teórica de Bachelard de que a casa não se define por sua materialidade ou grandiosidade estrutural, mas pela densidade simbólica, afetiva e memorial que abriga, constituindo-se como um espaço de proteção, pertencimento e intimidade.

Assim, observa-se que, no lar de Eunice, o valor dos objetos e do espaço não reside na materialidade ou no luxo, mas nas experiências compartilhadas, nas memórias construídas e nos vínculos afetivos entre os membros da casa conquistados durante o tempo. Logo, diferentemente do apartamento de luxo dos patrões, marcado pela ostentação e pela ausência de história vivida, a casa de Eunice concentra narrativas, afetos e práticas cotidianas que conferem sentido à existência de seus moradores.

O ninho-casa, ainda que atravessado por limitações materiais e por dinâmicas de confinamento impostas pela raça, pela classe e pelo trabalho doméstico, constitui-se como um espaço de resistência simbólica, no qual a memória, o pertencimento e o afeto operam como formas de enfrentamento às violências estruturais, exatamente como Dona Codinha pede que Eunice faça “cuide de sua vida”, além do que ordena que Mabel siga valorizando sua crença e ancestralidade, pois, em *Solitária*, há contextos que atravessam a vida das personagens negras, reafirmando o lar como espaço de sustentação identitária frente às violências do racismo estrutural.

4.2.4 Quarto de descanso

Eliana Alves Cruz apresenta o quarto de descanso como uma simbologia da liberdade, é uma forma de narrar que, finalmente, Eunice, Mabel, as personagens negras centrais, bem como Jurandir, João e Cacau, o porteiro e seus filhos, poderiam viver livres, ou seja, livre das amarras de uma relação humilhante, degradante e refém de pessoas brancas e ricas que reproduzem a colonialidade moderna.

O capítulo já se inicia com o quarto de descanso analisando o quão foi difícil para Eunice e Mabel compreender a necessidade de conhecê-lo, pois o que elas vivenciaram no quatinho de empregada precisava ficar definitivamente no passado. O quarto de descanso reflete sobre essa submissão da seguinte forma:

Não há paz enquanto se habita o tumultuado quarto de despejo — seja ele real, seja metafórico. O silêncio da solitária é um estrondo, uma trovada de desprezo que não para de soar na cabeça e na alma. Não à toa ela foi utilizada como forma de castigo. Apenas espíritos muito resistentes não se afetam pelo preterimento, e isso não é uma vantagem, porque não é humano. Foi com a consciência muito atenta a esse fato que Mabel e Eunice finalmente deixaram chegar em suas vidas. Não o quatinho de despejo, mas o de descanso. (Cruz, 2022, p. 158)

Observamos, então, que, até mesmo diante da futura liberdade, Eunice tinha dificuldade de se libertar das amarras construídas na relação entre Eunice e os ex-patrões, pois, “Eunice, pelo amor que sempre devotara a Camila, teve até febre no dia anterior ao depoimento.” (Cruz, 2022, p. 159). A febre de Eunice demonstrava um sentimento que ela nutria pela filha de D. Lúcia e Sr. Tiago, além do que a fazia sofrer, pois, ela estava ciente de que a atitude de Camila a tornaria finalmente responsável por sua negligência e seu total abandono a Gilberto.

Nessa direção, o quarto de descanso não se constitui, de imediato, como um espaço de repouso pleno, pois a experiência do confinamento anterior ainda reverbera no corpo e na memória de Eunice. Dito isso, a dificuldade de se libertar das amarras construídas na relação com os ex-patrões evidencia que o descanso, para a mulher negra, não é um estado natural, mas uma conquista atravessada por culpa, medo e adoecimento. Bachelard (1993, p. 344) afirma que “o quarto é, em profundidade, nosso quarto”, logo, quando ele deixa de nos limitar é o momento que nos encontramos no fundo de seu repouso, assim, tal repouso só se torna possível após o rompimento com os espaços de subalternidade que aprisionam o sujeito, a exemplo do caso de Eunice, o repouso não precede a libertação, mas é a consequência dela.

Ao afirmar que “não há paz enquanto se habita o tumultuado quarto de despejo”, o próprio espaço-personagem reconhece que o descanso só se torna possível quando há ruptura com o confinamento simbólico imposto pela colonialidade do cotidiano. Assim, o quarto de descanso não apaga o passado, mas reflete uma resposta política à experiência prolongada da solitária que Eunice e Mabel vivenciaram, assim, Eunice “[...] finalmente fechou a porta da solitária, deixando-a para sempre, e abriu a minha, a porta do consultório da dra. Mabel Pereira da Silva.” (Cruz, 2022, p. 160-161). Além de Eunice, Mabel fechou definitivamente esse vínculo com os ex-patrões de sua mãe, tornando-se médica e, além disso, oportunizando à mãe uma liberdade diante de um aprisionamento social, racial e emocional há tantos anos.

O quarto de despejo e a solitária, nesse sentido, materializam aquilo que Grada Kilomba (2019, p. 27) descreve como a experiência histórica de sujeitos negros impedidos de ocupar determinados espaços, pois, segundo a autora, trata-se de “uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes”. Assim, tais espaços não se configuram apenas como ambientes físicos de isolamento, mas como dispositivos simbólicos de interdição, nos quais o silêncio, a invisibilidade e a restrição espacial operam como mecanismos de controle racial e social, reiterando a lógica histórica que destina corpos negros aos lugares de subalternidade e confinamento. Em contraposição a esses espaços de interdição,

o consultório de Mabel emerge como um espaço de ressignificação simbólica, no qual o silêncio já não se associa ao apagamento, mas à elaboração da memória e à construção de pertencimento.

A personagem Mabel, simbolicamente, permanece em silêncio no seu consultório, refletindo não somente a atitude de sua mãe no depoimento, mas, muitas vivências e suas marcas, assim, “Ela ficou um longo tempo em silêncio, pensativa, mas aparentemente em paz. Sentou-se na cadeira giratória, olhando com cuidado cada detalhe do consultório.” (Cruz, 2022, p. 161)” Para ela, o quarto de descanso também se constrói como espaço de reconciliação com a memória e com a ancestralidade, perceptível nos objetos que compõem o ambiente, a citar: a santinha herdada da mãe, a planta trazida do Pará, o chá feito a partir de uma muda cultivada pela família. Esses elementos inscrevem no espaço a continuidade de uma história que foi, por muito tempo, minimizada pela exploração do trabalho doméstico e pelo apagamento das subjetividades negras. Quando o quarto é definido como aquele que carrega “o cheiro da nossa própria vida” (Cruz, 2022, p. 161), a narrativa afirma o direito ao pertencimento, à memória afetiva e à construção de um lar que não esteja submetido à lógica da servidão.

Para Mabel e Eunice, a partir daquele momento, o quarto de descanso se materializa como uma ruptura com a colonialidade que historicamente organizou os espaços destinados aos corpos negros no interior da casa burguesa. A partir da narrativa literária, observamos que o trabalho doméstico impôs à Eunice e Mabel uma existência marcada pela vigilância, pelo cansaço e pela negação do repouso, esse novo espaço afirma o descanso como direito e como prática de liberdade. Tensionamos esse novo espaço como um gesto político, pois, em um sistema que naturaliza a exaustão da mulher negra, descansar é resistir à lógica que associa valor humano à produtividade contínua, como se a mulher negra existisse para produzir, e não para descansar.

O quarto de descanso encerra o percurso espacial analisado neste capítulo ao se constituir como o contraponto simbólico aos espaços confinadores de *Solitária*. Ao transformar o espaço doméstico em lugar de autonomia, memória e reconstrução subjetiva, Eliana Alves Cruz demonstra que a libertação das personagens negras não se efetiva apenas pela saída do espaço opressor, mas pela possibilidade de reinscrever o corpo e a vida em um espaço que não aprisiona.

Portanto, ainda que o quarto de descanso não apague a memória da solitária, ele a ressignifica ao converter um espaço antes associado ao confinamento, ao silêncio e à subalternização em um lugar de pertencimento, cuidado e elaboração da memória. Nesse sentido, o repouso deixa de ser apenas uma pausa física e passa a constituir-se como um gesto político de (re)existência, no qual Eunice e Mabel afirmam o direito de habitar um espaço que

não as aprisiona, mas as reconhece em sua dignidade e humanidade plena. Assim, o quarto de descanso na narrativa consolida-se como a materialização da ruptura com a lógica espacial da colonialidade doméstica, encerrando o percurso do confinamento para a autonomia e reafirmando que habitar um espaço de descanso próprio significa, sobretudo, habitar a si mesmas após uma trajetória histórica de silenciamento e aprisionamento.

4.3 Intersecções entre personagens, espaços de confinamento e autoria negro-femininas

A obra literária *Solitária* traduz, de maneira ficcional, uma escrita que corrobora com a categoria Escrivivência, postulada por Conceição Evaristo, exatamente pelo viés de oportunizar ao centro das narrativas os sujeitos historicamente silenciados: as empregadas domésticas, majoritariamente mulheres pobres e negras. Assim, ao dar visibilidade a essas personagens, a autora discute o trabalho doméstico e como ele tem sido imposto, ao longo da história brasileira, como uma das poucas alternativas de sobrevivência para mulheres negras em uma sociedade que ainda reproduz discursos e atitudes racistas, misóginas e preconceituosas. Desse modo, observamos que a narrativa não reproduz apenas histórias individuais, mas, literariamente, apresenta experiências conjuntas que são marcadas pela exclusão social e pela colonialidade do poder.

Conforme discutido, há, nas personagens negras e periféricas, como Eunice, Mabel, Irene, Dadá, Hilda, Dona Codinha e Luzia, além dos homens negros e pobres, Jurandir e seus filhos, uma tentativa de representar o social, o que se confirma a partir de características, de narrativas e de discussões de espaços físicos e simbólicos do apagamento social, desnudando marcas de um racismo que advém desde o Período Colonial.

Nessa intersecção entre personagens negras e espaços de confinamento, compreendemos como o romance constrói uma cartografia da exclusão, na qual o espaço opera como elemento disciplinador e produtor de silêncios. As vozes dessas personagens são frequentemente atravessadas por uma não-humanidade imposta, perceptível na desvalorização do trabalho doméstico, na ausência de direitos trabalhistas, na segregação de objetos e ambientes, por exemplo, a separação entre a geladeira dos patrões e a da empregada, e, ainda, de modo mais violento, na negação da infância às crianças negras, permitidas no espaço doméstico apenas sob a condição de invisibilidade, o que demonstra uma espacialização do racismo que regula corpos, afetos e possibilidades de existência.

A partir do que discute Cuti (2010) sobre a produção de autorias negro-brasileiras, observa-se que Eliana Alves Cruz se inscreve no campo da autoria negro-feminina como uma

escritora que contribui para a chamada abertura da mordaza, ou seja, para a emergência de vozes historicamente interdidas. Ainda que muitas de suas personagens carreguem marcas de submissão e silenciamento, a narrativa se distancia de desfechos tradicionalmente trágicos atribuídos a sujeitos negros na literatura brasileira. Em *Solitária*, há personagens negras que ascendem socialmente, a exemplo de Mabel e Eunice, pois, Mabel tornou-se médica e Eunice rompe, ainda que de forma tensionada, com as amarras de uma lógica que se aproxima da escravidão moderna, o que evidencia um deslocamento importante no modo como a autora constrói o destino dessas personagens.

A partir da construção dessas personagens de Eliana, Conceição Evaristo defende que “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande”, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.” (2007, p. 21), o que confirma a escrita dessas mulheres negras trabalhadoras domésticas que rompem estereótipos e alcançam leitores conscientes e politizados acerca do racismo no Brasil, sobretudo, no trabalho doméstico. A narrativa evidencia como discursos que acusam mulheres negras de preguiça ou dependência de políticas públicas funcionam, na realidade, como estratégias de camuflagem do preconceito, sobretudo quando essas mulheres recusam condições de trabalho análogas à escravidão, marcadas pela ausência de direitos e pela naturalização da violência simbólica.

Os indivíduos brancos tendem a classificar mulheres negras que não se submetem a qualquer trabalho como preguiçosas ou dependentes de políticas públicas, mas, tais atos são atitudes que camuflam o preconceito, pois, optam por não aceitar que a vaga de emprego nos moldes da escravidão moderna, sem garantias trabalhistas, além do que há a segregação racial no que diz respeito a atos e falas racistas.

Por fim, ao articular personagens, espaços de confinamento e uma autoria negro-feminina comprometida com a denúncia e a memória, *Solitária* se consolida como uma narrativa que desestabiliza as hierarquias raciais e sociais historicamente construídas. Dito isso, o romance evidencia que os espaços não são neutros, mas produtores de subjetividades e desigualdades, e que a literatura, quando atravessada por epistemologias negras, pode funcionar como instrumento de resistência, denúncia e reescrita da história. Eliana Alves Cruz não apenas representa a experiência de mulheres negras no trabalho doméstico, mas reinscreve essas vidas no campo da literatura brasileira contemporânea como sujeitos de voz, memória e agência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa dissertativa, refletimos como as relações do saber, do poder e do ser (Maldonado-Torres, 2019) têm relegado às pessoas negras os espaços subalternos, no entanto, como importante ferramenta teórica, social e política, a Literatura Negro-brasileira tem estado em ascensão na sociedade brasileira, sobretudo, por um percurso não somente da literatura contemporânea, mas, especialmente, por vozes outrora silenciadas, como a de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus.

A obra literária *Solitária* (2022), escrita por Eliana Alves Cruz, autora negra, emerge na contemporaneidade para tensionar espaços relegados à mulher negra na sociedade, como o trabalho doméstico, desnudando uma prática que é herança de um período escravista. Tensionamos questões teóricas e metodológicas sobre a importância de vozes negras femininas, a exemplo de Conceição Evaristo, cujo conceito de *Escrevivência* é fundamental para a análise do romance objeto dessa pesquisa, haja vista o ímpeto da escrita narrativa a partir da vivência de pessoas negras.

O estudo buscou atingir o objetivo geral, qual seja a análise crítica e analítica acerca da representação das empregadas domésticas da literatura negro-brasileira contemporânea a partir da obra *Solitária*, por isso, compreendemos a importância da decolonialidade no que diz respeito ao rompimento com a matriz colonial que impõe e segrega o *Outro* a espaços confinadores, como o ambiente do trabalho doméstico. Além disso, refletimos a importância do Feminismo Negro, a partir da interseccionalidade (Akotirene, 2022), ou seja, compreender não apenas sob o viés de gênero, mas de raça e de classe, pois, é fundamental essa voz racialidade na produção de obras literárias negro-femininas.

Nesse ínterim, compreendemos o viés social, histórico e contemporâneo da obra literária, o que oportunizou um estudo da legislação brasileira exatamente para tensionar como a jurisdição assegura direitos, ainda que a passos lentos, às mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil, assim, relacionamentos diversas leis, como a PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72/2013) com as empregadas domésticas narradas no romance, com o fito de questionar e de dialogar como, ainda na atualidade, há exemplos reais de empregadas domésticas que ainda vivenciam as amarras de um passado colonial, sob a desculpa, muitas vezes, de discursos romantizados, como: “quase da família”, o que, muitas vezes, transforma essas mulheres em cidadãs reféns de emprego que a desumaniza.

A fim de compreender o impacto da representação das empregadas domésticas na obra *Solitária*, refletimos as personagens negras e trabalhadoras nas casas de patrões brancos e ricos,

sendo elas Eunice, Dadá, Hilda, Irene e Luzia. Assim, para compreender o viés denunciativo da obra literária, relacionamos teoria, como os estereótipos de que a mulher negra está destinada ao trabalho doméstico (González, 2020) e, dessa forma, entendemos como a sociedade ainda reproduz discursos raciais, sociais e misóginos, considerando marcas da colonialidade eufemizada de uma modernidade pós-colonial, no entanto, ratifica atitudes e práticas do período escravista.

Ainda na perspectiva de denúncia, como Cuti defende, a literatura negro-brasileira, especialmente o romance *Solitária*, que tensiona, inclusive, casos reais, como o do menino Miguel e sua mãe Mirtes Renata, além do que casos em que corpos negros são descartados com mais facilidade, como o da personagem Hilda, que é o primeiro corpo a morrer diante da pandemia de Covid-19, mais uma tentativa de representar o real a partir da ficção, embora tarefa impossível, mas, a partir dos escritos, é possível oportunizar ao leitor a reflexão de um racismo estrutural que ainda ecoa na atualidade.

Nesse sentido, refletimos o giro decolonial proporcionado pela autora negra Eliana Alves Cruz ao trazer para o centro da narrativa o protagonismo de personagens negras, discutindo ancestralidade, memória e pertencimento, a partir da personagem Dona Codinha, analisando os espaços de confinamento, como o quartinho da empregada, o banheirinho, o apartamentinho de Jurandir, o porteiro, e seus filhos João Pedro e Cacau, bem como reflete, ainda, a interseccionalidade de mulheres que têm o gênero, a raça e a classe amplamente em discussão, a considerar violências físicas que Eunice enfrenta no relacionamento com Sérgio, pai de Mabel.

É fulcral ratificar que a escrita de Eliana é potente e forte a partir de um viés denunciativo e memorialista (Halbwachs, 2013), pois, a partir de memórias individuais e coletivas, a autora aborda a personagem central Mabel, criança negra, filha da empregada doméstica Eunice. A personagem Mabel é escrita como uma criança que, embora invisível no apartamento dos patrões, é uma criança que (re)existe naquele espaço, tornando-o o apartamento e o quartinho não como uma moradia, mas como um espaço de resistência.

Soma-se a isso o processo de letramento de Eunice, impulsionado pela mediação pedagógica de Mabel, que tensiona a histórica negação do acesso à educação às mulheres negras trabalhadoras domésticas. Ao aprender a ler e a ouvir leituras de autoras negras, Eunice passa a reinterpretar sua própria trajetória, transformando a leitura em um gesto de consciência, memória e resistência. Desse modo, o letramento, na narrativa, não se limita à aquisição técnica da leitura, mas configura-se como prática político-epistêmica que rompe com o silenciamento

imposto pela colonialidade do saber, reafirmando a literatura como espaço de formação crítica e de reconstrução subjetiva.

Assim, compreendemos como Mabel subverte a lógica decolonial de que a filha da empregada doméstica deveria seguir os caminhos da mãe, o que ainda acontece na não-infância, Mabel surge como uma ajudante, no entanto, observamos, no decorrer da pesquisa, que Mabel rompe com as amarras de uma servidão que deixou sua avó, Dona Codinha, bem como a sua mãe, Eunice, submissas ao trabalho doméstico, dito isso, entendemos que, num viés de contracolonização (Santos, 2023), Mabel finalmente consegue romper o laço que deixa sua mãe refém, ascende socialmente por meio do ingresso no curso de Medicina, um curso historicamente elitizado, majoritariamente ocupado por sujeitos brancos e pertencentes às classes economicamente privilegiadas.

No viés dos espaços, estudamos como há espaços que são construídos para desumanizar corpos, especialmente, de corpos negros, e é exatamente sobre essa perspectiva que refletimos o apartamento dos patrões, um ambiente luxuoso que fora feito para dar o mínimo de dignidade às empregadas domésticas, com o quatinho de empregada ao lado da cozinha a fim de que estivesse sempre pronto para servir. Além disso, estudamos, também, o quarto de descanso, espaço em que a autora negra apresenta uma fase de descanso às personagens negras, como uma espécie de liberdade frente ao apagamento que vivenciaram durante tantos anos.

Ao longo da análise, evidenciou-se que o romance *Solitária* aborda uma reconfiguração simbólica dos espaços, deslocando-os de uma lógica de confinamento para uma lógica de resignificação, especialmente no que concerne à trajetória de Eunice e Mabel, haja vista que, em um primeiro momento, o quatinho, a área de serviço e a própria estrutura do apartamento de luxo dos patrões funcionam como dispositivos de controle racial, social e afetivo, ao final da narrativa observa-se a emergência de espaços outros, marcados pelo pertencimento, pela memória e pela dignidade.

Assim, essa discussão acerca do espaço na obra literária reflete que não se trata apenas do cenário que ambienta as personagens, mas apresenta uma categoria crítica que revela as marcas da colonialidade inscritas na vida cotidiana das trabalhadoras domésticas. Assim, tanto a passagem da solitária para o quarto de descanso, quanto a ascensão de Mabel ao consultório médico representam não somente mobilidade social, mas, sobretudo, a conquista do direito de habitar espaços que antes lhes eram historicamente negados, consolidando a literatura negro-brasileira como um campo de elaboração estética e política das experiências negras femininas na contemporaneidade.

Além disso, esta pesquisa buscou contribuir não apenas para o campo dos estudos literários, mas também para os debates interdisciplinares que envolvem raça, gênero, classe e trabalho no Brasil contemporâneo. Ao articular literatura, teoria decolonial, feminismo negro e memória, o estudo reafirma a literatura negro-brasileira como um campo legítimo de produção de conhecimento, capaz de tensionar discursos hegemônicos e de provocar deslocamentos epistemológicos, conforme defendido por Cuti, importante expoente teórico da literatura negro-brasileira: “a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação” (2020, p. 7)

A análise do romance *Solitária* evidencia como a ficção literária pode operar como um espaço de denúncia das violências estruturais que atravessam a experiência das mulheres negras trabalhadoras domésticas, ao mesmo tempo em que produz narrativas de resistência, pertencimento e (re)existência. Nesse sentido, a presente pesquisa ratifica a importância de se conhecer e ler obras de autoria negra não apenas como representação estética, mas como prática política, pedagógica e ética, que confronta a colonialidade do saber e reivindica novas formas de narrar a história social brasileira a partir das margens.

Por fim, compreendemos que as reflexões aqui desenvolvidas não se encerram em si mesmas, mas abrem caminhos para investigações futuras que continuem a problematizar as representações do trabalho doméstico e dos espaços de confinamento na literatura brasileira. Ao colocar em evidência personagens como Eunice e Mabel, *Solitária* convoca o leitor a rever naturalizações históricas e a reconhecer que as estruturas de opressão ainda operam de forma contínua, embora frequentemente disfarçadas por discursos de afeto e cordialidade. Por isso, esta pesquisa se confirma como uma importante ferramenta para a valorização de narrativas que rompem silêncios, desestabilizam hierarquias e inscrevem, no centro do debate literário, as vozes negras femininas que historicamente foram relegadas às margens.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **O que é ser uma escrita negra hoje, de acordo comigo: dois ensaios e uma conversa**. São Paulo: Todavia, 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ALVES, Miriam. Entrevista com Miriam Alves. *In*: OLIVEIRA, Felipe Alves de. **Gláuks: Revista de Letras e Artes**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 197-203, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/216/143>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2022.
- ARAÚJO, Shaianna da Costa; MENDES, Algemira de Macêdo. Deixando os nossos cabelos em paz: negritude, escrevivência e pensamento feminista negro na poesia de Cristiane Sobral. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 112–145, 2025. DOI: 10.11606/va.v26.n1.2025.208899. Disponível em: <https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/208899>. Acesso em: 3 set. 2025.
- ATO marca 5 anos da morte do menino Miguel e pede resolução do caso ao TJPE: ‘Se fosse o contrário, caso já estaria resolvido’, diz mãe. **G1**, Pernambuco, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2025/06/02/ato-marca-5-anos-da-morte-do-menino-miguel.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BARBOSA, Roberta Tiburcio. Diálogos interculturais em *nada digo de ti que em ti não veja*. **Travessias Interativas**, São Cristóvão, n. 25, v. 12, p. 272-280, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.51951/ti.v12i25.p272-280>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.078, de 27 de fevereiro de 1941**. Dispõe sobre a lotação dos empregados em serviço doméstico. Diário Oficial da União, Brasília, 28 fev. 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3078-27-fevereiro-1941-413020-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 16.107, de 30 de julho de 1923**. Aprova o regulamento para o serviço doméstico. Diário Oficial da União, Brasília, 1 ago. 1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1920-1929/decreto-16107-30-julho-1923-526605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.009, de 1º de maio de 2024.** Promulga os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho. Diário Oficial da União, Seção 1 (Edição Extra), Brasília, 1 maio 2024, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-12009-1-maio-2024-795553-publicacaooriginal-171656-pe.html>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013.** Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Diário Oficial da União, Brasília, 03 abr. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 02 jun. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.** Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 dez. 1972. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5859.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 dez. 2025

BRASIL. **Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001.** Altera a Lei nº 5.859/72, dispondo sobre a obrigatoriedade de inscrição do empregado doméstico no FGTS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 mar. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS//LEIS_2001/L10208.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, 10 mar. 08. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e complementa dispositivos da Lei Complementar nº 150/2015. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.636, de 25 de julho de 2023**. Inscreve o nome de Laudelina de Campos Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.635-de-25-de-julho-de-2023-498827811>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres: dos mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos no país, 91,1% são mulheres**. Gov.br, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. **1ª Vara dos Crimes contra a Criança e o Adolescente da Capital, juiz José Renato Bizerra**. Processo nº 0004416-62.2020.8.17.0001, sentença, 1 jun. 2022. Recife, [s.n.]. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/se/sentenca-sari-corte-real.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CAMPOS, Mateus; BIANCHI, Paula. Como Conceição Evaristo perdeu sua cadeira na ABL. **The Intercept Brasil**, São Paulo, 30 ago. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CAMPOS, Vanessa Lopes Coutinho. **Um olhar sobre a história, as histórias e as memórias no universo literário de Carolina Maria de Jesus**. 2021. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Todavia, 2023.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. O feminismo decolonial de María Lugones: colonialidade, gênero e interseccionalidade. **Revista TOMO**, São Cristóvão, v. 42, e17757, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v42i.17757>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CASTRO, Amanda Motta; COSTA, Gabriele. **Lélia González**. In: MARINHO, Thaís Alves; SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. (org.). Dicionário biográfico: histórias entrelaçadas de mulheres afrodiáspóricas. Goiânia: Tempestiva, 2024.

CHAMADA de ‘Vó Preta’, doméstica foi mantida em condições análogas à escravidão por 3 gerações em MG; patrões terão que pagar R\$ 2 milhões em indenização. **G1**, Juiz de Fora, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/11/20/chamada-de-vo-pret-domestica-foi-mantida-em-condicoes-analogas-a-escravidao-por-3-geracoes-em-mg-patroes-terao-que-pagar-r-2-milhoes-em-indenizacao.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CLEONICE Gonçalves, primeira vítima da Covid-19 no Brasil, simboliza impactos desproporcional da pandemia sobre a população negra. **Mundo Negro**, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/cleonice-goncalves-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-simboliza-impacto-desproporcional-da-pandemia-sobre-a-populacao-negra/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CRUZ, Eliana Alves. **Escrever é conspirar com Eliana Alves Cruz / Especial FLITI**. Youtube, 15 dez. 2023. 1 vídeo (5min24s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HGg-5bsV9Io>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CRUZ, Eliana Alves. Entrevista com a escritora Eliana Alves Cruz. **Medium: Books Livraria**, 17 set. 2018. Disponível em: <https://medium.com/blooks/entrevista-com-eliana-alves-cruz-d339656eb6bd>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

DESEMBARGADOR é suspeito de manter mulher surda que nunca aprendeu Libras em trabalho análogo à escravidão por 37 anos. **Fantástico G1**, 11 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/06/11/desembargador-e-suspeito-de-manter-mulher-surda-que-nunca-aprendeu-libras-em-trabalho-analogo-a-escravidao-por-37-anos.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2026.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; GOÉS, Emanuelle. Aborto e raça no Brasil: Pesquisa Nacional de Aborto 2016 a 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, p. 3085-3092, 2023.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura Afro-brasileira: elementos para uma conceituação. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 77-90, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/9/9>. Acesso em: 03 set. 2025.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. In: *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. v. 4 (História, teoria, polêmica). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de minha escrita**. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: EVARISTO, Conceição. *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. Depoimento concedido em 25 jul. 2020, durante encontro virtual com Angela Dannemann, Constância Lima Duarte, Eduardo de Assis Duarte, Fernanda Felisberto, Goya Lopes e Isabella Rosado Nunes. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-54. Disponível em: [https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/404636/mod_resource/content/1/EVARISTO %20A%20escrevivencia%20e%20seus%20subtextos.pdf](https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/404636/mod_resource/content/1/EVARISTO%20A%20escrevivencia%20e%20seus%20subtextos.pdf). Acesso em: 20 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A nebulosa do (auto)biográfico: vidas vividas, vidas escritas**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

FREITAS, Lorena Martoni de. A crítica de Spivak à Foucault. **Revista Humus**, [s.L.], v. 10, n. 29, p. 25-42, 2020. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/13967/7829>. Acesso em: 22 jul. 2025.

GONÇALVES, A. M. Ana Maria Gonçalves. **Literafro: Portal da literatura afro-brasileira**, Universidade Federal de Minas Gerais, 27 de fevereiro 2025. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/443-ana-maria-goncalves>. Acesso em: 03 set. 2025.

GONÇALVES, Ana Maria. **JN: Escritora Ana Maria Gonçalves é eleita para a Academia Brasileira de Letras**. Youtube, 10 jul. 2025. 1 vídeo (4min14s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YL4ub62xyjA&t=254s>. Acesso em: 20 jul. 2025.

GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos L. O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro,

v. 17, n. 2, e5759, nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5759>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOVERNO do RJ confirma a primeira morte por coronavírus. **G1**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghml>. Acesso em]: 17 jul. 2025.

GUEDES, Paulo. **O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira que o dólar mais alto é “bom para todo mundo”**. YouTube, 2 jul. 2025. 1 vídeo (3 min 45 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bLGlc4cVP8Q>. Acesso em: 16 jul. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvi Libanio. 15. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2024.

hooks, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução de Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. abr./jul. 1988, p. 30-4, 1988. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Agência de Notícias IBGE, Brasília, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 22 jul. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, Victor; FERREIRA, Lenne (edição). Entrevista: Mirtes transforma luto por morte de Miguel em luta. **Alma Preta Jornalismo**, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/mirtes-transforma-luto-por-morte-de-miguel-em-luta/>. Acesso em: 3 set. 2025.

LIMA, Jéssica Caroline Rodrigues de; CAMPOS, Rafael Alves de; SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. Arquitetura da desigualdade: o quarto de empregada como comunicador de uma ordem social estratificada. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. 41, p. 333-360, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1332>. Acesso em: 19 fev. 2026.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *et al.* Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MARINHO, Thaís Alves; SOUSA, Kamila Sales de; FERREIRA, Heridan de Jesus Guterres Pavão. **Maria Firmina dos Reis**: a primeira romancista brasileira. In: MARINHO, Thaís Alves; SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva (org.). Dicionário biográfico: histórias entrelaçadas de mulheres afrodiáspóricas. Goiânia: Tempestiva, 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MIRANDA, Fernanda R. **Silêncios prescritos**: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006). 2. ed. Rio de Janeiro: Malé, 2019.

MIRANDA, Jandira Sodré. **Maria Beatriz do Nascimento: intelectual, negra e mulher na História Atlântica**. In: MARINHO, Thaís Alves; SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. (org.). Dicionário biográfico: histórias entrelaçadas de mulheres afrodiáspóricas. Goiânia: Tempestiva, 2024.

MORAES, Claudia Letícia Gonçalves; SOUSA, Rayron Lennon Costa. **Novas formas e pensar o cânone literário**: alteridade e decolonialidade no conto *No seu pescoço*, de Chimamanda Ngozi Adichie. In: MORAES, C. L. G; SOUSA, R. L. C. (org.). Conexões atlânticas: ensaios sobre literaturas africanas e afro-brasileiras. Campinas: Pontes, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratss. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOIS – Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde. **Nota Técnica 11 – Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. 27 maio 2020. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2020/05/NT11-An%C3%A1lise-descritiva-dos-casos-de-COVID-19.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2026.

OBRAS literárias – PAES 2026. UEMA, São Luís, 22 abr. 2025. Disponível em: <https://www.uema.br/wp-content/uploads/2025/04/Obras-literarias-Paes-2026.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 189, de 16 de junho de 2011**. Sobre o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos. Promulgada pelo Decreto nº 12.009, de 1º de maio de 2024. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 31 ago. 2025.

PINHEIRO, Fernanda Regina Martins; MENDES, Algemira de Macêdo. **Ancestralidade e escrevivência em Ponciá Vivêncio de Conceição Evaristo**: “autorizar o texto da própria vida

e construir a história dos seus”. *In*: MORAES, C. L. G; SOUSA, R. L. C. (org.). *Conexões atlânticas: ensaios sobre literaturas africanas e afro-brasileiras*. Campinas: Pontes, 2022.

PIRES, Denise. Dos 20 livros mais vendidos do país, sete são de autoria de pessoas negras. **Casa um**, São Paulo, 14 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.casaum.org/dos-20-livros-mais-vendidos-do-pais-sete-sao-de-autoria-de-pessoas-negras/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PORFÍRIO, Tamis. **A cor das empregadas: a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Laudelina de Campos tem nome inscrito no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria**. Planalto. Brasília, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/laudelina-de-campos-tem-nome-inscrito-no-livro-de-herois-e-heroínas-da-patria>. Acesso em: 31 ago. 2025.

QUEM FOI Laudelina de Campos Melo, pioneira na luta por direitos de trabalhadores domésticos no Brasil. **BBC News Brasil**, [s.L.], 12 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54507024>. Acesso em: 22 jul. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Tradução de Joaquim Toledo Jr. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Emilly. 'O Averso da Pele': livro que debate racismo é censurado em escolas de 3 estados por reação equivocada ao conteúdo, alertam especialistas. **G1**, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/03/08/o-avesso-da-pele-livro-que-debate-racismo-e-censurado-em-escolas-de-3-estados-por-reacao-equivocada-ao-conteudo-alertam-especialistas.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SANTOS, Mirian Cristina dos. Autoria feminina negra: entrevista com Mirian Cristina dos Santos. Entrevistador: Felipe Alves de Oliveira. **Revista de Teoria da História**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 366-369, jun. 2018.

SANTOS, Mirian Cristina dos. **Intelectuais negros: prosa negro-brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

SENADO FEDERAL. PEC das Domésticas: 10 anos de lei, 80 anos de luta. **Rádio Senado**, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SILVA, Gabriel da. Evolução histórica dos empregados domésticos e seus direitos: perspectivas da Emenda Constitucional nº 72/2013. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, v. 9, n. 2, p. 165-178, jul./dez. 2021.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil (1960-2020)**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Edições SESC, 2023.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Os acontecimentos de Ruth Guimarães (1920-2014): alcances e limites para uma intelectual negra em São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 65, p. e226510, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8672051/30938>. Acesso em: 03 set. 2025.

SOUSA, Rayron Lennon Costa. **A literatura infantil negro-brasileira contemporânea de autoria feminina negra: teorias decoloniais, projetos literários e poéticas insubmissas**. 2023. 275 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

SOUZA, Livia Maria Natália de. “Eu sou uma mulher negra escrevendo”: entrevista com Livia Natália. In: FREDERICO, Grazielle; MOLLO, Lúcia Tormin; DUTRA, Paula Queiroz. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 51, p. 281-285, maio/ago. 2017.

SOUZA, Mariana Filgueiras de. **As Quirinas: A trabalhadora doméstica como protagonista na literatura brasileira contemporânea**. 2024. 238 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal Fluminense Instituto de Letras, Niterói, 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

THEODORO, Helena. **Saberes ancestrais sobre folhas e flores**. Congresso em Foco, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/coluna/37350/saberes-ancestrais-sobre-folhas-e-flores>. Acesso em: 26 dez. 2025.

TORRES-MALDONADO, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

UEMA divulga obras literárias de leitura obrigatória para o PAES 2024. **UEMA**, São Luís, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.uema.br/2023/04/uema-divulga-obras-literarias-de-leitura-obrigatoria-para-o-paes-2024/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ZIN, Rafael Balseiro. **O direito à literatura afro-brasileira**. *In*: VASCONCELOS, Raffaella Fernandez; AGOSTINHO, Régia (org.). *Direito à literatura negra: história, ficção e poesia*. Teresina: Cancioneiro, 2022.